

Os fenómenos de marginalidade infantil e juvenil, entre os quais se conta o das "crianças da rua", surgem e desenvolvem-se em contextos de pobreza urbana continuamente alimentados pelas migrações para a metrópole lisboeta. As crianças que fogem para a rua e aí sobrevivem de forma autónoma são, essencialmente, originárias das camadas sociais mais baixas (operários e trabalhadores pouco qualificados) e residem em bairros sociais degradados e com famílias numerosas.

Para a "fuga" contribui ainda a frequente dissolução dos núcleos familiares e a permanência de situações de violência, reforçadas pelo fraco papel integrador desempenhado pela escola, que é vivida como uma obrigação e em cujo quotidiano a violência física e simbólica tem presença relevante. Neste quadro, a rua representa, para muitas crianças de bairros populares, uma extensão "natural" da casa como contexto de socialização, local de aprendizagem e exercício dos saberes necessários à sobrevivência.

A sua integração em redes de relações alternativas de características marginais ou mesmo delinquentes constitui um elemento decisivo, pois fornece o suporte indispensável a uma integração bem sucedida. O grupo fornece um ponto de refúgio e segurança fundamental para a sobrevivência na rua, assim como um referente identitário. Os rituais de iniciação desempenham, neste processo, um papel central ao revelarem de forma clara e imediata alguns desses elementos identitários, permitindo que cada criança reconstrua o seu mundo social, seja através da cristalização em torno de elementos como a bravura, a persistência ou a "personalidade *dread*", seja pela identificação com o grupo a que se pertence.

João Sebastião é docente da Escola Superior de Educação de Santarém e investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Foto da capa gentilmente cedida pelo autor.

Publicação patrocinada
pelo Instituto Português
do Livro e das Bibliotecas

MC

Ministério da Cultura



Instituto Português do
Livro e das Bibliotecas

ISBN 972-774-013-8



João Sebastião

CRIANÇAS DA RUA

João Sebastião

Crianças da Rua

Modos de vida marginais
na cidade de Lisboa

CELT

SOCIOLOGIAS

Colecção coordenada por Rui Pena Pires

OUTROS TÍTULOS

- Pierre Bourdieu, *Razões Práticas*
Manuel Villaverde Cabral, *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*
Gustavo Cardoso, *Para uma Sociologia do Ciberespaço*
Stewart R. Clegg, *As Organizações Modernas*
Charles Crothers, *Robert K. Merton*
Samuel N. Eisenstadt, *Fundamentalismo e Modernidade*
Norbert Elias, *Teoria Simbólica*
Ana Alexandre Fernandes, *Velhice e Sociedade*
Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*
Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade* (4.ª edição)
Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal* (2.ª edição)
Anthony Giddens, *Política, Sociologia e Teoria Social*
Anthony Giddens, *Transformações da Intimidade* (2.ª edição)
Maria das Dores Guerreiro, *Famílias na Actividade Empresarial*
Claude Javeau, *Lições de Sociologia*
Jorge Correia Jesuino (coord.) et al., *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*
Ilona Kovács e Juan José Castillo, *Novos Modelos de Produção*
Ramesh Mishra, *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*
Juan Mozzicafreddo, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*
Patrick Murphy, John Williams e Eric Dunning, *O Futebol no Banco dos Réus*
Frank Parkin, *Max Weber*
Paulo Pedroso, *Formação e Desenvolvimento Rural*
Mike Reed, *Sociologia da Gestão*
Maria de Lurdes Rodrigues, *Sociologia das Profissões*
Ana de Saint-Maurice, *Identities Reconstituted*
Pierre Sorlin, *Mass Media*
Anália Cardoso Torres, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*
José Manuel L. Viegas, *Nacionalizações e Privatizações*
José Manuel L. Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* (2.ª edição)

JOÃO SEBASTIÃO

CRIANÇAS DA RUA

MODOS DE VIDA MARGINAIS NA CIDADE DE LISBOA

CELTA EDITORA
OEIRAS / 1998

© 1998, João Sebastião

João Sebastião (n. 1957)
Crianças da Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa
Primeira edição: Outubro de 1998
Tiragem: 1000 exemplares

Revisão de texto: Celta Editora

ISBN: 972-774-013-8
Depósito legal: 128319/98

Composição: Celta Editora, utilizando caracteres Palatino, corpo 10
Capa: Mário Vaz / Celta Editora
Foto da capa: João Sebastião
Fotólitos, impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor,
por Celta Editora, Lda., Apartado 151, 2780 Oeiras.

ÍNDICE

Índice de figuras e quadros	vii
Nota prévia	viii
1 EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO EM MEIO URBANO	1
Clarificações conceptuais	1
Um fenómeno multidimensional	5
Segregação socioespacial, pobreza urbana e trajectórias sociais ..	7
2 JUVENTUDE E MODOS DE VIDA MARGINAIS	13
Políticas sociais e construção de problemas sociais	13
Estado, políticas sociais e processos de socialização	15
Da descoberta da criança à construção da juventude	17
Da escola unificadora à escola segregadora	21
Marginalidade juvenil e modos de vida urbanos	25
Desvio, anomia e marginalidade	25
As crianças da rua, um fenómeno extremo de exclusão social	32
3 VIDAS VIOLENTAS	39
Da periferia para o centro: continuidades e rupturas	39
A vida na rua: percursos marginais	52
Marginalidade e sobrevivência	52
Espaço, mobilidade e hierarquias sociais	57
A gestão do quotidiano	61
Identidades marginais	65
4 CONCLUSÃO	71

ANEXOS	77
I / Metodologia	79
II / Dados estatísticos	85
III / Glossário da vida na rua	89
 Bibliografia	 91

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

2.1 Insucesso escolar no Continente, segundo a condição socioeconómica, no ano lectivo de 1988/89	24
3.1 Origem geográfica das crianças da amostra	41
3.2 Nível de escolaridade atingido pelas crianças da amostra	41
3.3 Constituição da família das crianças da amostra	41
3.4 Razões referidas pelas crianças da amostra como estando na origem da ida para a rua	44
3.5 Situação perante a família das crianças da amostra	49
II.1 Zonas residenciais de origem das crianças contactadas na rua	85
II.2 Nível de escolaridade atingido pelas crianças contactadas na rua ...	85
II.3 Dimensão do agregado familiar das crianças contactadas na rua	86
II.4 Razões que levaram ao abandono da escola pelas crianças contactadas na rua	86
II.5 Formas de sobrevivência na rua	87
II.6 Situação de integração quando na rua	87
II.7 Medidas aplicadas pelos tribunais de menores	87
II.8 Menores julgados segundo a situação que provocou a actuação do tribunal	88

Quadros

2.1 Representação dos grupos profissionais ao longo da escolaridade	24
3.1 Actividades desenvolvidas para angariação de recursos pelas crianças da amostra	55
II.1 Menores julgados segundo o nível de escolaridade atingido	86

NOTA PRÉVIA

Este texto foi publicado originalmente pela revista *Infância e Juventude*. O seu desaparecimento do mercado, aliado a algumas solicitações entretanto recebidas, levaram à realização desta edição em livro, com pequenas alterações. À Dra. Maria Manuela Batista Lopes e à Celta os meus agradecimentos.

Capítulo 1 EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO EM MEIO URBANO

Existem hoje em Portugal largos vazios no conhecimento da situação da infância, particularmente no que respeita a alguns dos seus aspectos mais anómicos — violência física e ofensas sexuais, abandono paternal, marginalidade infanto/juvenil. O fenómeno social crianças da rua integra-se nesse leque de situações que não se enquadram nas concepções dominantes de infância / adolescência. É de referir que a expressão crianças da rua esconde uma diversidade de situações que não pode ser ignorada. Existem diferenças etárias nos grupos, na forma e regularidade com que se relacionam com a experiência da rua, nas trajectórias individuais que ali os juntaram. A expressão “crianças da rua” poderá resultar da constatação do fraco desenvolvimento físico de muitos dos membros dos grupos, que, sendo na realidade etariamente adolescentes, são por isso confundidos com crianças (embora estas também existam, mas em menor número). A utilização dessa expressão faz-se apenas por razões de ordem prática, implicando sempre a sua crítica e clarificação sociológica.

Clarificações conceptuais

Ao iniciarmos a abordagem da problemática dos modos de vida juvenis marginais, cedo nos vimos confrontados com um conjunto de concepções de carácter naturalista, individualista e etnocêntrico sobre o aparecimento e os modos de vida destes grupos de crianças/adolescentes que interferem com o processo de pesquisa e produção de conhecimento.^(*)

(*) Apesar de ser hoje óbvio que infância e adolescência/juventude constituem fases da vida que são sociológica e socialmente demarcadas, para o efeito desta pesquisa tal facto não

As concepções naturalistas têm origem na conjugação de um variado leque de razões. Tendo vindo a crescer e a disseminar-se um pouco por toda a cidade, estes grupos possuem características de visibilidade diferentes das situações de marginalidade tradicional. Contrariamente às estratégias de ocultação e afastamento típicas destas situações (a identificação dos modos de vida marginais com a noite é um exemplo), radicam-se preferencialmente em zonas centrais ou de passagem da cidade. Esta "centralidade", com a exposição pública que acarreta, traduziu-se em notícias regulares nos meios de comunicação social, com acentuação das suas características mais desviantes e estigmatizantes.

De igual modo, o desenvolvimento de um programa de intervenção social veio contribuir para o estruturar dessas concepções, quer pelas definições institucionais produzidas, quer pelo alimentar do conjunto de notícias. Se tivermos presentes os mecanismos de produção das representações sociais (Vala, 1986: 15) compreenderemos como o carácter parcelar dessas notícias pode dar um forte contributo para a estruturação de explicações não científicas.

É de referir que, frequentemente, estas se servem de vulgarizações de alguns elementos parcelares de teorias e conceitos produzidos no âmbito das ciências sociais. Peter Aggleton refere que, devido à sua ampla divulgação, muitas das teorias positivistas ou psicologistas se transformaram mesmo numa espécie de "senso comum", com elementos constitutivos mais ou menos fiéis às referências originais (Aggleton, 1991: 23). Este processo de contínua interacção entre a teoria e a vida social constitui um elemento fundamental do próprio desenvolvimento das Ciências Sociais, numa "dupla hermenêutica" que contribui para a sua contínua reconstrução (Giddens, 1989: 303) e ao qual deve ser dada particular atenção, em especial pelas interferências ideológicas que geralmente ocorrem.

Existe nas notícias, assim como no projecto referido, um conceito latente do que se deve entender por infância, qual o seu estatuto e papel na sociedade. Segundo esta concepção, até ser atingido o patamar da "idade legal" para entrar no mercado de trabalho (primeira etapa de um longo processo na direcção de uma cidadania completa), esta não estaria em condições de sobreviver por si própria por não possuir, nem a maturidade psicológica e social, nem os recursos físicos para tal. Contudo, ela não é mais do que o

se torna muito relevante. O carácter etário misto destes grupos, com predominância de adolescentes, os processos na sua origem e os seus modos de vida comuns não parecem, à partida, impor uma demarcação conceptual e metodológica entre elas. Por outro lado, em termos históricos, a invenção das categorias sociais *criança* e *adolescente/jovem* (a última hoje utilizada para designar uma nova partição do tempo de vida antes da entrada na idade adulta, ela própria cada vez mais distante) passou por processos não muito diferentes de construção e legitimação (cf. Ariès, 1988; Grácio, 1990; Sebastião, 1987; Pais, 1993).

resultado de um longo processo histórico de construção de uma *nova categoria de criança*, como mostrou Philippe Ariès. Durante a Idade Média, uma criança muito pequena rapidamente passava a jovem adulto, ao iniciar o processo de aprendizagem de uma profissão. O desaparecimento da criança, frequente à época, não constituía uma tragédia de graves consequências afectivas. A família não era essencialmente um lugar de afectividade, mas antes um espaço de entreajuda tendo em vista a sobrevivência (Ariès, 1988: 10-31).

Essa nova criança, sistematizada por Rousseau no seu *Emílio*, é um ser frágil, dependente e inocente, tendo, por essas razões, originado em toda a Europa Ocidental e América do Norte grandes campanhas em sua defesa, prolongadas em programas de intervenção no seio das famílias, destinados a normalizar as práticas relativas à infância. No decorrer deste processo histórico (que analisaremos com mais detalhe noutro momento) tentou-se mostrar esse período de vida como o resultado de uma evolução biológica natural, considerando-se como desviantes todas as situações que nele não se enquadrassem. Como refere Martine Xiberras, tratou-se da tentativa por parte das sociedades modernas de reduzir a pluralidade e diversidade do todo social através da construção e imposição de valores universais (Xiberras, 1993: 195), objectivo relativamente conseguido, embora sempre rodeado de controvérsia e dificuldades de integração.

Não poderemos falar da existência de exclusão social como um fenómeno típico das sociedades contemporâneas, pois esta surge nas mais diversas situações espaciais e temporais — os párias na Índia, os asilos para "loucos" ou "ociosos e indigentes", as leprosas, os guetos judeus ou a recusa de alguns dos direitos fundamentais das mulheres — constituem exemplos de estados ou situações históricas de exclusão. Quem são os excluídos? Os "impuros" físicos e/ou sociais, aqueles que, por características pessoais bem visíveis ou comportamentos fogem à norma, e, por isso, são considerados desviantes. As sociedades "defendem-se" isolando-os em espaços delimitados, seja por fronteiras materiais ou simbólicas. Se cada sociedade tem o seu "louco" é porque, como poderia argumentar Durkheim, ele desempenha uma função essencial: a de contraponto necessário na construção da normalidade, da reafirmação dos valores e regras sociais, contribuindo assim para o reforço dos laços de coesão social. Jacques Ellul afirma mesmo que "uma sociedade não pode viver sem desvio" (Ellul, 1992: 19), citando o exemplo das sociedades tradicionais onde as transgressões eram autorizadas e legitimadas a certos indivíduos (o louco, o feiticeiro) ou em determinados períodos do ano (festividades religioso-pagãs).

Nas sociedades contemporâneas as situações de exclusão não surgem com esta dimensão tão funcional, embora obviamente a possuam. Elas manifestam-se de forma difusa, cruzam-se com outros fenómenos e procuram uma invisibilidade protectora (Barel, 1982). As sociedades industriais e pós-industriais caracterizam-se por uma crescente complexidade, sendo

cada vez mais frequente designar (ou auto-designar) certos grupos ou indivíduos como excluídos.

As situações de marginalidade juvenil são representadas como factos anómalos e de características essencialmente individuais e patológicas: a rejeição pela criança do processo de socialização através da não incorporação de valores e normas (em boa parte por já serem originárias de famílias onde a instabilidade emocional e afectiva dos seus membros é corrente) agressividade e uma certa perversidade. Nesta perspectiva, os indivíduos seriam desviantes em qualquer situação, independentemente do contexto em que as suas práticas se desenvolvessem.

Outra face destas concepções, perante as críticas entretanto sofridas, é a crença no papel evidente e irrecusável desempenhado por alguns fenómenos sociais no desencadear das situações de marginalidade (como a pobreza). Trata-se de uma reificação a atribuição feita à sociedade de, ao criar as condições materiais, desencadear as motivações para que esse tipo de comportamento surja e se desenvolva. As situações de marginalidade são geralmente consideradas como uma fatalidade em meios vistos como maioritariamente dominados pela pobreza, desagregação familiar, habitação degradada, baixa escolaridade, consumo de drogas, etc., sem se procurar entender se essas afirmações possuem alguma base real que a sustente, nomeadamente estatística (o crime mais frequente em Portugal é a emissão de cheques sem provimento, não sendo, sem dúvida, típico das chamadas "classes pobres") (Estatísticas da Justiça, 1992). As asserções correntes, ao estabelecerem uma relação de causalidade inequívoca entre pobreza e marginalidade, atribuem geralmente a reprodução do ciclo à falta de vontade dos indivíduos para mudar, o que as aproxima da visão individualista. Uma das características fundamentais destas concepções é o delineamento de um actor social dividido entre o controlo absoluto e livre dos seus actos e a submissão total a determinismos sociais, sem margem de manobra nem autonomia. É, no dizer de Jacques Ellul, um actor polarizado entre a responsabilidade total do "ser livre" e o ser condicionado e totalmente irresponsável (Ellul, 1992: 29). Assistiu-se ao desaparecimento do "bom pobre", que encarava com dignidade e resignação o lugar ocupado na hierarquia social, para surgir a representação do pobre como ser potencialmente perigoso e pouco controlável (Vant, s/d: 14).

O pressuposto de que, numa situação em que essas condições desaparecessem, os comportamentos desviantes também desapareceriam, mostra a fragilidade dessa argumentação, pois ficam por explicar as razões desses mesmos comportamentos em grupos sociais não atingidos por tais problemas sociais. As situações desviantes existem em todas as classes, embora com características e visibilidades diferentes, o que necessariamente leva ao questionamento da sua atribuição quase exclusiva a determinados grupos sociais.

Ora, se é possível constatar a presença desses elementos quando se aborda o problema *crianças da rua*, é óbvio que ele não se pode reduzir a características individuais ou elementos parcelares da realidade social. Considerar que na origem desses comportamentos estarão primordialmente situações patológicas é ocultar a trama de relações em que o fenómeno se integra e desenvolve e não basta referir algumas das características sociais mais facilmente apreensíveis para mostrar o seu carácter relacional. As concepções comuns contribuem frequentemente para se cair noutra erro — o etnocentrismo.

Os poucos estudos existentes apontam para que o desenvolvimento intelectual das crianças que vivem e/ou trabalham na rua é, no fim da adolescência, equivalente ao de crianças que não o fazem (Aptekar, 1989b: 793), não podendo outro dos traços que mais frequentemente lhe são apontados (a agressividade) ser isolado do contexto da sua produção. Como refere Olímpio Nunes acerca do processo de socialização familiar da criança cigana (Nunes, 1981: 159), a agressividade é um comportamento valorizado dentro do grupo e estimulado durante esse processo. Tal facto leva as crianças ciganas a serem protagonistas de frequentes conflitos na escola, onde esse tipo de valores é desencorajado e mesmo punido. Ou seja, estes comportamentos das crianças ciganas, frequentemente considerados como desviantes e produtos de uma "natureza selvagem" (e patológica), dificilmente poderão ser, deste ponto de vista, encarados como o resultado de um confronto de diferentes culturas e sistemas de valores diferenciados. A própria definição de determinados fenómenos sociais, enquanto objecto de estudo científico, traz frequentemente implícita em si a designação destes como desviantes ou, pelo menos, como portadores de um "exotismo" que os torna objectos desejáveis e legítimos de investigação.

Para estudar determinados tipos de comportamentos nas crianças da rua torna-se, pois, necessário analisar e compreender os seus contextos de socialização, referências culturais e sistemas de valores, sem o que facilmente se cairá numa visão individualista e etnocêntrica.

Um fenómeno multidimensional

Ultrapassar as barreiras constituídas pelas noções institucionais e de senso comum leva a que centremos a análise nos processos de exclusão social existentes nas sociedades contemporâneas e na forma selectiva como estes se exercem sobre certas camadas sociais e etárias, dando origem a manifestações de desagregação social. É pois nosso objectivo perceber como esses processos produzem fenómenos de marginalidade e se estes assumem padrões subculturais específicos.

A problemática da exclusão social tem vindo a assumir crescente importância nos debates científicos e políticos, bem assim como no tempo e espaço que lhe é dedicado nos meios de comunicação social, tendendo a transformar-se numa moda intelectual. Tal facto provoca, na perspectiva de Julien Freund, uma saturação de sentido, de não-sentido e de contra-sensos (Freund, 1993: 11). O sentido do conceito torna-se então de difícil explicitação, sendo utilizado nas mais variadas e contraditórias situações — do pobre a viver na rua aos artistas e noctívagos “marginais”. É, pois, necessário procurar reduzir alguma da redundância existente, de forma a renovar a capacidade analítica do conceito, parecendo uma boa forma de o concretizar confrontarmos-nos com o que a tradição sociológica produziu neste campo para, a partir daí, tentarmos estruturar uma definição operatória.

Existe já na literatura sociológica um volumoso conjunto de referências descrevendo e analisando situações de exclusão social, integradas em diferentes áreas ou correntes teóricas. As abordagens são diversas e centradas em objectos por vezes próximos; contudo, raramente se encontram tentativas que procurem ultrapassar as barreiras de ordem disciplinar. São disso exemplo os trabalhos produzidos no âmbito da Sociologia do Desvio, abordando os chamados “males sociais” e comportamentos desviantes (delinquência, toxicodpendência, desestruturação familiar, prostituição,...); os estudos sobre a pobreza, pondo em relevo situações e mecanismos de reprodução da privação material e simbólica a que são submetidas determinadas camadas sociais; a Sociologia da Educação, com uma longa tradição de análise dos mecanismos institucionais de selecção escolar e de legitimação das desigualdades sociais; e, por fim, a Sociologia Urbana, com um significativo número de pesquisas sobre os processos de segregação socioespacial. De forma mais indirecta, poderíamos referir ainda o debate sobre a natureza e funções do Estado-Providência e das políticas sociais, realizado no âmbito da Sociologia Política. Se dificilmente se poderá fazer um inventário de todos os contributos, é de referir pelo menos a sua importância, pois sendo os fenómenos exclusionários de tipo multidimensional possuem um acentuado carácter cumulativo, sendo muitas vezes difícil identificar o factor que maior peso assume no despoletar da situação de exclusão.

Na abordagem deste fenómeno cruzam-se então *dois grandes eixos problemáticos*, a partir dos quais se procura construir um modelo analítico capaz de dar conta da multiplicidade de determinações e conflitualidades que o enformam e de como os grupos e actores sociais com elas se confrontam:

- *um primeiro eixo* discute as questões relativas à espacialização dos processos de exclusão e marginalização social, estruturando-se em torno das formas como se cruzam, na organização do território metropolitano, lógicas de acumulação capitalista produtoras de formas espe-

- cíficas de segregação social, espacial e económica, e lógicas individuais ou grupais de mobilidade geográfica e/ou social;
- *um segundo eixo* problemático questiona a forma como os modos de vida e identidades marginais juvenis são o resultado complexo da interacção entre processos normativos de socialização, elementos da cultura jovem e de elementos da chamada contra cultura escolar típica das crianças de origem operária.

Segregação socioespacial, pobreza urbana e trajectórias sociais

O crescimento da cidade/metrópole de Lisboa desenrolou-se como um processo histórico marcado pelo aparecimento e consolidação de fortes assimetrias e desequilíbrios internos, com consequências profundas na estruturação física e social da cidade e regiões circundantes, como mostrou V.M. Ferreira (1987: cap. IV).

O (re)nascimento e a consolidação de “bolsas” de pobreza urbana, a partir dos anos 50, surge como consequência de um modelo de desenvolvimento (baseado nas teorias de desenvolvimento dos lugares centrais) que pressupunha que a distribuição do desenvolvimento e da riqueza se faria progressivamente, por alastramento, do centro para a periferia, e subentendendo que durante um largo período se tornaria necessária uma distribuição fortemente desigual da riqueza para possibilitar o crescimento da economia. Tal modelo sustentava, entre outras medidas, que boa parte dos custos da industrialização fosse indirectamente suportada pela agricultura através da manutenção da quebra contínua dos seus rendimentos, assim “exportados” para o sector secundário através de uma política de tabelamento dos preços agrícolas, assim como pelo fornecimento de mão de obra barata, promovendo as migrações para os grandes centros urbanos. O aparecimento de manchas de pobreza em determinadas zonas era visto como um “mal necessário”, que se procurava controlar através de acções de caridade ou pela sua invisibilização (Silva, 1982: 1077-1082).

O desenvolvimento dos mercados fundiário e imobiliário, paralelo ao crescimento da indústria e dos serviços, desencadeou mecanismos fortíssimos de segregação socioespacial de que resultou a “expulsão” de certos grupos sociais das zonas mais valorizadas para espaços periféricos degradados. A migração para a periferia de muitos moradores (especialmente os mais jovens) resultou no envelhecimento e terciarização do centro da cidade e realçou a permanência de situações de pobreza urbana.

Tal processo resultou na estruturação de um território dividido, em que as camadas sociais mais desfavorecidas ocupam durante o processo migra-

tório os espaços marginais de menor valor, ou expectantes perto do centro, dos quais são continuamente pressionados para sair. Este processo foi agravado pelos movimentos migratórios provenientes de África, de onde chegam, desde a independência das colónias, milhares de indivíduos em fuga da fome e da guerra, criando novos problemas sociais e culturais. À exclusão de tipo espacial, originada no funcionamento dos mecanismos de "planificação" resultantes das lógicas dos mercados fundiário e imobiliário, junta-se a de tipo socioeconómico, proveniente do modelo económico dominante e que se revela através das largas manchas de pobreza urbana.

Sendo a produção do espaço um processo conflitual no qual se jogam diferentes interesses e poderes (Guerra, 1985: 10-13), as camadas sociais excluídas caracterizam-se pela situação de marginalidade económica, social e espacial a que se encontram remetidas. Tal deveu-se, em grande parte, ao domínio deste modelo e traduz-se, em termos práticos, pelo seu fraco poder de intervenção social e político e pela dificuldade que encontram em assegurar a sobrevivência quotidiana (Almeida e outros, 1992: 3-12). Pode-se afirmar que se os constrangimentos estruturais não determinam à partida as trajectórias futuras dos indivíduos, condicionam-nas pelo menos fortemente.

Na análise destes mecanismos de exclusão interessam-nos particularmente os originados na esfera socioeconómica pela marcada precariedade dos meios que caracterizam os modos de vida dos grupos de crianças em análise.

Na investigação dos processos de exclusão económica, duas tradições têm fornecido os contributos mais significativos — a corrente socioeconómica e a corrente culturalista. A primeira preocupa-se principalmente com a definição de um conceito operatório de pobreza, tendo realizado um interessante debate sobre as várias concepções existentes e as suas limitações empíricas; a segunda centrou a sua abordagem na tentativa de identificar, nos modos de vida e sistemas de representações dos grupos pobres, uma explicação da permanência e resistência das formas de pobreza.

Os estudos realizados dentro da *perspectiva culturalista*, tendo como referência distante a ecologia social da Escola de Chicago, possuíam como objectivo fundamental a pesquisa, dentro dos grupos pobres, das configurações específicas de traços culturais (atitudes e disposições) que possibilitavam a sobrevivência face aos constrangimentos duradouros a que estão sujeitos nas sociedades capitalistas altamente industrializadas e estratificadas (Lewis, 1979: 25-26). Lewis considera ser a cultura da pobreza a responsável, através da transmissão das suas disposições pelo processo de socialização familiar, pela estabilidade e persistência da resignação e conformismo nos grupos pobres e pela sua fraca capacidade para aproveitar as oportunidades e apoios prestados pelas agências sociais do Estado. Outra achega importante foi mostrar que, se a existência de "mecanismos de defesa" dá um contributo importante na estruturação destes grupos, eles

também se podem tornar formas de fechamento negativas. Lewis chama assim a atenção para as características internas e a cultura dos grupos pobres, contribuindo para desmontar as visões conservadoras que vêem a pobreza como um fenómeno individual, de pessoas com problemas de personalidade e falta de iniciativa, principais responsáveis da sua situação.

Centrando a sua análise nos processos pelos quais os grupos e indivíduos são excluídos do mercado nas suas várias componentes (emprego, consumo, habitação, etc.), a *perspectiva socioeconómica* contribuiu com alguns elementos importantes para a reabilitação da pobreza como problemática dentro do campo científico, e pela recuperação da tradição humanista de análise e promoção das condições de vida dos grupos mais carenciados da sociedade (Capucha, 1992: 12). Outro contributo fundamental situa-se no estabelecimento dos laços existentes entre os constrangimentos estruturais e a queda e manutenção na situação de pobreza (Wilson, 1993: 4).

O conceito de pobreza tem sido geralmente definido segundo três abordagens — uma absoluta, outra relativa e, finalmente, uma subjectiva. Por *pobreza absoluta* entende-se a incapacidade de satisfazer as necessidades elementares, não sendo tomado em conta o contexto em que o fenómeno se produz, pois as necessidades consideradas como básicas seriam de tipo universal. As dificuldades em o operacionalizar são óbvias, uma vez que a definição de necessidades básicas pressupõe que todos os indivíduos tenham as mesmas e que estas não variem de acordo com factores culturais, sociais ou mesmo geográficos. Por *pobreza relativa* considera-se a situação em que determinados indivíduos e grupos se encontram comparativamente aos padrões de vida considerados como aceitáveis nessa sociedade (Bruto da Costa, 1985: 21). Por *pobreza subjectiva* entende-se o resultado de um processo de auto-avaliação relativamente à situação em que o indivíduo ou grupo se encontram, sendo por isso um conceito próximo do de privação relativa (Runciman, 1966 citado em Herpin, 1993: 437). Ao resultar de um processo de autodesignação, logo carregado de subjectividade, assume frequentemente a forma de um processo de confrontação simbólica. Do exposto atrás podemos afirmar, como A. Bruto da Costa, serem os conceitos de pobreza total e relativa mais complementares que alternativos. Tem sido constatado nas diferentes pesquisas sobre as causas e razões da permanência da pobreza a presença das várias dimensões que compõem os três conceitos. Contudo, por razões práticas, apenas têm sido utilizados os indicadores de rendimento e consumo, não sendo consideradas as dimensões não materiais (Capucha, 1992: 10-11), o que constitui uma redução com o consequente impedimento de uma visão multidimensional e integrada do problema.

Uma outra linha de investigação mais recente é desenvolvida em torno do conceito de subclasse (*underclass*) e do desenvolvimento dos guetos em zonas centrais das grandes metrópoles. Não se trata aqui de analisar situações de pobreza experimentadas por populações rurais recentemente chega-

das à cidade, como fazia Lewis, mas apenas por aqueles que vivem tradicionalmente em zonas centrais da cidade com forte sobre-representação da pobreza (Wilson, 1993). O seu contributo fundamental é apresentar a subclasse não como uma classe em formação, mas como resultado de um processo específico de pauperização devido à acumulação, nessas zonas da cidade, de factores de desvantagem. A pouca informação no acesso ao mercado de trabalho, o isolamento social, a segregação étnica, a fuga das elites locais e da classe média provocam uma concentração de indivíduos partilhando de uma mesma situação económica marginal marcada pelo *isolamento social* — a subclasse (Herpin, 1993: 433). Criticando a perspectiva de Lewis, a quem acusa de ter confundido causas e sintomas, pensa que a questão fundamental já havia sido colocada 20 anos antes por Ulf Hannerz, que se interrogava sobre se existiria alguma diferença entre uma pessoa que está sozinha na exposição a certas condições estruturais e outra que é influenciada quer por estes constrangimentos quer pelo comportamento de outros que são afectados por eles também (Hannerz, 1970 citado por Wilson, 1993: 5). Ou seja, a influência dos elementos culturais nunca poderá ser vista como tendo vida própria e funcionando autonomamente, mas dentro da relação entre os elementos objectivos criados pelos constrangimentos estruturais e a cultura que os indivíduos utilizam e criam enquanto lidam com estes.

A exclusão social de cariz socioeconómico dá origem a fenómenos de vulnerabilidade, especialmente sentida, em momentos de crise ou mudança tecnológica, por alguns grupos e camadas sociais. Tal facto assume, aliás, características massivas entre a população portuguesa, sendo significativa a percentagem considerada como pobre. R. Teekens refere um número perto dos 50% da população total, cerca de 1,4 milhões de famílias, como vivendo em situação de pobreza relativa (Teekens, citado por Silva, 1990: 5-6). Para muitos destes grupos e indivíduos a situação reveste características de permanência, pois as desvantagens de que são portadores (desemprego, baixas qualificações escolares e profissionais, baixos rendimentos e fraca capacidade de organização e intervenção política) contribuem para a sua queda ou manutenção num ciclo reprodutivo da pobreza e a integração em redes de economia informal e/ou ilegal, embora aquela seja também possibilitada pela reprodução dos seus modos de vida típicos (Almeida e outros, 1992: 83-95). Estes são transmitidos através do *habitus* durante a socialização familiar, passando, assim, a fazer parte integrante da sua identidade pessoal e colectiva. Existe uma grande probabilidade de os filhos de famílias pobres virem eles próprios a ser pobres pois, como afirma Manuela Silva, “a pobreza, como a riqueza, reproduz-se por herança” (Silva, 1990: 9). As altas taxas de insucesso escolar, os baixos níveis de atendimento à infância, os frequentes maus tratos familiares constituem outros elementos caracterizadores da situação das crianças pobres.

A resignação provocada pela “habituação à cultura da pobreza” (Galbraith, citado em Fernandes, 1991: 43) funciona como um obstáculo poderoso

à mobilização colectiva, tornando a procura de saídas individuais uma solução alternativa para alguns poucos (Capucha, 1990: 30-33). O seu eventual sucesso é sempre apontado pelo estado meritocrático como justificativo das situações de desigualdade, pois a modificação da situação dependeria da vontade dos indivíduos e não de uma repartição mais justa da riqueza ou da adopção de outro modelo económico. A ocultação e desvalorização dos factores de desvantagem já atrás referidos representam, assim, um dos mecanismos fundamentais de legitimação das assimetrias sociais existentes na sociedade portuguesa.

A interiorização de um estatuto desvalorizado contribui ainda para a construção de representações sociais e valores concordantes com a situação de progressiva marginalização em que estes grupos e indivíduos se encontram (Fernandes, 1991: 59). A situação de exclusão caracteriza-se, então, pela ausência, ou fraca capacidade, para intervir na definição do rumo da própria existência, ficando à mercê de processos estruturais que não compreendem nem dominam. Uma dificuldade que é acrescida pelo facto de muitas vezes não serem abrangidas pela contabilidade social, caso das crianças, com a consequente desvantagem na não beneficiação dos mecanismos de apoio das políticas sociais. Cria-se um “espírito de insegurança e imprevisibilidade” nos diferentes níveis da vida dos grupos e indivíduos (trabalho, familiar,...), que condiciona a sua capacidade de agir. Esta fragilização das relações sociais atinge com especial incidência a vida das famílias em situação de precariedade, dando origem a situações de tensão interpessoal que levam a processos de desagregação, com dissolução frequente do núcleo familiar e de violência intra-familiar (Silva, 1992). A fuga de crianças para a rua, abandonando a família, torna-se muitas vezes uma forma de defesa pessoal, em especial quando os mecanismos sociais se mostram incapazes de resolver a situação.

A análise do fenómeno da pobreza urbana infanto-juvenil exige que se perceba se se trata de fenómenos pontuais (caso de dificuldades temporárias de emprego ou integração) ou se, pelo contrário, são essas camadas alvo da actuação de *conjuntos de multimarginalização relativamente constantes* (Colectivo IOE, 1989). É sabido que a “herança” de que são portadores é fortemente penalizante da possibilidade de estruturação dos seus projectos e percursos de vida. As baixas qualificações escolares constituem uma barreira no acesso ao mercado de trabalho, o que leva a que, quando este acontece, se faça sem grandes qualificações profissionais e em postos de trabalho precários, muitas vezes clandestinos e fora dos esquemas de segurança social. As crianças da rua encontram-se, nesta perspectiva, em termos absolutos e relativos numa situação de *dupla pobreza*:

- absoluta, porque os meios materiais necessários à sua sobrevivência são mínimos e caracterizados pela irregularidade, para além de desenvol-

- verem práticas fortemente penalizadoras da sua integridade física (inlarem cola, prostituírem-se, por exemplo);
 — relativa, porque em relação à sociedade em que se integram, mesmo tendo como referência os padrões de vida dos estratos sociais mais baixos, se caracterizam por uma forte ausência de recursos potencialmente mobilizáveis para projectos de vida alternativos. Ao falarmos aqui de recursos não estamos unicamente a referir recursos económicos ou escolares, mas tão somente o nível ainda mais básico do desejo de mudança e da capacidade de imaginar a possibilidade de a realizar.

Podemos então levantar a hipótese de que o aparecimento do fenómeno *crianças da rua* resulta da actuação de mecanismos estruturais de exclusão, que condicionam a forma como os grupos sociais em situação de pobreza estruturam as suas estratégias de sobrevivência e reprodução social. A pobreza infantil é outra face da pobreza urbana, talvez com características mais anómicas, mas resultante da mesma acumulação de factores de desvantagem em determinadas zonas da aglomeração metropolitana (em particular as próximas do centro), locais em que a aprendizagem da chamada cultura da pobreza representa muitas vezes o único recurso disponível para encarar as dificuldades da sobrevivência. É contudo necessário analisar as formas particulares como estes mecanismos se exercem sobre os grupos etários jovens, em particular pela autonomia relativa resultante da interferência da chamada cultura juvenil. *Os fenómenos sobre que nos debruçamos encontram-se numa fronteira sociológica — a que é traçada na intersecção dos processos estruturais de exclusão social com as práticas quotidianas de determinados grupos de crianças e jovens.* Dito de outra forma, procuramos compreender como se traduzem nessas práticas os constrangimentos estruturais a que estão sujeitos e as formas como essas crianças/jovens se procuram reestruturar enquanto actores sociais activos.

Capítulo 2 JUVENTUDE E MODOS DE VIDA MARGINAIS

Políticas sociais e construção de problemas sociais

O campo da infância e juventude é hoje alvo das maiores atenções por parte das sociedades, tendo a sua importância vindo a aumentar de tal forma que praticamente todas as entidades, públicas ou privadas, possuem os seus programas ou linhas de produtos destinados à juventude. Estruturou-se em seu torno um conjunto de representações que sobrevaloriza um leque de atributos supostamente naturais, sendo a pressão tão grande que é frequente em certas esferas só existirem actividades destinadas a jovens. A chamada "cultura jovem", misto de práticas de sociabilidade "típicas" desses estratos etários, práticas de consumo, representações e valores que combinam elementos (por vezes conflituais) originários dos processos de socialização na família, escola, grupos de pares e meios de comunicação social, tornou-se hoje um elemento central nas sociedades industrializadas.

A abordagem do fenómeno crianças da rua, feita do ponto de vista dos seus modos de vida, coloca algumas questões a que é necessário responder. Apontados por revelarem comportamentos e práticas não comuns à grande maioria dos outros jovens, as crianças da rua foram aos poucos passando do desconhecimento para alvo da curiosidade pública, a que não foram alheios os meios de comunicação social que regularmente produzem notícias sobre a sua situação e modos de vida. Essa transição trouxe consigo uma redefinição do seu estatuto, integrando-o na categoria de problema social, logo digno de ser alvo da atenção das instituições e dos programas de assistência. A passagem de um estatuto para outro não representa (ou não é necessariamente devida a) uma modificação da sua extensão ou grau enquanto "flagelo social", pois se existe um número elevado de potenciais problemas sociais nem todos são definidos como tal, desenrolando-se o processo de designação num contexto complexo de competição pela atenção pública. A capacidade

para ser considerado e aceite como tal pode ser medida através do espaço que ocupa nas preocupações das instituições e respectivos orçamentos, na frequência e dimensão das notícias nos meios de comunicação social, na existência de congressos e reuniões de tipo científico, etc. (Hilgartner e Bosk, 1988: 53-58).

Um elemento decisivo é a mediatização dos problemas sociais que é realizada nas sociedades contemporâneas. Esta constitui um verdadeiro trabalho de construção de objectos socialmente significativos, processo frequentemente enformado pela necessidade dos *media* em captar a atenção das audiências. Nele são ressaltados apenas os acontecimentos excepcionais (por oposição à "desinteressante" rotina da vida quotidiana), tendo os actores sociais raramente direito a um discurso autónomo, em particular quando originários de grupos sociais dominados e culturalmente desmunidos para enfrentar as exigências do discurso mediático (Champagne, 1993: 67). Tal facto tem dois resultados principais. Por um lado o desencadear de processos de estigmatização sobre certas áreas e grupos sociais, "confirmando" assim os estereótipos sociais dominantes e, por outro, o obscurecimento de problemas sociais bastante significativos, como por exemplo os dos idosos, mas com menos interesse mediático ou peso reivindicativo para chamar a atenção e alterar a sua visibilidade social.

Mas o problema social não se confunde com o problema sociológico. A interrogação sociológica preocupa-se com o questionamento da realidade, tentando procurar respostas para os problemas teóricos levantados, o que não significa a ausência de consciência social perante os problemas da sociedade. Analisar os modos de vida das crianças da rua significa confrontarmo-nos com grupos que resistem às exigências socializadoras das sociedades modernas, em particular as resultantes da expansão dos sistemas educativos e das alterações no processo de integração no mercado de trabalho. Aqueles que não se enquadram nessas exigências são alvo de programas específicos de normalização, muitas vezes com características que poderiam ser designadas como etnocêntricas (cultural e socialmente), ou mesmo alvo de medidas exclusionárias.

Dentro desta orientação, consideramos ser necessário analisar a forma particular como os constrangimentos estruturais se abatem sobre estas crianças e jovens. Partimos da proposição de que as crianças da rua são, no seu essencial, originárias de classes sociais e grupos étnicos excluídos, a viver em bairros degradados caracterizados pela acumulação de factores de desvantagem, como o comprovam pesquisas recentes (Silva, 1990; Bruto da Costa e Pimenta, 1991; Almeida e outros, 1992; Silva, 1992).

O processo de normalização e regulação das práticas de socialização da infância encontra em contextos deste tipo uma dupla dificuldade:

- primeiro, a resultante da existência de concepções educativas e modos de vida sedimentados que resistem às imposições do processo de

racionalização, em particular quanto à definição da idade própria e dos modos como o processo de autonomização dos jovens se deve realizar; — segundo, a desestruturação social provocada pelos processos de exclusão dá origem à orientação de algumas crianças e jovens para grupos e redes de tipo informal que se constituem como alternativas integradoras. Nelas se procuram reestruturar enquanto actores sociais activos, surgindo o refúgio em práticas de tipo desviante como algo "natural" perante a ausência de recursos (materiais e simbólicos) mobilizáveis para o fazer dentro dos limites definidos pelos padrões culturalmente dominantes.

Torna-se então necessário discutir a forma como à margem das políticas sociais de infância/juventude, e em boa parte como seu resultado, se constituem grupos dificilmente integráveis nos seus objectivos. Procuraremos de seguida compreender as relações existentes entre contextos de socialização institucionais e particulares, ou seja, como dentro dos quadros locais de interacção se produzem e reproduzem os modos de vida marginais e como estes se estruturam como resposta às situações estruturais de exclusão vividas por essas crianças.

Estado, políticas sociais e processos de socialização

O surgimento histórico das políticas sociais corresponde à necessidade de regulação dos conflitos originados pelas transformações operadas nas sociedades contemporâneas com o desenvolvimento pleno do capitalismo. O processo de industrialização e urbanização acarretou graves problemas sociais de pobreza e desagregação social, que constituíram a base para que os movimentos de trabalhadores e socialistas estabelecessem as suas exigências. A necessidade de responder às pressões exercidas por esta situação, que colocava em causa a própria reprodução da força de trabalho, transforma-se assim num forte motor de implementação das políticas sociais. Os conflitos sociais tornam-se conflitos redistributivos, mais facilmente reguláveis e integráveis, pois criam laços de fidelidade para com o sistema político (Santos, 1987: 14-18).

É contudo de referir ser frequente a implementação de políticas sociais o resultado da actuação de filósofos e reformadores sociais que, pela sua actividade publicitária, persuadiram as instâncias políticas da necessidade dessas medidas, por vezes com a oposição daqueles que com elas mais beneficiariam — a este propósito são significativas as referências feitas, por François-Xavier Merrien a propósito do estabelecimento da segurança social obrigatória e da oposição que lhe foi movida pelas associações médicas e movimento operário (Merrien, 1990: 49).

Os direitos sociais passam a ocupar um lugar cada vez mais importante, confundindo-se com a própria essência do Estado-Providência e encontrando-se frequentemente no centro de significativas lutas políticas, criadas pela tentativa da sua redefinição. Na origem desses conflitos estará a sua *rigidez* (Santos, 1987: 19), que se deverá ao facto de os direitos sociais se tornarem independentes da conjuntura económica em que foram aprovados.

A intervenção do Estado-Providência desenvolveu-se neste quadro, segundo Flora e Alber, através de três meios principais (Flora e Alber, 1984: 44):

- a criação de mecanismos de regulação (legislação sobre trabalho, escolaridade, etc.);
- a suplementação (criação de um sistema de segurança social);
- a substituição dos mercados pelas burocracias de estado (criação de serviços sociais).

A difusão destes instrumentos não se deu de forma uniforme nos diferentes países, assumindo características mais ou menos marcadas conforme neles predominaram as opções liberais, corporativistas ou social-democratas.

É de realçar que a construção do Estado-Providência e a elaboração das políticas sociais foi sempre atravessada pela polémica entre os que defendiam dever o Estado garantir a igualdade de resultados e aqueles que colocavam a ênfase na igualdade de oportunidades. Apesar de aparentemente opostas, estas posições encerram ambas um pressuposto comum — as políticas do Estado-Providência deveriam, tendencialmente, atingir o objectivo final da igualdade entre os indivíduos. A coincidência entre ambas serve como elemento fundamental de avaliação da eficácia das políticas sociais. Há no entanto que ressaltar não serem ambas do mesmo tipo, como salienta Frank Parkin (citado por Flora e Heidenheimer, 1990: 30), pois, embora interligadas, ancoram em diferentes dimensões sociológicas. A igualdade de oportunidades tem como referência a antecipação de um futuro e está ligada ao processo de recrutamento e distribuição de papéis, a igualdade de resultados está relacionada com a distribuição de recompensas e punições relativas às posições ocupadas na estrutura social. A opção por um ou outro tipo de política tem importância particular quando falamos de crianças e jovens, pois têm efeitos estruturantes nos respectivos futuros ao contribuírem fortemente para a reprodução das posições de classe e das hierarquias sociais ou por facilitarem a mobilidade social.

A intervenção do Estado no campo da infância e juventude faz parte deste processo histórico de construção do Estado-Providência e de formulação das suas políticas sociais. As políticas relativas à infância têm sido remetidas a uma relativa obscuridade, raramente surgindo na primeira linha da investigação. Não se encontrando no centro dos conflitos redistributivos, tende-se a esquecer o peso real que possuem no conjunto das políticas sociais

do Estado-Providência, as quais absorvem actualmente uma parte significativa dos recursos disponíveis.

É particularmente claro nas políticas sociais de infância e juventude a forma como o Estado intervém na sociedade, reforçando ou enfraquecendo as instituições privadas e a forma como a constituição de um corpo burocrático especializado acaba por constituir um elemento fundamental de definição das políticas sociais neste campo.

Da descoberta da criança à construção da juventude

Como já referimos, a construção da categoria da infância realiza-se dentro de um processo mais lato de transformação social: ela é parte integrante das modificações que o capitalismo produziu no âmbito da família e dos sentimentos. Surge a partir do século XVIII um leque de debates e produções literárias que vão contribuir de forma decisiva para as transformações deste campo. É a partir desta época que se inicia a crítica das situações consideradas mais anómicadas, como o abandono de crianças em hospícios, a vagabundagem infantil, o abuso das crianças, que o infanticídio é criminalizado e, paralelamente, que se promove a escolarização e se desenvolve o *sentimento de ternura* pela criança.

Parte integrante e fundamental do processo de construção da categoria *infância* é o aparecimento de discursos e saberes específicos: a pedagogia, a psicologia infantil, a puericultura, a pediatria, etc. Estes discursos encontram a sua legitimação na existência de um conceito de *criança* que é preciso transformar para que se adapte à nova sociedade, contribuindo simultaneamente para a legitimação da própria categoria de infância.

Ao mesmo tempo dá-se também início a um processo de transformação da família. A necessidade de adaptação às transformações estruturais no âmbito económico e social, motivaram o desenvolvimento de dois aspectos fundamentais: o sentimento de família e o aparecimento da mãe de família, responsável pela gestão do lar e pela educação da criança. Esta mudança foi ainda reforçada pela intervenção directa do Estado, que entretanto criara novos instrumentos: o médico de família, portador de novas regras de higiene e atendimento à criança, que vai constituir um dos elementos mais importantes pela legitimidade de que é investido. A actividade de moralizadores e reformadores sociais terá também importância, ao combater fenómenos como a união livre (concubinato), típicos das classes populares.

Podemos então afirmar ser o aparecimento da categoria *infância* o resultado de um duplo processo:

- da actividade de filósofos, pedagogos, médicos especializados, psicólogos, etc., que estruturam discursos vários sobre ela, mas coincidindo, no entanto, no realçar do *sentimento de infância*, considerado universal;

- da intervenção estatal sobre os processos de socialização infantil (nomeadamente os familiares) que, segundo Donzelot, se realizou por três etapas: moralização, normalização e contrato-tutela (Donzelot, 1979 citado por IOE, 1989: 40).

A fase de *moralização* correspondeu a um período inicial em que, perante a ineficácia do assistencialismo religioso e a impossibilidade do assistencialismo de Estado generalizado, se promoveu a autonomia das famílias que adoptassem comportamentos considerados adaptados (privacidade, ordem, esforço, controlo dos filhos), tendo assim acesso a ajudas à criança e à mulher. Considerava-se que os problemas sociais eram originados por falta de moralidade (negligência, preguiça), subjectivizando-os e transformando-os desta forma em problemas individuais dos pobres. O aparecimento da puericultura surge como um instrumento fundamental na implementação deste tipo de processos de regulação.

A fase de *normalização* corresponderá a um período em que filantropos e higienistas combatem as famílias numerosas, a promiscuidade familiar e o trabalho infantil como causadores de imoralidade e anomia. A escolarização das crianças torna-se o instrumento fundamental de acção. Esta estratégia de regulação das famílias baseia-se na relação adulto-criança e foi apoiada por legislação sobre escolaridade obrigatória, que teve dois efeitos diversos: por um lado protegia as crianças dos efeitos negativos do trabalho e, por outro, dificultava a transmissão autónoma de modelos, valores e capacidades à margem das instituições (particularmente dirigida à classe operária).

A fase do *contrato-tutela* constitui o último momento do processo de regulação da vida privada das famílias no respeitante à criança. A intervenção estatal vai retirando autonomia à família, que vai sendo substituída por um corpo especializado de técnicos e burocratas de Estado que se tornam nos novos gestores dos direitos das crianças. Criam-se instrumentos de intervenção estatal no sentido de regular e modelar os processos de socialização intra-familiar:

- regulamentação dos direitos dos pais sobre as crianças;
- criação dos tribunais de menores;
- regulamentação do trabalho infantil;
- tutela das crianças abandonadas;
- reforma das crianças "díficeis".

Significam estas medidas que o Estado fica a deter o monopólio da produção de normas sobre a infância, passando as famílias a ser responsáveis unicamente pelos comportamentos. Para o conseguir, o Estado necessita de criar um corpo de trabalhadores sociais (integrados nas burocracias de Estado) que seja o garante da concretização desses objectivos (professores, juizes, assistentes sociais, psicólogos), recorrendo em último caso à repressão (reti-

rada da tutela da criança à família em caso de abuso ou negligência, prisão por não cumprimento da escolaridade obrigatória, etc.).

Este processo segue dois modelos: o *contrato*, em que é dada autonomia relativa às famílias cumpridoras das normas vigentes para socializarem os seus filhos e resolverem em privado os seus problemas; a *tutela*, para as famílias que utilizam outros modelos de socialização, sendo estas continuamente questionadas e intervencionadas (através da exigência de cumprimento das regras, sejam elas sanitárias, educacionais ou outras).

A intervenção do Estado no campo da infância corresponde, no seu essencial, ao modelo anteriormente referido de construção do Estado-Providência: assiste-se ao estabelecimento de direitos sociais (neste caso os da *criança*), à construção de uma burocracia de Estado que garante a sua aplicação e à externalização dos custos, que são retirados do âmbito privado da família e reintroduzidos na economia como despesas sociais.

A construção da adolescência segue um modelo semelhante. Ela é, em parte, o resultado da extensão do processo referido para a infância, em especial através do alargamento da escolaridade obrigatória e da legislação sobre o trabalho infantil. Mas não resulta apenas da intervenção do Estado, tendo um conjunto de condições estruturais dado um forte impulso à sua expansão nos países industrializados:

- o crescimento da esperança média de vida, que possibilitou o aumento da mão-de-obra disponível, diminuindo a pressão para a entrada dos jovens no mundo do trabalho;
- a necessidade de mão-de-obra mais escolarizada, em particular com o aumento do emprego terciário e a crescente imposição do incremento da produtividade;
- o aumento da população escolarizada através das políticas de escolaridade obrigatória e do crescimento das expectativas das populações em possíveis trajectórias sociais ascendentes através da frequência escolar.

É preciso contudo referir algumas particularidades do processo de construção da *juventude*. A maior maturidade global dos jovens (relativamente à infância) permite-lhes uma maior autonomia face à família e instituições, possibilitando que outros elementos se possam intrometer na eficácia dos processos de socialização, nomeadamente através do contacto com sistemas de valores concorrentes originários de outros grupos sociais, de pares, ou difundidos através dos meios de comunicação social. Hoje, se a socialização dos jovens se continua a realizar essencialmente nas diversas instâncias a que tradicionalmente estava cometida (famílias, instituições), ela possui uma nova dimensão fundamental que se realiza na esfera do consumo (Baethge, 1985), tornando-se, por isso, muitas vezes contraditória e conflitual. A posse e utilização de determinados objectos, ou a identificação com estes, são

elementos importantes da cultura e identidades juvenis (exemplo disto são as formas de vestir e do que vestir). Como constatou J. Machado Pais, as identidades jovens dividem-se entre referências e constrangimentos de classe e elementos de cultura marcadamente geracional, sendo os seus modos de vida fruto de um trânsito contínuo e irregular entre ambos (Pais, 1993: 60-61). Este é sem dúvida um elemento a ter em conta na análise dos modos de vida das crianças da rua, divididos entre uma pertença de classe marcada pela raridade de recursos e a pressão social para a identificação com determinados comportamentos e consumos. A procura de alternativas caracterizadas pela marginalidade social e económica poderá então constituir uma das saídas para a resolução desse conflito.

Em síntese, as políticas sociais desenvolvidas no campo da infância e juventude tinham como objectivos primordiais diminuir as incertezas da sobrevivência e regular as práticas de socialização pois, na perspectiva dos reformadores sociais, a sua diversidade era atentatória e impeditiva do desenvolvimento social e económico das sociedades, ao perpetuar práticas não conformes às exigências do mercado. Procurava-se assim dificultar a reprodução autónoma dos modelos culturais, particularmente os da classe operária, difundindo ideologias de tipo meritocrático e aumentando a dependência face ao Estado e ao mercado.

A implementação das políticas sociais teve, para além de óbvios ganhos na melhoria de condições de vida das populações, e em particular das crianças (redução da mortalidade infantil, redução da subnutrição, esquemas vários de protecção na infância contra a violência e exploração por adultos, etc.), consequências no desencadear de situações de exclusão e marginalidade social. Estas dividem-se por dois tipos: as resultantes de uma distribuição socialmente desigual dos recursos afectos à execução dos programas de suplementação, e outras, originadas no processo de regulação, em especial na implementação dos programas de escolaridade obrigatória.

Como já referimos atrás, uma das características das populações pobres é a sua invisibilidade, o que frequentemente as impede de serem abrangidas pela contabilidade social e consequentemente de serem alvo dos programas correntes de assistência social. Tal situação é agravada pelos fracos recursos culturais e sociais mobilizáveis para conseguirem circular dentro da complicada teia burocrática que bloqueia e obscurece a reclamação dos direitos sociais por parte dos indivíduos. Uma das conclusões retiradas das pesquisas sobre pobreza é a incapacidade das instituições para aplicar os direitos sociais a todos os cidadãos de acordo com as suas reais necessidades. Manuela Silva (1990: 8) refere números que não deixam grandes dúvidas quanto a essa desigualdade:

- 44% dos filhos mais novos dos pobres urbanos tinham reprovado pelo menos uma vez;

- 49% dos jovens presentes no mercado de trabalho começaram a trabalhar antes dos 17 anos de idade e 20% antes dos 14 (actualmente a idade mínima legal para entrar no mercado de trabalho é de 16 anos).

Estas assimetrias traduzem-se em dificuldades no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens originários de famílias pobres, onde só acedem a empregos caracterizados pela desqualificação, precariedade e baixo nível de remuneração, o que contribui assim para a sua manutenção em situação de pobreza e orientação para esquemas de economia informal ou mesmo ilegal. Um dos aspectos que sobressai desta reflexão é o papel central assumido nestes estratos etários pela instituição escolar, que nos parece merecer uma análise mais aprofundada.

Da escola unificadora à escola segregadora

No já prolongado debate acerca da desigualdade social e das formas de a minimizar, poucas instituições terão ocupado um papel tão contraditório e sido alvo de expectativas tão elevadas como a escola. Constituiu-se à sua volta, e tem-se mantido ao longo das décadas, uma forte convicção no seu papel como factor de desenvolvimento, progresso e democratização das sociedades industrializadas. Tal crença, divulgada por publicistas, pedagogos e políticos, deu origem a programas de criação e expansão da escolaridade obrigatória, que a levam a possuir hoje, nas sociedades ocidentais industrializadas, características praticamente universais. Estes programas baseavam-se em teorias que acentuavam o papel fundamental da escola no processo de socialização das camadas jovens, assim como a sua função de certificação e distribuição destes pelas várias posições da estrutura social (Parsons, 1968: 48). Este optimismo perdurou durante largo tempo, até que os efeitos perversos destas políticas se tornaram iniludíveis. A expansão contínua da escolaridade e dos públicos que nela ingressaram veio mostrar que importantes problemas ficavam por resolver, em particular a existência de altas percentagens de reprovações e abandonos. A questão das desigualdades veio para primeiro plano do debate, questionando-se a eficácia de programas que colocavam a tónica na equivalência entre igualdade de acesso e igualdade de oportunidades efectivas dentro do sistema.

A realização, a partir dos anos 60, de grandes pesquisas nacionais colocou em questão as políticas até aí seguidas. O Relatório Coleman, em 1966, e os trabalhos de C. Jencks em 1972, nos EUA (Coleman, 1975; Jenks, 1972), os Relatórios Newson (1963) e Plowden (1966) em Inglaterra, em França o Inquérito INED realizado por A. Girard e H. Bastide (1963) (Húsen, s/d: cap. 4 e 6) mostraram que, apesar dos esforços e investimentos realizados, a escola estava longe de constituir o mecanismo sonhado pelos reforma-

dores para diminuir as desigualdades sociais. A constatação de que a simples exposição a um determinado programa não bastava como garantia de igualdade de oportunidades, relevou a importância das origens socioeconómicas dos alunos na análise dos resultados escolares.

Uma das principais conclusões retirada dos estudos realizados nos vários países foi a da existência de uma forte correlação entre origem social e resultados escolares, sendo claro que o insucesso escolar (indicador fundamental da selectividade do sistema) se abatia de forma desproporcionada e cumulativa sobre os alunos originários das classes sociais mais baixas. As tentativas de explicação desse facto começaram por atribuir o insucesso às capacidades individuais das crianças, sendo tal teoria, de características tecnocráticas e meritocráticas, baseada no resultado de testes que mediam o QI. Essas teorias foram alvo de fortes críticas (Bowles e Gintis, 1976 e 1981), que demonstraram a não existência de relação entre QI e sucesso económico, desempenhando a sua utilização, segundo estes autores, um papel de legitimação das desigualdades sociais.

Como crítica a estas concepções desenvolveu-se um conjunto alargado de pesquisas que mostrou o papel reprodutor desempenhado pela escola, esclarecendo a relação existente entre origem sociocultural, cultura escolar e políticas educativas. Trabalhos centrados nas várias dimensões culturais da educação familiar e na utilização de diferentes códigos linguísticos (Bernstein, 1975), dos mecanismos internos da própria instituição na sua reprodução — estruturas, currículos e práticas docentes (Bourdieu e Passeron, 1970; Bowles e Gintis, 1976 e 1981; Baudelot e Establet, 1971; Boudon, 1981) vieram aprofundar estas observações e as suas consequências na manutenção das desigualdades.

Mais recentemente tem sido realçado o papel activo da escola na reprodução das desigualdades, ao contrário das visões anteriores que acentuavam uma visão quase mecânica da sua dependência das classes dominantes. São analisadas as características dos modelos pedagógicos e práticas docentes utilizados, assim como os conteúdos do currículo oculto (Perrenoud, 1989) e o choque entre uma escola onde domina uma cultura letrada e alunos originários de meios não letrados (Subirats, 1987; Iturra, 1990; Reis, 1991). Recuperando contributos produzidos na década de 60 (Rosenthal e Jakobson, 1968) sobre o impacto das representações e expectativas dos professores no aproveitamento dos alunos de meios populares, são analisadas as repercussões, no sucesso escolar, das expectativas docentes (Gilly, 1980; Benavente, 1990) e familiares, assim como o tipo de relações sociais existentes dentro da escola e da sala de aula (Willis, 1988; Delamont, 1987; Derouet, 1989). Procura-se perceber as lógicas (quando elas existem) que regem as estratégias dos diferentes actores envolvidos no processo de escolarização, começando a dar-se relevo ao espaço local enquanto nível de análise onde se cruzam diferentes lógicas educativas (Van Zanten, 1985)

assim como às especificidades de públicos determinados (Willis, 1988; Serrano, 1991; Benavente e outros, 1994).

O balanço destes estudos conclui pela verificação da permanência das desigualdades, mesmo após o aprofundamento da investigação e a adopção, pelas políticas educativas, de algumas das suas conclusões. As modificações introduzidas produziram novas desigualdades que vieram amortecer o efeito democratizante de muitas das medidas, ou lhes retiraram mesmo qualquer impacto. Exemplos disso são a desvalorização dos saberes e títulos escolares e o facto de os processos de exclusão escolar tenderem a diluir-se no tempo e a assumir formas menos visíveis que, pelo menos aparentemente, surgem como socialmente menos conflituais. A sobre-selecção, marcada pela exclusão precoce, diminuiu, tornando-se dominante a sua extensão temporal, mas sem que por isso seja menos violenta. A instituição passa a guardar no seu interior os excluídos, diferindo no tempo o momento da exclusão, sem adoptar políticas ou fornecer instrumentos que possibilitem a essas crianças diminuir a desvantagem cultural de que são vítimas (Bourdieu e Champagne, 1992: 72; Subirats, 1987: 296-297). Apesar da crescente importância deste mecanismo de invisibilização nos processos de exclusão levada a cabo pela escola, o insucesso escolar é, em Portugal, visivelmente marcado por uma fortíssima incidência nas camadas sociais mais baixas, como o mostram os dados mais recentes, denunciando um sistema de ensino fortemente selectivo em termos sociais (ver figura 2.1).

O abandono escolar, como sinónimo de uma exclusão precoce e extrema, fica restrito a camadas minoritárias originárias de grupos já excluídos noutras esferas (habitantes de bairros degradados, membros de minorias étnicas, etc.) ou então a populações que “resistem” às imposições do processo de racionalização (em especial as populações rurais). Tal relação surge como evidente quando analisamos a representação dos vários grupos sociais ao longo do processo de escolarização (ver quadro 2.1).

Constituindo o resultado de um complexo e conflituoso processo de interacção e naturalização do insucesso, o abandono toma muitas vezes a forma aparente de auto-exclusão, representando um processo de “auto-defesa” perante a violência física e simbólica, forma muda e por vezes brusca de exprimir o desencanto e a revolta para com a instituição escolar (Benavente e outros, 1994: 129-132). A *escola* é vivida como uma *prisão*, um lugar onde se é obrigado a ir e onde se é vítima de um prolongado processo de violência simbólica e física, com rupturas radicais nas linhas e processos de convivência entre formas culturais diferentes. A recusa em aceitar essa aculturação transforma a *escola* num *campo de batalha*, onde é preciso responder quotidianamente às agressões de que se é vítima. Constitui-se, deste modo, entre as crianças e jovens originários da classe operária e de outros grupos dominados, uma *contracultura escolar* baseada em elementos retirados dos diversos contextos interaccionais dos jovens. Esta caracteriza-se pela rejeição da auto-

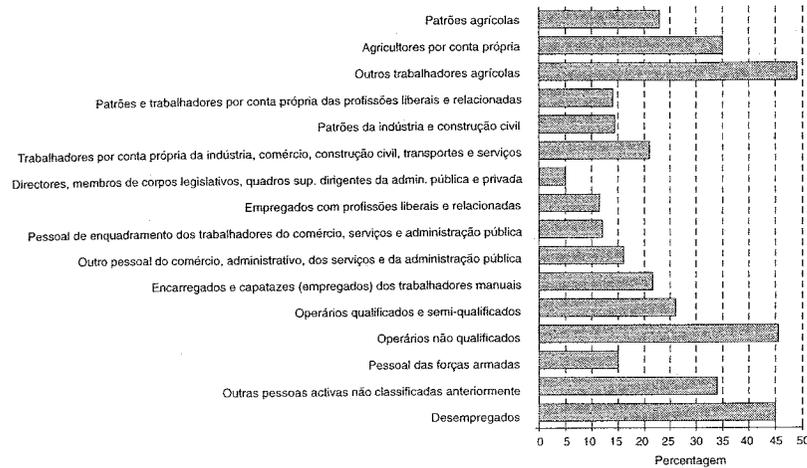


Figura 2.1 Insucesso escolar no Continente, segundo a condição socioeconómica, no ano lectivo de 1988/89
Fonte: GEP/ME, 1990.

Quadro 2.1 Representação dos grupos profissionais ao longo da escolaridade

	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
Quadros técnicos	8,6	9,4	11,4
Trabalhadores da produção	22,2	19,0	12,1
Trabalhadores agrícolas e da pesca	6,4	4,5	1,9

Fonte: A. Benavente, 1994, pp. 1520-54.

ridade, pela agressividade para com colegas, professores e outros funcionários, por determinados consumos — álcool, tabaco, eventualmente drogas e determinadas roupas ou modos de as vestir — e, finalmente, por um discurso estilizado de diferenciação face aos jovens conformistas, com adopção de práticas que marcam simbolicamente a autonomia e maturidade individual (Willis, 1988: 23-24; Serrano e outros, 1991: 358-359).

Os jovens que abandonam a escolaridade obrigatória ficam, em geral, numa situação penosa. Presos entre os normativos das políticas sociais que os impedem de ingressar no mercado de trabalho e percursos pessoais recheados de insucessos e/ou conflitos que os afastam da escola, ficam à

mercê do que os contextos informais e os recursos relacionais e materiais das famílias (quando existem de forma minimamente estruturada) lhes podem proporcionar. É de salientar esta situação de ambiguidade em que os jovens acabam por se encontrar: o Estado impede-os de se integrarem no mercado de trabalho ou em qualquer outro contexto formal que não seja a escola mas, simultaneamente, não fornece os meios nem flexibiliza os seus processos de intervenção de forma a ser capaz de integrar estes jovens em contextos socializadores que lhes forneçam expectativas positivas quanto à utilidade do seu esforço para a organização de um futuro viável. Entre uma escolarização marcada pela violência física e simbólica (e geralmente inútil do ponto de vista das aprendizagens) e a integração em situações precárias no mercado de trabalho, por onde optar?

Alvo de processos estruturais e institucionais de exclusão, as crianças originárias das camadas pobres vêm o seu quotidiano marcado pela precariedade dos recursos e condições de vida, o que se reflecte negativamente na estruturação dos seus contextos de socialização e redes integradoras. O aparecimento de comportamentos designados como desviantes e a integração em redes caracterizadas pela marginalidade (nas suas vertentes económica, social e cultural) constituem elementos característicos do fenómeno *crianças da rua*.

É, pois, central analisar os mecanismos sociais que estão na origem desses comportamentos desviantes e as funções por eles desempenhadas, partindo sempre da ideia da não existência de uma relação única de causalidade entre pobreza infantil urbana e comportamentos desviantes. Esta, sendo real, é contudo alterada e matizada pela interferência de outras variáveis, algumas delas relativas aos contextos de vida particulares destas crianças.

Por fim, pretendemos avaliar se estas situações e comportamentos representam formas de acção “positiva”, tendentes a proporcionar mecanismos integradores dentro de um quadro de significações comuns nos quais as crianças se revêem e reestruturam como actores sociais activos, ou se, pelo contrário, constituem sinónimo de uma desestruturação individual e colectiva, que coloca em causa a sua própria sobrevivência física.

Marginalidade juvenil e modos de vida urbanos

Desvio, anomia e marginalidade

Na designada sociologia do desvio (Aggleton, 1991) podemos encontrar alguns dos contributos mais interessantes para a compreensão da génese e

desenvolvimento de situações hoje correntemente designadas como de exclusão e marginalização social. Nestas pesquisas têm sido utilizados conceitos como *desintegração e anomia* (Escola de Chicago, funcionalismo) *desvio* (interaccionismo simbólico) *marginalidade e delinquência* (estruturalismo), para designar situações que, apesar de possuírem algumas características diversas, poderemos caracterizar como tendo vastas áreas de contacto e recobrimento. De comum a tentativa de nas suas pesquisas, ao caracterizarem e analisarem os chamados comportamentos desviantes, escolherem como objecto preferencial de estudo as manifestações de marginalidade e delinquência juvenil.

Muitos destes autores realizam os seus contributos teóricos por referência a problemáticas já iniciadas por alguns dos fundadores da disciplina que, como Durkheim e Weber, produziram um conjunto importante de pistas para analisar os processos de exclusão, encontrando-se esboçadas nas suas obras algumas das preocupações que vieram, ao longo do século, a tornar-se fundamentais.

Durkheim procurou, ao definir os conceitos de *solidariedade, densidade moral e anomia*, dar resposta ao problema das origens da coesão social e da manutenção do vínculo social. Para ele, as sociedades modernas diferenciavam-se por uma característica nova, o aprofundamento da divisão do trabalho, que levaria ao crescimento do individualismo e à menor eficácia das crenças colectivas no controlo dos sentimentos dos indivíduos. A solidariedade orgânica tornar-se-ia predominante nas sociedades ocidentais industrializadas, facto possível já não pela semelhança e submissão absoluta às regras e crenças do grupo, mas ao vínculo criado pela divisão do trabalho (Duvignaud, 1982: 18-25). Do grau de coerência das representações colectivas e da sua capacidade de gerar adesão nos membros do grupo (densidade moral) dependeria a possibilidade de manter a coesão social, sem o que os indivíduos cairiam num estado de anomia que poderia dar origem à desagregação do tecido social se não fosse contrariada. O conceito de anomia traz consigo a ideia de desorganização e quebra do vínculo social, de exclusão social. A desestruturação dos mecanismos sociais integradores (representações colectivas e quadros sociais integradores) leva o sujeito social (tomado sempre individualmente) a confrontar-se com o vazio social e, no limite, com a própria morte — social e mesmo física, no caso do suicídio anónimo (Xiberras, 1993: 72).

Weber centrou a sua atenção nas *relações sociais de autoridade*, ou seja nos processos de *dominação e poder*, procurando as razões que levam indivíduos à sua aceitação e às formas como este é legitimado. O conjunto de crenças e sentimentos colectivos como fonte de legitimidade desempenha neste processo um papel fundamental, embora Weber considere que nem a ética capitalista nem a legitimidade legal-racional são suficientes ou capazes de preencher o vazio de valores necessários ao funcionamento das sociedades modernas (Giddens, 1984: 216-232; Cohn, 1982: 31).

Um exemplo do exercício do poder e da dominação são as formas de fechamento social que as colectividades sociais produzem, de modo a restringir o acesso aos recursos e oportunidades a um número limitado de indivíduos. Tal é feito com base em atributos conotados positivamente ou negativamente, criando assim um grupo de inelegíveis — os excluídos — que se vêem afastados e restringidos nas suas oportunidades de acesso às recompensas, especialmente as de carácter económico (Parkin, 1979: 44).

Estavam assim lançadas duas problemáticas que enformariam boa parte das formulações teóricas dos sociólogos nas variadas abordagens da exclusão social:

- o problema da desagregação social, da anomia, e da correspondente quebra do vínculo social, com toda a gama de “males” sociais que daí advêm (desvio, delinquência, etc.);
- a análise dos processos sociais que levam determinados grupos a ser designados como desviantes e a sua capacidade para reagir ao afastamento dos processos de decisão.

No primeiro caso encontramos os estudos da Escola de Chicago (Thrasher) sobre as áreas naturais e os funcionalistas com os trabalhos sobre o comportamento desviante (Merton, Cloward e Ohlin). No segundo, as teorias subculturalistas (Cohen), interaccionistas (Goffman, Becker, Matza) e estruturalistas (Foucault, Taylor/Walton/Young).

Precursora dos estudos sobre delinquência juvenil, a Escola de Chicago definiu algumas das problemáticas que neste campo seriam doravante vistas como fundamentais.

Dentro de uma perspectiva ecológica, Thrasher (Herpin, 1982: 110-115) considera o aparecimento de bandos de jovens marginais como resultante da *desorganização* das bases tradicionais de solidariedade e controlo social, provocada pelo desenvolvimento incontrolado das zonas urbanas. Este processo dá origem a zonas degradadas, as *zonas intersticiais*, nas quais se juntam aqueles que não têm a possibilidade de se integrar nos bairros residenciais da periferia. É nesta situação de exclusão (denominada isolamento ecológico) que os jovens constituem bandos (*gangs*), através dos quais procuram assegurar a sua sobrevivência e estabelecer mecanismos de integração social. Vivendo à margem dos sistemas de valores e tradições dominantes, em conflito com as instituições que regem a sociedade a que pertencem, a delinquência juvenil não é atribuída às características específicas desses grupos de emigrantes ou minorias, mas à diferenciação operada nas zonas urbanas.

Sob forma diferente, esta problemática é retomada pela corrente teórica funcionalista.

Estes autores partem da definição institucional de delinquência como quebra das normas, geralmente acompanhada de sanções por parte do grupo

ao delinvente. As condições para o aparecimento do comportamento desviado encontram-se não nos valores diferentes, mas nas diferenças objectivas das condições de vida dos grupos sociais, ou seja, na estrutura de oportunidades existente numa dada sociedade. A impossibilidade dos grupos sociais desfavorecidos acederem aos lugares mais prestigiados da estrutura social dá origem à procura de soluções marginais na busca do êxito.

Segundo Merton, os comportamentos desviantes surgem da descoincidência entre os objectivos culturalmente definidos e os meios considerados como socialmente aceitáveis para os atingir. Observa então que a dissociação entre normas e fins culturais e a sua capacidade para levar os membros de um grupo a com elas se conformarem provoca um decréscimo da sua eficácia e leva ao aparecimento da anomia ou caos cultural. Cria assim uma tipologia com a qual procura dar conta das formas possíveis de adaptação individual a esses objectivos e meios culturais, tendo como pontos extremos o conformismo (aceitação absoluta) e a rebelião (rejeição absoluta e sua substituição). Outras formas podem existir, implicando uma graduação da sua aceitação ou rejeição, sendo designadas por inovação (aceitação dos objectivos com rejeição dos meios), ritualismo (aceitação dos meios, sem grande adesão aos objectivos — típico das burocracias) e retracção (rejeição de objectivos e meios sem a sua substituição). Para Merton os comportamentos desviantes são funcionais, quer para o indivíduo, se deles resultarem a sua adaptação, quer para a sociedade, se tal ajudar a manter e reforçar a definição dos comportamentos socialmente aceites (Merton, 1970: 203-270).

Desenvolvendo algumas das construções teóricas de Merton na teoria da anomia, Cloward e Ohlin tomam como eixo o estudo da delinquência juvenil enquanto resultado da *reação colectiva à desigualdade* existente na sociedade (não a encarando como Merton como um fenómeno de características individuais). A delinquência juvenil é antes vista como a quebra das normas socialmente estabelecidas e caracteriza-se por assumir a forma de bando, sistema diferenciado de papéis dentro do qual os indivíduos encontram legitimação para os seus actos. A *subcultura delinvente* nesta surge perspectiva como o conjunto de regras à volta das quais se estabelecem os consensos, criando a integração na rede de relações sociais constituída pelos membros do bando (Herpin, 1982: 121-127).

Estas perspectivas, se têm a virtude de trazer para o campo sociológico o debate sobre os comportamentos desviantes, nomeadamente tentando mostrar as relações existentes entre os conjuntos de normas e valores dominantes na sociedade e a produção de situações de marginalidade, contudo, ao considerarem os primeiros como universalmente partilhados, adoptavam uma perspectiva que considerava qualquer outro tipo de valores ou comportamentos como desviantes.

Como reacção às perspectivas absolutas de desvio desenvolveram-se linhas de investigação que procuraram mostrar o carácter socialmente cons-

truído das normas e sistemas de valores, nomeadamente ao valorizarem o papel dos conflitos culturais e dos processos colectivos de designação de determinados indivíduos como desviantes.

A primeira perspectiva centra a sua análise no aparecimento de *subculturas delinventes*. Originários, na maioria, da classe operária, os jovens delinquentes enfrentam problemas provocados pelo conflito entre a cultura transmitida na socialização familiar e a escolar. Assumindo esta última as características de um processo de aculturação por transmitir valores típicos da classe média, vêem os seus atributos desvalorizados e os seus valores obscurecidos e/ou não assimilados. A constituição de sistemas de valores marginais provoca o aumento da dependência face ao grupo, sendo uma fonte de inadaptação e clivagem perante a sociedade global. Os bandos delinquentes surgem como a resposta desses jovens à *violência simbólica* a que são submetidos, a qual origina um sentimento de *frustração estatutária*. As subculturas delinquentes juvenis correspondem à satisfação das suas necessidades, subsistindo enquanto os problemas de integração se mantiverem e proporcionando mecanismos para competir com os valores dominantes de classe média. A subcultura delinvente é o espírito da delinquência, o sentido que é reconhecido nas práticas dos jovens delinquentes (Cohen, 1966: 1971).

A segunda perspectiva, de tipo interaccionista, considera os comportamentos desviantes como o resultado de um *processo de designação (labelling)* (Becker, 1963: 1-4). A esta definição subjaz a consideração de que não existem indivíduos ou actos intrinsecamente desviantes, pois ela resulta de um processo durante o qual os actores sociais são socialmente definidos como tal dentro de um grupo ou cultura. Neste sentido o desvio existe porque existem regras e "agências de controlo social", que procuram fazê-las cumprir pela identificação e penalização pública dos transgressores (Sharrock, 1984: 92-97). Procuram assim chamar a atenção para o facto de que a produção das regras sociais sob a forma de leis, apesar de ser o resultado de consensos sociais e políticos mais ou menos amplos, tem origem em contextos sociais determinados e envolvem sempre défices de legitimidade e uma relação complexa entre as várias componentes da sociedade.

Nesta perspectiva, o desvio consiste numa mudança de estatuto, numa *deriva (drift)* irregular entre o mundo da legalidade e o da ilegalidade (Matza, 1981: 130-161). O facto de um indivíduo infringir as normas não o torna por si só desviante, é necessário que o grupo o designe como tal. Este mecanismo constitui uma forma de controlo, repreendendo os indivíduos desviantes e, simultaneamente, lembrando ao grupo as suas normas constitutivas. Nas sociedades ocidentais o poder de designação está especialmente concentrado na instituição judicial, o que tornou fundamental para estes autores a análise da sua relação com esta categoria particular de indivíduos.

Directamente relacionado com o conceito de processo de designação encontra-se o de *carreira desviante* (Becker, 1963: 25-39). Uma carreira desvian-

te consiste numa sequência de etapas através das quais um indivíduo passa até atingir o estatuto de desviante. Becker (1963: 25-39) identifica três:

- a realização de um acto não conformista que quebra uma regra ou conjunto de regras, seja por pertencer a uma cultura estranha, seja pela neutralização das regras (inventando "justificações") no caso de as conhecer;
- a transição de uma situação de desvio ocasional para um modo de vida desviante, constante durante um longo período de sua vida e em volta do qual organiza a sua identidade;
- a passagem de uma situação de desvio secreto a uma situação de estigmatização, a partir do momento em que é apanhado e publicamente designado como desviante.

A adolescência é em geral vista por estes autores como um período de incertezas durante a passagem do estatuto de criança ao de adulto, possuindo os jovens delinquentes, no essencial, os mesmos valores dos jovens não delinquentes, período durante o qual o estar em grupo é uma forma de lidar com as incertezas. A delinquência juvenil não é vista como uma subcultura específica, pela sua incapacidade para se isolar da sociedade, mas antes como um conjunto de situações típicas com que são confrontados os delinquentes (Matza, 1981).

Desenvolvendo as suas abordagens teóricas a partir de uma perspectiva estrutural, Michel Foucault e I. Taylor, P. Walton e J. Young procuram compreender a evolução histórica das concepções de desvio e crime.

Foucault preocupa-se com a evolução histórica da definição de crime, a qual evoluiu da suplicação pública como forma de exemplo para os possíveis transgressores para, a partir do século XVIII, se centrar na tentativa de controlo dos corpos e mentes através da prisão e da institucionalização do controlo social, criando-se assim a categoria social do marginal (Foucault, 1975).

A chamada "Nova Criminologia", da qual I Taylor, P. Walton e J. Young (1973) são representantes significativos, procura esclarecer, por um lado, as condições materiais e as dinâmicas sociais que rodeiam os comportamentos desviantes (nomeadamente a reacção societal aos desviantes) e, por outro, as origens mais amplas dos comportamentos desviantes e as consequências resultantes da reacção social, o que implica uma visão histórica (Aggleton, 1991: 77-82). Como exemplo analisam as preocupações das autoridades educativas norte-americanas com a chamada hiperactividade infantil e o seu tratamento massivo com drogas calmantes, por ser esse comportamento considerado como potencialmente ameaçador da eficácia do processo de socialização escolar.

Mais recentemente destacam-se algumas abordagens realizadas a partir das propostas de A. Touraine (Quivy e Campenhoudt, 1992; Dubet, 1987),

procurando estas compreender as formas como os processos de exclusão social produzem a decomposição dos sistemas de relações sociais em que os jovens marginais se integram. A marginalidade não resulta, como para a Escola de Chicago ou para os autores funcionalistas, de problemas de integração normativa. Procura-se entender as situações de marginalidade juvenil a partir da forma como se estruturam as suas relações sociais, sendo a marginalidade o produto dos processos de exclusão das vias legítimas de participação (Dubet, 1987: 39). A experiência de situações de marginalidade não é vista como o resultado exclusivo da actuação de forças que ultrapassam e esmagam o indivíduo, embora seja clara a actuação de constrangimentos estruturais, mas também da sua autonomia relativa de acção, manifeste-se ela sob a forma de estratégias individuais ou de grupo, conflitos incipientes e não verbalizados ou esboços de reivindicações de ordem cultural, como respostas à exclusão sentida. Contrariamente a Cohen, consideram que a ausência de sentido histórico, perdida que foi a importância do movimento operário como referência central na acção dos jovens marginais, impede a constituição de uma subcultura. A experiência de vida não se organiza em redor de um conjunto central de valores e representações, mas do vazio de regulação do seu universo. Não existe um "sentido positivo" na acção dos grupos marginais oriundos da classe operária ou outras camadas dominadas, eles não procuram a defesa comunitária (como realçava a Escola de Chicago) ou a afirmação de um desejo de integração e mobilidade social (caso dos bandos nos anos 50). Dubet designa esta incapacidade de empenhamento em acções marginais de "sentido positivo" como *fúria*, em que a revolta e a contestação assumem muitas vezes a forma de violência gratuita e de apelo à força. A delinquência e o aparecimento de bandos são uma tentativa de os indivíduos reconstituírem a sua identidade como actores sociais dentro de um universo em que sejam admitidos e reconhecidos, contribuindo para uma auto-imagem recompensadora (Quivy e Campenhoudt, 1992: 116-118). Estamos, por isso, também longe da contestação de classe média típica dos anos 60, marcada pela sua dimensão política e cultural.

A sociologia do desvio deu um contributo fundamental na crítica às visões etnocêntricas e individualistas/patologistas, com a adopção de uma visão relativa do conceito de desvio, estabelecendo os laços de interdependência entre os quadros culturais, os modos de produção das normas sociais e os processos de designação de determinados indivíduos ou grupos como desviantes. Contudo, este contributo tem ficado muitas vezes aquém das suas potencialidades heurísticas, em particular devido ao centramento nos comportamentos e quadros imediatos de vida dos indivíduos e grupos, "esquecendo" os constrangimentos estruturais a que estes estão sujeitos. Por essa razão, Peter Aggleton (1991: 104) considera que nesta área se impõe estabelecer um programa de investigação, que comporte as seguintes dimensões:

- as determinantes estruturais do desvio;
- o processo societal de reacção em relação ao desvio;
- a psicologia social do envolvimento no desvio.

Mais do que o vazio resultante da anomia, o que estes autores constatarem é, em boa parte pelo alargamento do campo analítico que operaram, a existência de múltiplas formas de *efervescência social* (Maffesoli, 1982 citado por Xiberras, 1993:128). O recompor dos vínculos sociais faz-se através da ressocialização efectuada dentro dos grupos restritos, seja nas áreas naturais (na perspectiva da Escola de Chicago), pela reutilização das antigas estruturas comunitárias e criação de novos tipos de solidariedade, seja pela reunião em volta de práticas estigmatizadas. Maffesoli considera surgir um fenómeno, que denomina de *tribalismo* (Maffesoli, 1988: 93-127), para designar estas novas formas de solidariedade de tipo mecânico que têm como principal característica conseguirem estabelecer laços internos de tipo comunitário e mostrarem-se incapazes de estabelecer laços externos de solidariedade de tipo orgânico. É contudo fundamental reter que qualquer destes processos se produz por referência a um contexto histórico, sem o que inevitavelmente se perderá a compreensão da existência de relações diferenciais de poder e da sua actuação dentro de contextos sociais mais amplos, crítica frequentemente feita aos autores interaccionistas simbólicos (Bourdieu, 1989: 11).

As crianças da rua, um fenómeno extremo de exclusão social

Das referências anteriores ficam algumas pistas importantes para analisar o aparecimento e desenvolvimento do fenómeno crianças da rua.

Os processos de segregação socioespacial, típicos do desenvolvimento urbano, constituem mecanismos de exclusão social cujos efeitos se repercutem de forma selectiva sobre determinadas zonas periféricas da cidade. As situações de exclusão fazem-se sentir aí com especial incidência, em particular através da existência de um espaço físico degradado, de extensas manchas de pobreza e processos de violência simbólica exercida sobre os seus habitantes, representando uma parte importante daquilo que Boaventura de Sousa Santos designa como o "terceiro mundo interno" (Santos, 1993: 17). Constituem "zonas intersticiais", para usar a terminologia da Escola de Chicago, significando estas a retracção espacial das desigualdades existentes na estrutura social, lugares em que a acumulação de factores de exclusão e marginalização contribuem ainda mais para reforçar as características estigmatizantes já atribuídas aos grupos em situação de pobreza. O conceito de subclasse expresso por William J. Wilson (1993) dá bem o sentido do processo de marginalização nestas áreas. A fuga das elites locais e das camadas de classe média, conjugada com a crise no mercado de trabalho,

conduzem a um progressivo isolamento e ao enfraquecimento dos laços e redes de relações com o exterior. Viver num espaço desqualificado em termos urbanos representa viver num espaço com uma carga simbólica negativa muito forte, onde a disponibilidade e possibilidade de mobilização de recursos materiais e relacionais é reduzida (Remy e Voyé, 1976).

Este quadro agrava-se quando falamos das crianças que aí habitam. O nascimento e desenvolvimento em contextos marcados pela pobreza deixam poucas alternativas, colocando-as numa situação de vulnerabilidade em particular quando os mecanismos de socialização têm dificuldade em desempenhar cabalmente as suas funções integradoras.

A reprodução da pobreza não se relaciona apenas com a não transmissão de bens materiais, embora este seja o seu aspecto mais visível, ela diz também respeito a uma herança alargada de representações, atitudes, valores e saberes práticos que são fundamentais para os jovens tentarem antecipar possíveis quadros de vida. Integrando famílias cujos modos de vida poderemos caracterizar como oscilando entre a *destituição* e a *restrição* (Almeida e outros, 1992: 84-86), as crianças vivem quotidianos marcados pelo imediatismo, a insegurança e a imprevisibilidade. O presente é privilegiado face ao futuro, pressionado pela escassez de recursos que obriga ao seu máximo aproveitamento para possibilitar a sobrevivência. Existe então uma pressão para a autonomização precoce das crianças, no sentido de que estas sejam capazes de alcançar (ou pelo menos ajudar a família a conseguir) os meios do seu sustento e satisfazer progressivamente as suas necessidades de forma independente. Surgem neste caso determinadas grupos marginalizados como os vendedores ambulantes, os ciganos, algumas camadas de operários e trabalhadores não qualificados com emprego precário, sendo a gestão do quotidiano feita entre a carência e o excesso (Benavente e outros, 1987: 35-39).

A autonomização precoce revela-se também parcialmente na relação distanciada que as famílias destas crianças têm com a escolaridade. Esta é considerada um assunto da responsabilidade das crianças, sendo rara a interferência das famílias na sua evolução, o que também mostra o fraco papel que esta ocupa nas suas vidas.

O distanciamento das famílias marginalizadas face à escola resulta de dois factores. Primeiro, estas famílias são em geral marcadas por uma história de insucesso escolar, tendo as representações e expectativas sobre ela transmitidas de pais para filhos características negativas que realçam a violência e inutilidade desse esforço (Willis, 1988; Benavente e outros, 1994). Segundo, a escola impõe às famílias um conjunto de reestruturações nas práticas quotidianas que são por vezes incompatíveis com o seu universo cultural, procurando interferir num leque de questões que pode ir desde a ordem dos gastos prioritários até à higiene pessoal. Como diria Cohen, a escolarização transforma-se num processo de violenta aculturação com a desvalorização e obscurecimento dos valores e elementos culturais dessas crianças. O apare-

cimento de contraculturas escolares representa uma forma de resistência, nem sempre consciente ou com um sentido "positivo", pois é frequente contribuírem para aprofundar a sua dependência face a sistemas de valores marginais. Um dos seus sintomas mais fortes é o aparecimento da violência anómica (por exemplo a destruição, sem razões aparentes, do equipamento das escolas) como resposta ao sentimento de frustração que andar aí representa (Dubet, 1987).

A existência de experiências de insucesso escolar, cumuladas com o frequente abandono precoce da escolaridade, contribuem para o reforço dos factores que levam à manutenção das crianças e jovens em situações de pobreza e marginalização social. A não aquisição, através da escola (ou de outro sistema de formação), de instrumentos para competir por lugares mais qualificados no mercado de trabalho é um obstáculo significativo para o estruturar de futuros alternativos à situação de precariedade em que se encontram, tendo fortes consequências negativas na integração no mercado de trabalho e no próprio processo de transição para a vida adulta (Coleman e Husén, 1990: 58-60).

Este quadro pode levar à constituição ou integração em redes de relações alternativas como tentativa de alcançar alguns dos objectivos culturalmente valorizados. A colisão entre as restrições de contextos familiares e locais marcados pela precariedade e uma sociedade fortemente valorizadora do sucesso individual e material constitui, sem dúvida, um forte incentivo para tal.

Há em certos meios uma linha pouco definida entre o legal e o ilegal constituindo a deriva entre ambas uma situação corrente e mesmo tolerada pelas gerações mais velhas, como recentemente constatou José Machado Pais (1990: 613). A chamada de atenção para que os comportamentos desviantes pressupõem uma mudança de estatuto, como resultado de um processo de designação, veio realçar a importância da actuação das agências de controlo e produção de normas e do seu papel no estabelecimento dos limites entre a "normalidade" e o "desvio". A tentativa de normalização das práticas, através da cada vez maior regulamentação da vida privada dos cidadãos, constitui um facto que pressuporia a mudança dos seus quadros de referência, o que nem sempre é partilhado ou visto positivamente por estes.

O processo de mobilidade espacial dos bairros periféricos em direcção ao centro encontra-se em íntima ligação com as trajectórias sociais destes jovens e grupos sociais pobres, migrantes para quem as promessas de melhoria das condições de vida ficaram por realizar. Analisar as práticas espaciais das crianças da rua significa seguir um percurso de fuga das zonas mais degradadas da cidade e periferia para o centro, como que atraídos pelo "caleidoscópio imagético" que este constitui (Rodrigues, 1992: 94).

A sua instalação na zona central da cidade, utilizando para isso prédios degradados ou carros abandonados, constitui como que um movimento

paralelo e clandestino da progressiva nobilitação. Após décadas de progressiva degradação das zonas históricas e de pressão para a terciarização do centro, dão-se aí transformações importantes, com a revitalização de algumas zonas através da instalação de equipamentos de lazer, de novas actividades económicas ligadas à produção de bens simbólicos e da renovação de habitações degradadas com instalação de novos moradores, maioritariamente de classe média/alta. É de referir ter este duplo processo coexistido com a manutenção de zonas tradicionais de marginalidade, cujas fronteiras se foram lentamente diluindo e, frequentemente, adaptando à nova clientela. Não se poderá dizer que tenha sido um processo pacífico, pois entre as tentativas de afastamento dos antigos ocupantes e a instalação dos novos mantêm-se ainda conflitos entre os interesses dos vários actores envolvidos.

As trajectórias percorridas por estes grupos de crianças das várias zonas da cidade e periferia levantam ainda a questão de saber de que modos se produzem esses espaços que fazem *periferia no centro da cidade* (Rolleau-Berger, 1989: 34). Estas crianças vêm ocupar zonas da cidade marcadas pelo anonimato, que têm vindo a perder o seu lugar como espaço de identidade, relacional ou histórico — antigas praças transformadas em parques de estacionamento, ruas onde já não se pára porque as lojas se transformaram em agências bancárias, etc. A apropriação desses espaços públicos traduz-se então num fenómeno de privatização, em que o delimitar de fronteiras constitui uma forma de identificar os semelhantes e gerir os recursos potenciais (trata-se aqui de recursos eventuais e incertos). Transformam-se, desta forma, esses espaços descaracterizados num "lugar antropológico" (Augé, 1993: 56-58), cuja apropriação é uma modalidade fundamental das práticas colectivas e individuais e do processo de construção da identidade destes grupos de crianças. É ao mesmo tempo princípio de sentido para os que ocupam e de inteligibilidade para os que observam.

Contrariamente às visões correntes divulgadas nos *media*, nem sempre os grupos são constituídos por crianças em ruptura total com a família ou vítimas de abandono. Mostram os poucos estudos existentes que a estada na rua pode apresentar diferentes gradações, sobrevivendo apenas uma minoria de crianças de forma totalmente independente nas ruas e mantendo a grande maioria ligações pelo menos com um dos familiares mais directos — pai, mãe, avó (Aptekar, 1989a, 1989b; Lucchini, 1990, 1991; Moselina, 1988, 1991; Myers, 1989; Silva, 1992). Estar na rua não é para muitos uma situação nova, esta não lhes é estranha, podendo a permanência na rua em certos grupos constituir mesmo um contexto central de socialização e de construção da autonomia individual da criança. Este aspecto é aliás reforçado pela constatação generalizada nos vários estudos de que quase 90% das crianças da rua são rapazes, permanecendo a casa para as raparigas como espaço de referência. Lewis Aptekar considera ser a autonomização precoce um dos elementos das culturas de pobreza, onde cedo as crianças são chamadas a assumir

responsabilidades familiares, tomando conta dos irmãos ou sendo desde pequenas autorizadas ou incentivadas a encontrar na rua parte dos recursos inexistentes em casa (dos brinquedos à alimentação) (Aptekar, 1989a: 428). É contudo de ter em atenção a importância dos efeitos situacionais, que podem ter um papel importante na ida para a rua (McCarthy e Hagan, 1992: 600). A fuga a um conjunto de situações adversas (pobreza, violência familiar, insucesso escolar e conflitos com colegas e professores) pode simplesmente dar origem à queda noutras (toxicod dependência, exploração sexual, agressões, etc.), reforçando a integração em redes de tipo marginal.

A deriva entre a família e a rua constitui para a criança um processo de aproximação progressiva à vida da rua. Começa a estruturar-se uma carreira de criança da rua que consiste na transição, nem sempre totalmente realizada, entre dois pólos: de um lado o contacto com a rua, mas integrado na família e com relações frequentes e intensas com adultos significativos (vizinhos, outros familiares); do outro, a ruptura total com a família e adultos passando a viver de forma independente na rua. Entre ambos existem diversas situações intermédias que representam diversos graus de integração na vida da rua — da criança que passa o dia na rua a angariar recursos e geralmente regressa à noite a casa, às que alternam pequenos períodos de fuga na rua com outros de regresso a casa. Ricardo Luchini (1991: 67) define três grandes etapas na constituição de uma carreira de criança da rua:

- a criança ainda não se identifica totalmente com a vida da rua (esta é jogo, autonomia);
- ela reivindica a sua pertença ao mundo da rua e afirma aí a sua presença;
- ela procura alternativas à rua, quer deixar a rua.

Este processo de integração é fundamental para a estruturação da identidade da criança da rua. O contacto progressivo com a rua exige-lhe que se ressitue face aos novos contextos de integração, levando-a a construir uma nova imagem de si. A existência ou não de relações estáveis com os adultos (em particular afectivas), o tipo de experiências feitas na rua e as competências sociais adquiridas são elementos fundamentais dos seus modos de adaptação à rua e do processo de reestruturação da sua identidade individual e colectiva.

A integração na vida da rua é geralmente feita através da entrada para um grupo que fornece apoio e defesa, sendo o quotidiano marcado pela precariedade e imediatismo, tendo como objectivos fundamentais a procura da satisfação das necessidades imediatas e do prazer. A conquista de um estatuto dentro do grupo baseia-se nos pares opostos força/poder e autoridade/prestígio, estando provavelmente a predominância de um ou outro ligada à dimensão e tipo de estruturação dos grupos e ao tipo de líderes existentes (Lucchini, 1990: 23-25). Outra característica marcante da vida da

rua é a violência. Os conflitos com outros grupos, com a polícia ou mesmo dentro do próprio grupo são uma constante que exige aos seus membros uma constante reafirmação das hierarquias internas do grupo e da manutenção de laços de entreajuda mais ou menos regulares.

Um aspecto fundamental é a verificação de que o aumento de idade geralmente tende a representar o abandono da rua para situações mais estruturadas (Lasley, 1992: 448), com frequente integração no mercado de trabalho (mesmo que em situação precária) e a criação de situações residenciais mais estáveis. Nalguns casos (minoritários) verifica-se a adopção de um modo de vida característico da delinquência.

Ser criança da rua significa, pois, viver numa situação extrema. Excluídos da escola, sem idade para integrar o mercado de trabalho (para o qual também não possuem qualificações), estas crianças e jovens estão presos num círculo do qual têm dificuldade em sair. Maioritariamente oriundos de grupos sociais pobres, a fuga para a rua lança esses jovens numa situação marcada pela precariedade, a violência e a ausência de perspectivas de futuro, deixando-os entregues a si mesmos e à capacidade de sobrevivência que consigam demonstrar. Da discussão realizada parece-nos possível colocar as seguintes hipóteses:

- a) o aparecimento do fenómeno *crianças da rua* resulta da actuação de processos estruturais de exclusão social, em particular da articulação de mecanismos de segregação socioespacial com processos de exclusão resultantes da implementação das políticas sociais de infância/juventude (especialmente as de educação e segurança social);
- b) a ida para a rua nem sempre significa que se desenvolva uma carreira de criança da rua em todas as suas etapas. As várias gradações podem indicar a existência de padrões de socialização e autonomização das crianças diversos dos impostos institucionalmente;
- c) os modos de vida particulares destas crianças resultam da utilização, num contexto específico (o centro da cidade), dos recursos simbólicos disponíveis na chamada cultura da pobreza, constituindo assim uma sua variante. Estar na rua significa ter acesso a bens de consumo que de outra maneira lhes estariam vedados, mesmo que tal seja realizado através do recurso a alternativas consideradas como socialmente não aceitáveis.
- d) para as crianças que saem de casa, a integração em bandos possui um carácter funcional, contribuindo para a sua reestruturação enquanto actores sociais dentro de um universo em que são admitidos e reconhecidos, concorrendo para a estruturação de uma identidade social e individual compensadora.

Capítulo 3 VIDAS VIOLENTAS

Da periferia para o centro: continuidades e rupturas

Como na generalidade das grandes cidades também em Lisboa existiram ao longo dos tempos zonas tradicionais de marginalidade e pobreza mais ou menos delimitadas. Com o crescimento da AML surgiram novas manchas marcadas pela exclusão, como resultado de um modelo de crescimento económico de que faziam parte integrante as migrações para a cidade e a pobreza urbana, mesmo que a última fosse considerada como transitória. Assim a instalação de largos milhares de pessoas em bairros de barracas e zonas de habitação degradada foi vista com alguma indiferença e distanciamento pelo poder, que nunca procurou saídas reais para a sua resolução. Hoje, a par com algum esforço na alteração dessa situação, assiste-se ao esbater das delimitações espaciais tradicionais e ao seu pulverizar por toda a cidade, em particular pelas zonas centrais, locais de afirmação simbólica do poder político e financeiro. O funcionamento dos mecanismos de segregação socioespacial que até há pouco tempo asseguravam um "eficaz" zonamento é agora confrontado com uma crescente diversidade de situações. Os deserdados da reconversão económica e social aumentam, surgindo casos de extrema exclusão que os mecanismos de controlo social existentes têm dificuldade em enquadrar. Exemplo disso são os chamados "sem abrigo" que, em número crescente, deixaram há muito de ser apenas constituídos por idosos pobres; ou o caso das crianças da rua que sobrevivem dos expedientes da economia informal ou mesmo ilegal. A hipótese de que o aparecimento das crianças da rua faz parte desta mesma categoria de fenómenos, com raízes nas situações de exclusão vividas por determinados grupos sociais presentes na AML, terá então que encontrar alguma base empírica nos dados recolhidos. Trata-se de saber quem foge ou permanece longos períodos na rua e que tipo de

relações possui com as instituições responsáveis pela socialização das crianças e jovens.

O primeiro traço relevante que podemos identificar na amostra é a relação entre origem espacial e social dos respondentes.^(*)

O facto de em 21 entrevistados 11 morarem em bairros de barracas e dos outros um número significativo (5) viverem em zonas de habitação degradada (ou seja em conjunto 76%), relação que aparece também de forma clara através da análise dos dados fornecidos por Rita E. Silva (ver anexo II, figura II.1), fornece um primeiro elemento importante para compreendermos até que ponto este fenómeno se encontra ligado à pobreza urbana. Relativamente às origens sociais elas radicam-se essencialmente no operariado da construção civil no caso do pai (9 casos) e nos trabalhadores não qualificados no caso da mãe (empregadas de limpeza em 7 casos). De referir o aparecimento de um problema comum às várias pesquisas consultadas sobre crianças da rua — há uma relativa dificuldade em conseguir identificar a totalidade das posições sociais dos pais das crianças, seja porque nunca conheceram pelo menos um dos progenitores (que os abandonaram em 5 casos), por estes terem morrido (4 casos) ou por tentarem ocultar a sua verdadeira ocupação (prostituição, 2 casos).

Relativamente à escolaridade obrigatória de seis anos a que estas crianças estariam obrigadas, verificamos que apenas em dois casos foi terminada, ficando-se em geral pelo 4.º ou 5.º anos de escolaridade, possuindo todos os casos pelo menos uma experiência de insucesso escolar. A transição do 1.º para o 2.º Ciclo do Ensino Básico tem consequências desastrosas, dando-se geralmente o abandono antes de finalizar o 1.º ano.

Estes dados são concordantes com os obtidos através do tratamento da base de dados (ver anexo II, figura II.2), o que confirma a dificuldade da escola em lidar com crianças provenientes de meios sociais culturalmente distantes da cultura escolar. Encontramos ainda uma confirmação desta relação negativa com a escolaridade nas Estatísticas da Justiça (anexo II, quadro II.1), não ultrapassando a escolaridade dos menores que contactam com a justiça o 2.º Ciclo do Ensino Básico. Nos três casos é de assinalar a presença de crianças e jovens analfabetos, num escalão etário em que a escolarização e a alfabetização estão próximas de atingir os 100%, o que dá algumas indicações acerca da importância que atribuem à frequência da escola e às dificuldades que aí encontram.

Um outro aspecto que consideramos relevante é a dimensão e estabilidade do núcleo familiar. As crianças inquiridas são na maioria originárias de famílias numerosas — 13 casos com mais de 5 elementos. É de referir que das restantes 8 que tinham entre 3 e 4 elementos existiam alguns casos de famílias

(*) Para uma informação mais pormenorizada sobre a amostra, bem como sobre os procedimentos técnicos e metodológicos usados neste estudo, ver anexo I.

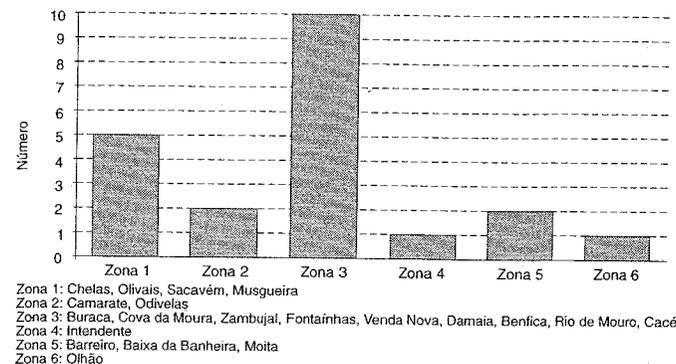


Figura 3.1 Origem geográfica das crianças da amostra

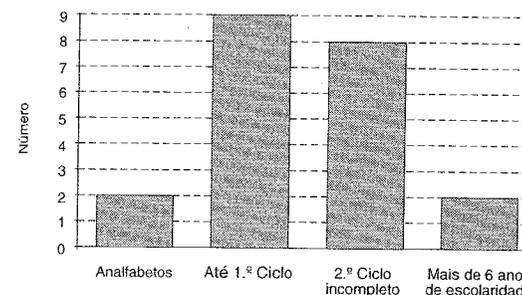


Figura 3.2 Nível de escolaridade atingido pelas crianças da amostra

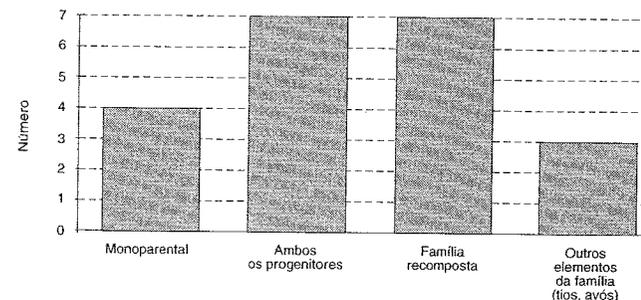


Figura 3.3 Constituição da família das crianças da amostra

monoparentais (4 casos) e outras em que alguns dos membros já a tinham abandonado, caso dos irmãos mais velhos (ver também anexo II, figura II.3). A estabilidade do núcleo familiar é reduzida sendo apenas em 7 casos constituída por ambos os progenitores, o que dá alguma imagem das tensões a que as crianças estão sujeitas (figura 3.3).

A questão da dimensão é significativa se considerarmos, como J. M.^a Cabanas, que os processos de socialização intra-familiar nas famílias numerosas possuem características específicas que favorecem a autonomia precoce das crianças. Como refere este autor a estrutura interna destas famílias é mais autoritária, há um menor protecção das crianças e o processo de socialização é mais amplo, promovendo mais cedo a autonomia das crianças (Cabanas, 1980: 110-111).

A descrição atrás realizada configura no seu essencial um quadro de continuidades sociais, em que de forma mais ou menos directa podemos verificar a actuação dos mecanismos de reprodução da situação de exclusão em que se encontram as famílias de que são originárias estas crianças. Filhos de famílias pouco escolarizadas e profissionalmente pouco qualificadas, vivendo em habitações precárias com famílias numerosas, estas crianças, pelos seus percursos de vida parecem reunir todas as condições para se integrarem no ciclo reprodutivo da pobreza. Contudo essa situação de desvantagem não explica cabalmente as razões da fuga para a rua, já que existem largos milhares de crianças que se encontram na mesma situação e permanecem em casa, sem entrarem em ruptura com os contextos de socialização em que cresceram. Há então que procurar razões complementares que permitam uma explicação cabal do fenómeno.

Ao analisarmos o discurso destas crianças verificamos a existência de um conjunto de rupturas no seu quotidiano familiar e escolar que, em nosso entender, constituem um elemento fundamentais para a compreensão da decisão de fuga ou prolongada permanência diária na rua.

Para além da influência directa dos factores estruturais de exclusão, e em íntima ligação com estes, surgem ao nível relacional um conjunto de situações de ruptura que acabam por ter uma influência determinante no desencadear das situações de fuga. Em particular interessam-nos as que se desenrolam dentro da família e da escola, por ser nelas que o quotidiano das crianças é centrado e se estabelecem as relações com maior significado no seu universo social.

A vida das famílias pobres caracteriza-se pela *insegurança* e *imprevisibilidade*, decorrentes de uma forte dependência dos recursos disponíveis face às frequentes alterações contextuais, o que não possibilita o estruturar de projectos de vida a longo prazo — ou só o permite raramente (ver, a propósito, Almeida e outros, 1992). Contudo podemos encontrar outras consequências no seu quotidiano, ressaltando da análise das entrevistas dois elementos que surgem como estruturais: a *instabilidade* e a *violência*.

Sujeitos a condições de vida desgastantes, os adultos têm dificuldade em lidar com os problemas colocados pelas crianças, muitas vezes "herdadas" de anteriores relações. Face aos constrangimentos e tensões a que são sujeitas, as relações familiares são vítimas de um processo de erosão que se reflecte na instabilidade que caracteriza muitas destas famílias, como surge patente na figura 3.3.

Esta mesma instabilidade revela-se claramente no discurso das crianças.

P: E o que é que tu achavas do sítio onde moravas ?

R: Não gostava.

P: Não gostavas porquê ?

R: Não m'agrada ... não gosto de morar em pensões. [E 8]

(...) a minha mãe foi fazer uma cura ... de toxicoddependência, e eu vim pra'qui para casa da minha bisavó, a minha bisavó morreu, estou com as minhas primas ... só que nunca lá vou para casa ... [E 7]

Se eles, se aqui as pessoas forem p'ra minha casa vêem logo que eu tenho o direito de estar aqui (na instituição) ... lá em casa somos muita gente e a minha casa é pequena. [E 16]

Esta instabilidade que afecta a maior parte das famílias é, contudo, em parte compensada pela existência de um conjunto de outros familiares que desempenham um papel de substituição e compensação, embora nem sempre muito bem sucedido. Os dois elementos chave deste processo são a tia e a avó, simultaneamente suporte de apoio (ao pai biológico) e para onde as crianças são empurradas quando os laços familiares são ténues (caso dos padrastos) por desaparecimento mãe (por morte ou não).

Sim, estava lá (na Cova da Moura), depois a minha mãe morreu, o meu padrasto bateu na minha irmã, pôs-nos fora de casa, depois a minha irmã foi na casa da minha tia, eu também fui na casa da minha tia e depois é que comecei, pronto, comecei a andar com esses gajos da Buraca, isso tudo, depois comecei na Praça do Comércio. [E 11]

P: Vivias com os teus tios porquê ?

R: Foi o meu pai que me deixou ficar lá na minha tia.

P: E a tua mãe ?

R: A minha mãe estava no Brasil ... [E 14]

A instabilidade familiar não surge apenas como resultado da erosão das relações afectivas e pessoais entre adultos, por vezes ela é trazida para dentro

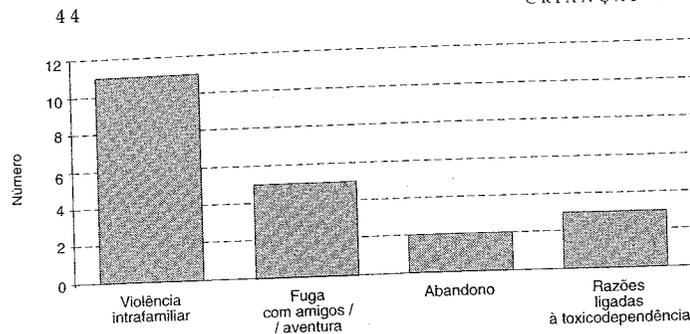


Figura 3.4 Razões referidas pelas crianças da amostra como estando na origem da ida para a rua

da família pelas próprias crianças, por razões ligadas à toxicodependência (embora apenas em dois casos).

- P: Porque é que decidiste vir para a rua ?
 R: Porque é que eu decidi vir para a rua ... eu por acaso ... pá, não decidi vir para a rua, 'tás a ver, certas cena que eu fiz por causa da droga, o meu velho é que depois me mandou ... [E 4]

A degradação da vida familiar e a permanência de situações de tensão interpessoal dificulta a resolução dos problemas levantados pelas crianças fazendo com que a violência física surja como uma saída, mesmo que precária. Esta surge como uma alternativa para quem possui recursos educativos escassos e se vê confrontado com os problemas de gestão de famílias numerosas. A violência surge mesmo, na perspectiva das crianças entrevistadas, como a principal razão de fuga para a rua, o que mostra o seu peso nas soluções educativas familiares (figura 3.4).

Se juntarmos à violência física sobre as crianças, entendida pelos adultos como necessidade educativa, o abandono (ela própria uma situação de violência, embora com outro sentido) encontramos uma realidade permanente na vida destas crianças. O seu quotidiano é marcado pela presença ou sugestão da violência, seja ela sob a forma de agressão ou de outro tipo de imposições.

- Os meus pais andavam à porrada ... depois em vez de, a minha mãe e o meu pai descontarem um no outro, não, vinham descontar em mim (...) estar na rua sempre é melhor do que estar em casa, sempre a levar porrada.
 [E 2]

- P: Fugiste de casa porquê ?
 R: Era o meu tio, bateu-me e depois queria bater mais ... já não podia mais, fugi... [E 15]

(...) já havia assim conflitos, tás a ver, em casa ... do meu velho bater na minha velha ... sempre foi o grande problema, (...), isto deve ter contribuído um bocado em que ... prontos, os três filhos que a minha mãe teve se metessem os três na droga ... [E 5]

- P: Mas estavas lá fechado como ?
 R: Atão metia-me em casa fechado. Ele ia trabalhar só quando viesse do trabalho é que ... pronto ... é que eu podia sair ... [E 3]

- P: O que é que acontecia quando voltavas para casa ?
 R: Levava surra ...
 P: E depois, por causa disso, fugias outra vez ?
 R: Às vezes, depois também não tinha nada para fazer em casa ... [E 14]

Perante a instabilidade familiar e a violência, as crianças procuram na fuga a solução para essa situação, tentando encontrar na rua a autonomia que lhes possibilite uma vida com menos sujeições a uma autoridade adulta vista como pouco justa.

A fuga para a rua é encarada por muitas famílias com algumas preocupações mas sem grandes medidas para tentar o regresso da criança a casa, havendo apenas três casos em que existiu um empenhamento efectivo na tentativa de regresso da criança para casa. Na generalidade as famílias parecem considerar que pouco poderão fazer, confiando nas capacidades das crianças para assegurar a sua sobrevivência. Isto poderá significar que possuem modelos de socialização e de avaliação da maturidade necessária para as crianças se autonomizarem dos adultos diferentes das dominantes na sociedade, que se encontram na base da legislação relativa à escolaridade obrigatória e idade mínima de entrada no mercado de trabalho. Tal hipótese, que já tinha merecido uma referência num trabalho efectuado por L. Aptekar na Colômbia (Aptekar, 1989a), mereceria uma abordagem mais profunda. Do ponto de vista das crianças ele é também visto como normal, embora por vezes a falta da afectividade familiar, mesmo que diminuta, seja sentida.

- P: E os teus pais sabiam que tu vinhas para a rua assim, não era ?
 R: Não, a primeira vez que eles viram que a gente não ia para casa começaram à nossa procura, depois como eles viram que a gente fugia depois sempre, nunca mais ligaram (...)
 P: E costumavas ver os teus pais quando vinhas para a rua ?
 R: Sim, quando eles iam ali à Praça buscar flores, a gente via-os sempre ...

- P: Mas falavam com eles ?
 R: Não. A gente ia de vez em quando lá ver. [E 10]
- P: E custou-te muito dormir no banco de jardim ?
 R: Um bocado, porque ... tive falta da minha mãe ... [E 9]
- P: O que é que pensaste quando fugiste para a rua ?
 R: Pensava que ia trabalhar ... depois ia mostrar à minha mãe que não precisava ... [E 12]

A instabilidade e violência familiar encontram continuidade no decorrer da escolaridade, seja pela mudança frequente de professores seja pelas dificuldades encontradas durante o tempo que passam na escola, com aprendizagens caracterizadas pela violência simbólica e frequentes conflitos com professores, funcionários e colegas.

O sistema de colocação de professores leva geralmente para as escolas situadas em bairros degradados docentes em início de carreira, com pouca experiência pedagógica e à procura de mobilidade profissional que os aproxime da residência e das escolas consideradas como menos "difíceis". A necessidade de os docentes ultrapassarem o desgaste provocado pelas exigências de um quotidiano escolar marcado pela massificação do ensino e ambientes de trabalho pouco motivadores degrada a relação pedagógica, facto que é sentido de forma particular pelas crianças, em especial quando as aprendizagens são marcadas pela dificuldade e a motivação já é, à partida, baixa. Este distanciamento é simbolizado pela sensação de vazio que deixa após a saída, sem que existam grandes recordações significativas das aprendizagens lá realizadas.

Eu andei até à 4.ª classe lá (escola primária em Benfica), depois ... até eu ... da 1.ª até à 4.ª todos os anos nós mudávamos de professora, nunca ficávamos com a mesma professora. [E 1]

- P: Deixaste a escola só porque ela era chata?
 R: Sim, é que era chata ... os professores também ... mas a escola ... [E 6]
- P: Diz lá uma coisa que tenhas aprendido na escola.
 R: Já esqueci tudo, já tem muito tempo ... [E 15]
- P: Para que é que vocês acham que serve aquilo que se aprende na escola?
 R: P'a deitar no lixo ! [E 17]

Este misto de vazio e desinteresse que rodeia as aprendizagens escolares desaparece por completo quando abordamos o quotidiano na escola, trans-

formando-se em recordações e opiniões bem vincadas. Ele é vivido como uma *prisão* e um *campo de batalha* (Willis, 1988; Serrano e outros, 1991), local em que os alunos (vistos como ocupando uma posição dominada) não têm direito de expor os seus pontos de vista e a justiça é geralmente aplicada em seu desfavor. Neste tipo de contexto, em que as próprias regras da instituição constituem mais um elemento de conflito, a agressividade física como auto-defesa é considerada legítima e necessária para sobreviver dentro da escola. Encontram-se aqui os elementos típicos de uma contracultura escolar da classe operária, de resistência ao processo de aculturação levado a cabo pela escola. Como pudemos constatar noutra situação (Benavente e outros, 1994), esta representa um elemento fundamental da relação de certos grupos sociais com a escola e tem um papel importante no desencadear de situações de abandono escolar. A *violência* (física e simbólica) vivida por estas crianças surge novamente como o elemento marcante da sua experiência quotidiana, sendo nas relações pessoais com os professores que as críticas são mais fortes, particularmente quando não demonstram grande paciência ou tolerância. A escola é vista como uma prisão, onde o direito de expressar as próprias opiniões é limitado e sujeito a reger-se pelas imposições dos professores.

- R: Há outros (professores) que são chatos, não compreendem um miúdo, a gente fala uma coisa, parece que não compreendem o que a gente quer dizer, tem que ser tudo como eles querem, depois um gajo enerva-se, depois têm que ... levar com a gente, ou com a cadeira ...
- P: Como é que tu definias um bom professor ?
- R: Atão, um bom professor é aquele que gosta de nos ouvir, né, quando a gente lhe pede para explicar uma coisa deixa a gente explicar, quando assim ... quer pôr alguma questão deixa a gente falar, não 'tá sempre a mandar calar e quê ... deixa-nos ir à casa de banho, não é como aqueles professores qu'a gente quer ir à casa de banho "Não, aguentas aí, vais aguentar aí até ao sair da aula" ... isso é qu' é um professor fixe, agora aqueles professores ... [E 12]

Um professor porreiro não é um professor que deixe fazer tudo, tás a ver, mas é um professor que ensine bem e que, pronto ... tenha que repetir duas ou três ou quatro, ter que repetir as vezes que for necessário ... para um aluno perceber, se tiver que repetir repete, né ? ... mas de livre vontade, não se atirar ao ar ... e que seja uma pessoa aberta ... [E 4]

O facto de se sentirem fortemente limitados na capacidade de expressão representa para estas crianças como que um questionamento e desvalorização da própria identidade individual e grupal, levando-os a reagir à ameaça de perda dos seus símbolos identitários. Perante a desigualdade de poder e

instrumentos simbólicos envolvidos neste processo de interacção, resta às crianças o afrontamento, geralmente através da valorização da força física.

- P: Então e como é que elas (professoras) tratavam os alunos ?
 R: Essas professoras é que fazem pouco, pouco da gente, os pretos ... faziam... tinha alguns que não gostavam ... chamavam pretos (...) eu ia falar com a directora, a directora não dizia nada ... uma vez enervei-me ... quando eu lutei com o colega ... ela foi-se meter e eu atirei-lhe com um banco pelo focinho. (...) Eu não sou preto ... mesmo se eu tivesse preto ... eu não gostava que ninguém me chamasse assim ... [E 15]

- P: Qual foi a pior coisa que te aconteceu na escola ?
 R: Nenhum, foi quando a menina ... batiam nela e a professora batia em mim, depois eu batia na professora. (...) depois esperava lá fora ... uma vez acertei-lhe com uma pedra aqui (...) ela teve que ir para o hospital.
 [E 16]

As recordações da vida escolar mostram um quotidiano semeado de incidentes, muitos deles violentos, através dos quais nos apercebemos de um espaço escolar que é um verdadeiro campo de batalha. A relação pedagógica encontra-se obviamente degradada e submersa pelo problema disciplinar, sem que pareça existir qualquer sucesso em modificar a representação e a relação que estas populações infantis mantêm com a escola. O aparecimento de comportamentos violentos surge muitas vezes de forma súbita e extrema, tendo como único sentido o afrontamento e o colocar em causa da autoridade dos agentes da instituição

Havia lá um contínuo, a gente gozava com ele (...) uma vez que ele me apanhou, começou-me a bater ... depois começámos à porrada os dois, eu dei-lhe com uma cadeira parti-lhe a cabeça, depois ele amandou-me ao chão, queria dar-me chutos ... eu tinha uma faca, cortei-lhe aqui ... depois fugi, abri a porta da sala, fugi, o contínuo era maluco. [E 7]

Eu tava a mandar uma seta pró chão e ela (a professora) disse para eu não mandar pró chão e eu continuei a mandar e ela agarrou ... ia-me tirar aquilo, conforme ia-me tirar aquilo eu piquei-a ... piquei-a e ela deu-me um estalo, conforme deu-me um estalo eu dei-lhe logo tamém ... e à contínua foi lá nos corredores, ela puxou-me os cabelos e eu virei-me para trás e pumba ... dei-lhe tamém ... [E 5]

Esta situação encontra-se retratada igualmente de forma clara nas razões consideradas como estando na origem do abandono da escola (anexo II,

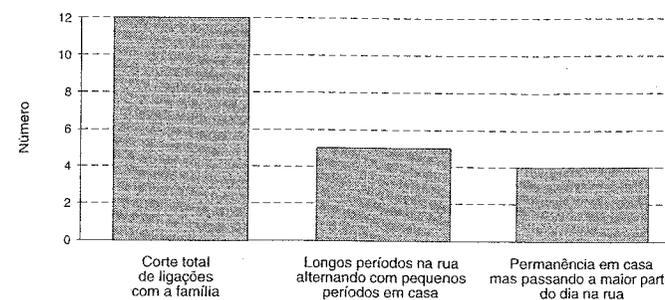


Figura 3.5 Situação perante a família das crianças da amostra

figura II.4), surgindo como centrais os problemas com professores e a dificuldade de aceitação das regras da escola.

Por fim, é de realçar que nem todas as fugas para a rua são motivadas exclusivamente pelas razões atrás expostas, surgindo então o desejo de aventura ou o acompanhar de amigos como a causa apontada. O desejo de aventura exprime uma característica típica da adolescência, o desejo de autonomia para tomar as próprias decisões e fazer as suas próprias experiências sociais, que sentem ser reprimido nas respectivas famílias.

Participantes de um mundo em que a vida das crianças é pautada pelas dificuldades e a instabilidade, a fuga para a rua parece, à primeira vista, uma experiência com características fortemente desviantes marcada pela ausência de adultos responsáveis, constituindo um corte radical com o universo de referências que até aí lhes foram familiares. Contudo, ao aprofundarmos a análise, cedo nos apercebemos que esta ruptura nem sempre se dá de forma definitiva, sendo mais correcto falar da coexistência de uma diversidade de situações de continuidade e ruptura.

De comum à generalidade dos casos encontramos o conhecimento que possuem da rua, que lhes é familiar desde pequenos. "Estar na rua" é para as crianças originárias das chamadas classes populares uma das principais formas de socialização, geralmente em espaços junto da habitação onde convivem com familiares e amigos da mesma idade. Aí se encontram integradas em redes de sociabilidade em que o controlo social, embora difuso, está sempre presente. Esta experiência é fundamental na apropriação dos modelos culturais e sua posterior aplicação a novas situações, momento de exercitação de muitas das competências sociais necessárias à futura sobrevivência autónoma (o sentido de cooperação, a bravura, o reconhecimento mútuo). É aliás no bairro de residência da família que geralmente se fazem os primeiros contactos e recolhem informações sobre a existência de grupos de crianças que subsistem mais ou menos autonomamente na rua e dos seus

locais de encontro. Desenha-se assim uma linha de continuidade entre a casa, o bairro e a rua, verdadeira rede através da qual circula informação que facilita a antecipação da fuga e das suas eventuais consequências.

- P: E depois fugiste para a rua, já conhecias lá alguém ?
 R: Já, já conhecia muitas pessoas aqui (...) a maior parte conhecia-os do meu bairro, outra parte conheci do Terminal. [E 3]
- P: E já sabias como era a vida na rua ?
 R: Já, quando eu comecei, a primeira vez que eu comecei com o meu irmão, ele era o mais velho e já conhecia aquilo. [E 10]

Mas as continuidades entre a vida na rua e a vida no bairro de origem não se limitam ao prévio conhecimento da vida na rua e seus códigos, pois nem sempre existe uma ruptura radical entre a criança, a família e a comunidade de origem. Várias situações podem ser encontradas, desde as crianças a viver de forma completamente autónoma na rua, com contactos esporádicos sem regularidade com a família ou mesmo totalmente inexistentes, até aos casos em que se verifica uma ausência de casa por períodos de um a dois dias. A análise das situações dos entrevistados (figura 3.5) permite-nos retirar algumas ideias importantes.

As diferentes gradações da situação da criança perante a família representam o empenhamento naquilo que podemos designar por uma *carreira da criança da rua*, no sentido em que Becker o definiu e Lucchini mais tarde o operacionalizou (Becker, 1963; Lucchini, 1991). Quer isto dizer que em cada momento é possível encontrar crianças que se encontram em diferentes situações perante a família, desenvolvendo um processo de aproximação à rua com diferentes significados e ritmos temporais.

Nunca fugi de casa, tive sempre em casa só que saí às vezes, às vezes passava noites com amigos que não devia andar, (...) roubavam e andava junto com eles ... e chegou a certa altura que eu fui a tribunal ... [E 1]

- R: Chateei-me em casa ... depois vim ... comecei-me a habituar com eles e agora só vou a casa mudar de roupa, como e venho outra vez.
 P: E dormes lá ou dormes com eles ?
 R: Durmo com eles. [E 7]
- P: E o que é que os teus pais pensaram de vires para aqui ?
 R: Não sei, já não tou em casa há dois anos (...) nunca os vi ... [E 2]

O processo de transição entre a família e a rua é normalmente mediado pela intervenção de terceiros, sejam eles familiares (tias, avós, madrinhas), amigos

ou recém conhecidos. Estes proporcionam um momento de transição, psicologicamente decisivo para a habituação à situação de ausência da família. Tal facto mostra que muitas das fugas para a rua não resultam apenas do ímpeto surgido num momento de revolta e desespero, mas que se integram frequentemente num processo lento e tolerado dentro das comunidades de origem.

Comecei a ir para casa de um amigo meu que morava em Caxias, a mãe dele não dizia nada, dormir não dormia lá, às vezes voltava para casa, às vezes ficava toda a noite acordado ... [E 8]

- P: Como é que começaste a vir para a rua ?
 R: Comecei a sair ... saía logo de manhã, depois ia para o Continente arrumar carros, depois ia para a piscina da Reboleira, depois saía da piscina ia outra vez arrumar carros para comer, (...), como a minha avó morava em Santa Cruz vinha apanhar o comboio na Damaia para ir para lá, depois começava a vir para Lisboa, mas ia sempre a casa. [E 14]

Este processo pode ou não vir a completar-se, havendo situações em que a criança nunca chega a abandonar a família, mesmo mantendo fortes ligações com redes de relações alternativas existentes na rua. Neste sentido ser criança da rua não se pode caracterizar unicamente pela situação que esta possui perante a família, sendo preciso estabelecer até que ponto se dá uma modificação dos sistemas preferenciais de relações com integração em novos contextos socioespaciais.

Saber se a permanência por prolongados períodos na rua, sem o controlo directo da família, se poderá a vir a transformar em modelo de socialização para as crianças de determinadas camadas sociais excluídas, é algo que só uma pesquisa dilatada no tempo poderá responder.

A experiência da rua tem contudo reflexos na forma como esta é encarada e nas aspirações que possuem. Aqueles que permanecem na rua por períodos mais longos (vários anos) acabam por sentir um certo desalento e olham de forma crítica o seu passado. Sair da rua, ou pelo menos utilizá-la apenas como um modo de angariação de recursos, é um desejo que vai crescendo com a saída da adolescência e o aumento da maturidade dada pela idade e as experiências entretanto realizadas.

- P: Tu agora foste viver para casa da tua amiga porquê ?
 R: Porque me apeteceu, porque já estou farta da rua ... [E 6]

(...) minha vida era sempre pra cola, arrumar carros pra comer, era só isso (...) *snifar* cola também estragou muita coisa porque sempre só quis robar ... era só pra *snifar* cola (...) tava tão bem (em casa) ... estraguei a minha vida. [E 11]

Da análise dos contextos de socialização familiar e escolar destas crianças podemos retirar algumas conclusões parcelares. Vivendo em zonas urbanisticamente degradadas, alvos da actuação dos mecanismos de exclusão que actuam ao nível social e espacial na AML, a fuga de crianças para a rua resulta de um processo de degradação dos seus contextos de socialização, em particular o familiar, caracterizado por uma instabilidade muito superior à corrente no resto da sociedade. Aliás o conceito de família nuclear, reduzida a progenitores e filhos, aplica-se pouco nesta situação, sendo mais exacto falar de uma família em forma de rede de relações de parentesco, que liga os núcleos familiares entre si. A violência intra-familiar, expressão dessa degradação, mostra também que as concepções e instrumentos educativos são limitados e tendencialmente dirigidos à manutenção e reprodução das hierarquias familiares, elemento essencial ao funcionamento de famílias numerosas como estas. De referir que nunca o Estado surge referido como elemento de apoio nas situações de dificuldade vividas por estas crianças, o que constitui mais um elemento de desvantagem, sendo geralmente substituído pelo que Boaventura S. Santos designa como "sociedade-providência" — familiares ou vizinhos (Santos, 1993: 46).

Neste contexto a escola pouco contribui para tentar alterar, ou pelo menos não agravar, a reprodução das situações de exclusão. A dificuldade em lidar com formas culturais distantes da cultura escrita e universalista típica da escola, juntando-se à preocupação em regular os comportamentos considerados desviantes, leva a que a escolaridade obrigatória seja vivida como uma imposição. Neste quadro o aparecimento de conflitos mais ou menos violentos representa para as crianças uma forma de auto-defesa ou de afrontamento do poder da instituição, transformando o quotidiano escolar num verdadeiro campo de batalha.

Fugir para a rua não representa então, deste ponto de vista, um comportamento patológico, significa tão só um desejo de afirmação e preservação de uma identidade autónoma. As rupturas nos contextos de socialização "empurram" estas crianças e jovens para a periferia do sistema de legitimações das normas societais (Pais, 1993: 116), colocando-as numa posição de marginalidade normativa em que sobrevivem e se procuram reencontrar enquanto actores sociais com coerência.

A vida na rua: percursos marginais

Marginalidade e sobrevivência

Com a ida para a rua o assegurar da sobrevivência quotidiana constitui o problema central que qualquer criança da rua tem que enfrentar, assumindo

a dimensão económica uma relevância extrema por se encontrar condicionada por contextos recheados de dificuldades e um leque limitado de oportunidades. A imprevisibilidade dos seus recursos implica um esforço constante para efectuar a sua reposição, levando-os a socorrer-se de diferentes alternativas, muitas delas socialmente consideradas como não legítimas. Podemos dividir em dois grupos o tipo de práticas quotidianas ligadas ao assegurar da sobrevivência na rua:

- as primeiras ligadas à identificação e angariação de recursos;
- as segundas ligadas às práticas de consumo e lazer.

A identificação e angariação de recursos constituem para estas crianças o principal problema a resolver, desenvolvendo para isso estratégias que procuram dar resposta às exigências de um quotidiano marcado pela sua carência. Para uma criança realizar com sucesso esse objectivo precisa de desenvolver e treinar um conjunto de saberes e aptidões individuais e sociais que são necessários à vida na rua. Essas aprendizagens sublinham um agudo sentido de observação, autonomia, cooperação e capacidade de tomada de decisão, essencial para aproveitar as oportunidades disponíveis ou surgidas casualmente. A aprendizagem de tais capacidades desenrola-se tanto na rua como na comunidade de origem, onde muitas vezes se contacta com problemas e formas de os solucionar semelhantes.

Durante o processo de transição na rua, frequentemente ainda no bairro de origem, as crianças recolhem informações sobre diferentes formas de ultrapassar os constrangimentos materiais a que estão sujeitos, saberes que são muitas vezes "treinados", como roubar roupa nos estendais, arrumar carros ou assaltar colegas na escola. Estas formas de acesso a bens de consumo que se encontram vulgarmente fora do seu alcance transformam-se em práticas que são vistas se não como "normais", pelo menos como possíveis. A transformação de práticas pontuais em situações correntes foi por nós verificada em vários momentos e locais da AML, existindo crianças que "aproveitam" o intervalo da escola para pedir algumas moedas na bomba de gasolina situada perto ou a saída para assaltar os colegas.

Fui para a GNR porque disseram que tinha assaltado um café, porque 'tava sempre a pedir dinheiro aos putos, p'a ter dinheiro, para se divertir nas máquinas, falava "arranja-me 5\$00" não sei quê, (...), só que alguns tinham medo, começavam a fazer queixas ... [E 13]

P: Qual foi a pior coisa que te aconteceu lá na escola ?

R: Ir ao Conselho Directivo, por causa que andávamos a robar lá na escola, os outros colegas ... robávamos carteiras, relógios ... depois íamos para

casa, fazíamos sempre isso ... deram-nos uma suspensão ...lá na escola já não fiz mais isso. [E 14]

A plena integração na rua constitui uma importante alteração qualitativa, pois representa a orientação dominante para estratégias de sobrevivência que se apoiam preferencialmente em redes de relações sociais marginais, que exercem um efeito socializador sobre os recém-chegados. O contacto e integração em grupos já existentes proporciona um suporte estável de sobrevivência e uma série de aprendizagens que possibilitam o aproveitamento das várias oportunidades, reforçando contudo o processo de marginalização. Estas aprendizagens e experiências são aliás importantes na orientação futura face aos problemas de obtenção de recursos.

Pronto, tava com fome, eu não sabia nada, praticamente ... e depois via os outros, depois ... tive que fazer o que os outros faziam, mais ou menos ... [E 6]

(...) a gente tinha facas, assim ponta e molas, tirávamos assim estas borrachas (das montras) aqui, ou então metíamos fita cola, depois partia-se (o vidro), depois entrava-se lá dentro ...

P: Onde é que aprenderam esses truques?

R: Foi com um moço, tava com a gente e mais dois moços, eram maiores, foram para uma loja ... a gente fomos com eles ... vimos eles a catar e eles disseram qu'era p'a gente ficar a controlar se vinha bófia, depois a gente avisar, só que não veio bófia, a gente apanhámos ... ó depois fomos dividir ... [E16]

Esta orientação fica bem clara quando analisamos as formas utilizadas para assegurar a sobrevivência, sendo nítido que o recurso a alternativas marginais domina, oscilando estas entre a prestação de pequenos serviços e a geralmente pequena delinquência, embora o contacto com formas mais violentas de angariação de recursos seja corrente (quadro 3.1). Esta constatação é aliás concordante com as Estatísticas da Justiça, correspondendo a maioria das sanções aplicadas relativas a infracções penais, embora com o conjunto de situações ligadas à desinserção familiar em franco crescimento, isto para um total de casos sem grandes oscilações (ver anexo II, figuras II.7 e II.8).

Paralelamente à actividade mais importante que é arrumar carros, o recurso a roubos (lojas, habitações e automóveis) e assaltos (pessoas) representa uma segunda forma importante de obter recursos. Pode-se mesmo referir a existência de uma relação forte entre a permanência prolongada na rua e o contacto (mesmo que pontual) com a obtenção de meios de sobrevivência utilizando formas violentas. Estas podem realizar-se de forma planea-

Quadro 3.1 Actividades desenvolvidas para angariação de recursos pelas crianças da amostra

Actividade principal	Actividade acessória				Total
	Mendicidade	Pequenos serviços	Roubos	Assaltos	
Mendicidade	—	2	—	—	2
Pequenos serviços	—	6	5	2	13
Roubos	1	—	1	1	3
Assaltos	1	—	—	2	3

da ou apenas de acordo com uma oportunidade surgida no momento. "Andar nas fezadas" ou "fazer rajá" representam formas de codificação de actividades que implicam a conjugação de uma oportunidade e a opção pelo recurso a comportamentos já tipicamente delinquentes.

(...) há outros que são uns g'andas velhos ... mas esses a gente dava-lhes surra mesmo ... sempre à sexta-feira qu'eles iam lá a gente robava sempre eles ... sempre fazíamos a folha a eles. A gente mandava o puto ir lá, né, o puto vai lá ... o velho saía do carro a gente vínhamos todos, apanhávamos o velho, uma paulada dava para tirar a carteira ... uma vez robamos cento e tal contos, duma vez. [E 12]

(...) a gente ia fazer rajá p'ra muitos sítios assim onde é que havia poucas pessoas, nas velhas ... nas pessoas, homens, assim ... a gente chegava aqueles dois putos pequenos, uma vez meti aqueles que tinham sete anos, meti eles a tirar dinheiro de um homem que estava sentado num banco ... [E 17]

P: O que é que faziam durante o dia?

R: Olha ... comíamos, andávamos por aí, brincar ... andávamos por aí a ver se víamos algum beto.

P: E o que é faziam se vissem algum beto?

R: Olha! ... fazíamos-lhe a folha ... robava-lhe a roupa ... os ténis, dinheiro, chapéus ... blusões, camisas, tudo o que viesse à mão ... [E 9]

A existência num dado contexto de determinadas condições — actividade, oportunidade, adversário, vítimas, bens — que proporcionam estímulos situacionais é considerada por Birkbeck e La Free como um elemento fundamental para que os comportamentos designados como delinquentes se pos-

sam verificar (Birkbeck e La Free, 1993: 114-116). A estes estímulos situacionais poderíamos acrescentar o papel desempenhado pelos contextos socializadores em que as crianças se encontram inseridas e em que circulam sistemas de valores e representações que poderão favorecer ou penalizar o aparecimento desses tipos de comportamentos. Se não existem relatos de integração em grupos com objectivos puramente delinquentes (que fazem da delinquência uma profissão) a pressão exercida pelo contacto diário com essa realidade e as necessidades de sobrevivência levam a aproveitar todas as oportunidades que surjam.

Uma vez só tavamos dois lá em (...), ó pé da estação, 'tava lá um quiosque, 'tava lá um gajo maior do que nós, 'tava a roubar, nós vimos mas deixámos ele abrir, depois fomos lá e dissemos que se ele não deixasse íamos dizer à polícia ... ele deixou-nos, tirámos dinheiro, bué de pastilhas ... depois basámos, fomos p'ó Campo das Cebolas ... depois de manhã fui à casa da minha mãe, dei à minha irmã p'a guardar o dinheiro, maços de tabaco e pastilhas. [E 14]

Num quotidiano com estas características a presença da violência surge de forma mais ou menos regular. As crianças são vítimas de assaltos feitos por outros grupos, de práticas violentas de alguns polícias e dos conflitos internos ao seu próprio grupo. Se os conflitos entre grupos promovem o imediato na gestão do quotidiano, a presença da polícia é vivida como uma ameaça permanente, raramente assumindo um papel positivo, antes contribuindo para o aprofundar da marginalização. Agressões físicas, fazer flexões em número variável, passar a noite sem poder dormir são algumas das práticas usadas numa das esquadras de Lisboa para "enfrentar" o problema das crianças da rua.

Se aparecer um polícia, se eu tiver ali, eu tou deste lado fujo logo p'ró outro lado ... se ele me chamar fujo. Fui p'á esquadra só duas vezes ainda ... foi uma em (...) e outra foi aqui na esquadra da (...). Na esquadra da (...) bateram-me, em (...) queriam-me bater, prontos, só que não chegaram a bater ... porque não tinham razão. Muitas vezes levam-nos e gozam connosco na esquadra, levam-nos agora a esta hora, só saímos às seis da manhã e não nos deixam dormir. Uma pessoa tá com sono, né, 'tá tarde, 'tá quase a dormir acordam-nos e ameaçam bater-nos, e muitas vezes batem. [E 7]

Também a necessidade de manter em segredo uma boa parte das actividades desenvolvidas leva, no caso dos grupos que utilizam os roubos e assaltos como forma principal de angariação de recursos, a serem bastante reservados nas admissões de novos membros.

- P: Se aparecesse um rapaz novo deixavam-no andar com vocês ?
 R: A gente não conhece ... podem ser chibos (da polícia).
 P: Mas havia lá rapazes assim ?
 R: Sim, o (...) ia contar na esquadra, os bófiás alguns dava-lhe bicicleta ... [E 15]

O contacto com diferentes práticas e ameaças sexuais (prostituição masculina e feminina) representa um terceiro elemento potencial de violência na rua, em particular para as crianças mais pequenas. Face às ameaças de alguns pedófilos o grupo representa uma forma de auto-defesa e de segurança.

- P: Qual foi a pior coisa que te aconteceu na rua?
 R: Foi um homem seguir-me ... não foi este da mota, foi um velho. Sempre qu'eu corria ele corria tamém (...). 'Tava sozinho, depois eu encontrei mais amigos grandes e ele fugiu ... aqueles amigos tinham umas facas assim ... eles só tiraram a faca, era de ponta e mola, o velho viu aquela faca toda assim, eu disse "É aquele", o velho fugiu, a dar cambalhotas, a levantar-se ... [E 17]

Espaço, mobilidade e hierarquias sociais

Um elemento fundamental na análise das estratégias quotidianas de sobrevivência é constituído pela forma como se estruturam as suas práticas espaciais. Originários de espaços periféricos fortemente segregados com condições de vida bastante degradadas, a procura do centro da cidade representa a atracção simbólica de uma zona que ostenta os símbolos do poder e da riqueza. Ministérios, monumentos, sedes de bancos, lojas de luxo e de design de vanguarda, bares e discotecas da moda convivem numa malha urbana de onde progressivamente vão sendo expulsos, pelo processo de renovação urbana, os restos da antiga cidade — actividades económicas menos rentáveis ou em desuso desaparecem ou são empurradas para zonas menos nobres da cidade e periferia.

Desse espaço fortemente estruturado fazem parte zonas que pela sua localização e função não têm sido até agora alvo de grandes intervenções ou renovações urbanas, o que lhes fornece um estatuto marginal dentro da dinâmica de crescimento urbano. Falamos de praças (ou partes) ocupadas por estacionamento durante o dia (Praça do Comércio, Largo do Corpo Santo, Terminal, Saldanha, Cais do Sodré), espaços públicos com uma utilização fortemente pendular. Da mesma forma certas artérias junto de zonas de diversão nocturna, que constituem diurnamente espaços de passagem, com a chegada da noite transformam-se em gigantescos parques de estacionamento (caso da Av. 24 de Julho ou a zona de Alcântara) ligados à recente

instalação de estabelecimentos de diversão nocturna. Outros locais utilizados, como os parques dos grandes supermercados da periferia (Amadora, Linda-a-Velha, Cascais), relacionam-se com estes dentro de uma lógica metropolitana, existindo casos de crianças que circulam pelos vários espaços de forma regular.

Representando estes espaços pontos de referência para as crianças, devido às possibilidades de angariação de recursos aí existentes, não é de admirar que as suas práticas espaciais também se estruturam em seu redor. Impossibilitados de se afastarem durante períodos longos pela imprevisibilidade e precariedade dos recursos, a sua mobilidade é restrita a deambulações pela cidade, curtas idas à praia [Estoril/Costa da Caparica] ou ao bairro. Em alguns casos pontuais verificaram-se idas ao Algarve, sendo o retorno rápido pela constatação da impossibilidade de aí conseguirem assegurar a sobrevivência com os recursos disponíveis ou por serem alvo das atenções policiais.

- P: Então diz lá brincadeiras que façam de vez em quando?
 R: Ah, andar pendurado nos comboios e nos eléctricos, até às paragens que nos der na maluca ...
 P: Qual foi o sítio mais longe que vocês foram?
 R: O meu foi ao Algarve. Tive lá dois dias e depois vi-me embora. Onde eu tive (Faro) não dava para arrumar carros, não conhecia nada daquilo. [E 2]

A constatação de que o fenómeno crianças da rua tem dificuldade em reproduzir-se fora do seu contexto social original (em todos os relatos de saídas para outras zonas se verifica essa incapacidade), realça a importância da análise dos modelos específicos de exclusão social existentes na metrópole lisboeta. É de referir que esta circulação das crianças se faz apenas em casos particulares, sendo a sua principal característica a *permanência*, resultante da verdadeira "privatização" que operam dos espaços, através do seu fechamento relativo a estranhos ou crianças provenientes de outros locais. Este fechamento é tanto maior quanto mais central é o espaço e significativos são os recursos potenciais de cada um, podendo mesmo falar-se da existência de uma hierarquia dos espaços apropriados pelas crianças da rua. Esta hierarquização está intimamente ligada às idades e aos recursos. Nos locais centrais (Praça do Comércio, Terminal e uma parte da 24 de Julho) são grupos com idades médias mais elevadas que dominam, sendo as outras zonas apropriadas por grupos de crianças mais novas, com menores capacidades físicas para impor a sua presença e o fechamento do seu espaço. O delimitar de fronteiras oscila entre o quase bloqueio ao exterior, com fracas modificações na composição dos grupos (Praça do Comércio e Terminal), e a maior abertura e rotatividade das presenças (Largo do Corpo Santo, Santos, Campo das Cebolas).

O fechamento dos espaços a outros grupos de crianças surge como um elemento importante nas estratégias de sobrevivência na rua. Perante a imprevisibilidade e escassez dos recursos este significa uma forma de preservação e regulação da sua utilização e, não menos importante, de auto-defesa perante ameaças exteriores (outros grupos, polícias, outros adultos). Este quadro de condicionantes leva a que mesmo em algumas situações as amizades mais antigas estabelecidas no bairro de origem sejam dissociadas das situações de angariação de recursos (arrumar carros, geralmente).

Normalmente não deixamos arrumar porque ... o parque é grande, entram e saem muitos carros, tás a ver, aquilo dá para se orientarem todos mas é os que já cá andam cá, tás a ver (...) agora se vierem mais é que já não dá ... é a mesma coisa que eu, um dia fui arrumar prás Amoreiras, como não tou habituado a arrumar lá houve um gajo que estrilhou comigo e eu ... eu só tive que sair, porque eu também faço o mesmo aqui na Praça do Comércio ...

- P: E os teus amigos lá do bairro?
 R: Como já te disse há muita gente ali a'rrumar e não convém trazer mesmo que seja amigos ... lá do meu bairro eu não trago ninguém, venho sempre sozinho. [E 4]

A presença no terreno possibilitou ainda realizar observações que forneceram informações relevantes para a análise da estruturação interna desses espaços. Esta constitui um misto de causa e consequência, correspondendo às situações de elevado fechamento a existência uma trama de relações muito densa e estruturada sobre a qual se apoia, acontecendo o oposto nas situações pouco estruturadas. Tal situação ficou particularmente ilustrada por um incidente que presenciámos na Praça do Comércio, que mostra como um determinado espaço estruturado institucionalmente (pela Câmara Municipal de Lisboa) pode ser apropriado por grupos que estabelecem sistemas de regras informais, definidas e aplicadas nos seus preceitos e punições com quase tanta eficácia como as normas institucionais.

O incidente resultou do conflito pela prioridade de arrumar uma autocaravana de matrícula espanhola, à partida sinónimo de boa gorjeta. A definição de quem arruma determinado veículo concretiza-se num singular processo de negociação à entrada do parque de estacionamento, através do gritar bem alto para os outros que carro se vai arrumar, processo de negociação "em contínuo" que implica perspicácia para identificar os automóveis que potencialmente poderão proporcionar melhores gorjetas. Procura-se assim o consenso sobre tal pretensão, que pode ser contestada em algumas situações (a mais frequente é a que modifica a ordem da fila de crianças junto à bilheteira, o que provocaria uma distribuição desigual dos proventos), de modo a regular a "posse" dos veículos, reduzindo eventuais conflitos que

inviabilizariam a continuação da actividade. Depois de aceite a pretensão esta é cumprida de forma mais ou menos estrita, encarregando-se o grupo de a fazer cumprir. O conflito surgiu precisamente do não cumprimento desta regra básica (outras existem, acerca do relacionamento com os automobilistas que não dão gorjetas ou sobre riscar pinturas dos automóveis). Já com a auto-caravana estacionada, surgiu um segundo arrumador que procurou disputar a gorjeta, gerando assim uma discussão que levou os turistas a afastarem-se rapidamente, gorando as expectativas de vários potenciais interessados. Depressa se reuniu um "tribunal" informal constituído pelas duas crianças envolvidas, os restantes membros do grupo, dois jovens ciganos que pretendiam vender fio dourado (por ouro) e elementos do grupo da outra entrada do parque, que também se sentiam lesados com a discussão por esta afastar os "clientes". O que se seguiu foi um forte reafirmar das regras de apropriação colectiva do parque, regras não escritas mas que ali possuem valor de lei, mostrando ao prevaricador (com algumas ameaças de agressão como suporte) as consequências da repetição do seu acto. Após muita discussão o indivíduo desviante acabou por claramente reafirmar o valor da regra, o que permitiu o regresso de todos à rotina anterior.

Este incidente crítico forneceu um conjunto importante de informações acerca dos modos de apropriação dos espaços e das funções desempenhadas pelos grupos. A primeira ideia é de que o espaço se encontra dividido de forma complexa e complementar, de maneira a assegurar a subsistência a todos. À entrada do parque só se encontram arrumadores, dentro do parque é território dos vendedores (neste caso os ciganos, mas também os que vendem pensos rápidos) e a saída "pertence" a uma rapariga deficiente que vende lápis. Raramente este equilíbrio territorial é quebrado por crianças a pedir às janelas dos carros na saída do parque, situação rapidamente desencorajada. Qualquer comportamento que ponha em causa o equilíbrio é censurado e mesmo punido, por ser ameaçador da fonte de recursos. Práticas como insultar condutores que não dão gorjeta ou riscar-lhes os carros são da mesma forma penalizadas porque acabam por levar à intervenção da polícia e provocar a interrupção da actividade. Este tipo de regras reforçando a preocupação de gerir o espaço e os recursos de forma consensual, é aliás comum a outros locais sendo causa de variados conflitos.

Cada vez há mais na praça (Largo do Corpo Santo), só que tamos a correr todos com eles, cada vez aparecem mais só ressacados ... um gajo quer fazer dinheiro pra comer não deixam ... eu arrumo o seu carro, o Sr. ... pronto, dá-me 100\$00, diga pra eu tomar conta do carro, vem um ressacado vê ... vê assim um telefone, já parte o vidro, apanha o telefone e já vai, vem a polícia leva todos pra esquadra, vão dez pra esquadra que não fizeram nada, por esse que fez pagam todos. [E 3]

Uma segunda e complementar noção de espaço é a que a apresentam as crianças que não dependem directamente de um espaço concreto para sobreviver. Para aqueles que angariam recursos principalmente através de assaltos e roubos (a pessoas, lojas, residências, etc.), a noção de espaço altera-se, sendo mais ampla e fluida, pela necessidade que possuem de procurar oportunidades sem se restringirem a uma única zona (o que rapidamente os denunciaria). Vaguear pela cidade e arredores constitui a sua principal característica, embora mantenham pontos de referência onde se encontram regularmente com outras crianças.

Em geral o espaço impessoal dos parques de estacionamento, estações de comboios ou praças assume para todas estas crianças um papel fundamental de ponto de encontro do grupo, lugar de aprendizagem e protecção.

P: Qual é a coisa que achas melhor assim da vida na rua?

R: A melhor coisa ... é a união. (...) a gente às vezes estamos aqui ... vem os rapazes mais velhos, querem roubar ... querem roubar um, a gente junta-se todos. Tá aí um rapaz barbudo ... estes dois pisaram-lhe a cabeça ... porque normalmente a maioria anda a dar no cavalo ... então depois eles não conseguem fazer dinheiro suficiente p'a comprar e vêm-nos para cá roubar, só qu'a gente não deixa. [E 7]

Esta função integradora e reguladora desempenhada pelo grupo mostra que contrariamente às visões correntes de senso comum as crianças não se encontram num vazio social, elas ressocializam-se dentro de redes alternativas de relações que lhes proporcionam apoio e reconhecimento. Por oposição à ideia de um espaço anómico, marcado pela dissolução dos vínculos sociais, o que nos surgiu foram divisões mais ou menos claras dos espaços, em que divisões físicas e hierarquias sociais são continuamente objecto de reafirmação e negociação, constituindo os conflitos momentos de reafirmação das regras.

A gestão do quotidiano

Tendo como constante a violência e a precariedade dos recursos, o quotidiano destes grupos de crianças e jovens caracteriza-se, como aliás já surge de forma parcelar nos pontos anteriores, pelo *imediatismo*. Esta forma de gerir o dia-dia constitui uma estratégia central para assegurar a sobrevivência, a par com as formas de apropriação dos espaços públicos e modos de angariação de recursos. O imediatismo surge como a adaptação dos modos de vida dos grupos de crianças a um contexto extremamente desfavorável, pois se em certos momentos os recursos angariados até podem ser significativos isso acaba por se transformar numa desvantagem. Possuir bens materiais trans-

forma a criança em alvo potencial de outros grupos, em especial dos tóxico-dependentes sempre necessitados de mais meios. Esta estratégia, misto de destituição e convivialidade (Almeida e outros, 1992: 106-107), leva a viver de acordo com o momento, sem qualquer estratégia a médio prazo, procurando apenas satisfazer as suas necessidades imediatas. Só encontramos variações a este padrão num grupo com um maior grau de formalização (possuía nome, local regular para dormir, um líder incontestado, realização de pequenos projectos). Normalmente a utilização dos recursos é feita de forma imediata, limitando-se a utilização da poupança ao guardar dinheiro para a refeição seguinte, e a alguns consumos ligados ao lazer (cinema, salões de jogos).

Eu sempre tive dinheiro, por exemplo, faço hoje dinheiro ... por exemplo, é noite, faço dinheiro sempre p'a de manhã ... p'a tomar o pequeno almoço ... depois ia logo direito na Praça do Comércio, estacionava carros, qualquer dinheiro que fazia ia ó supermercado ... [E 11]

A noção de tempo baseia-se na sequência dos dias e das noites (sem grandes divisões) e na satisfação mais ou menos espontânea de algumas necessidades básicas (alimentação, repouso). Os momentos de lazer e a resolução de algumas necessidades (como cortar o cabelo ou arranjar roupa nova) integram-se dentro desta noção de tempo contínuo, não constituindo momentos distintos que impliquem a quebra das rotinas quotidianas.

Os momentos de lazer situam-se nos intervalos das actividades de angariação de recursos, normalmente nos seus tempos mortos. Andar pendurado nos eléctricos, viajar de borla nos comboios (pela excitação de viajar *em cima* do comboio e da fuga ou conflito com os revisores), idas à Feira Popular e salões de jogos vídeo, a cinemas populares de baixo preço (como o Camões) no Inverno ou à praia no Verão, constituem as principais formas de ocupar os tempos livres. Por vezes pregar partidas a outros habitantes da rua (geralmente idosos sem abrigo) constitui também forma de diversão.

P: E o que é que faziam nessas voltas, era só olhar?

R: Não, a gente iamós né ... curtíamos e depois à noite quando a gente quisesse ir p'ó cubículo vínhamos.

P: Se andavam às voltas depois não tinham dinheiro para comer, como é que faziam?

R: Prontos, a gente não pagávamos no comboio, não pagávamos no eléctrico, nada (...). Uma vez ia caindo do comboio ... tava a andar cá em cima né ... depois o pica abre a porta de repente, eu tava assim distraído, o pica agarra-me o pé puxa-o ... eu ia a cair ... se não fosse o cabo de aço eu caía p'a baixo, pr'a debaixo do comboio ... [E 9]

Fundamental para a reprodução da vida na rua é a capacidade para manter "vivo" um registo dos locais e situações que poderão aproveitar ou vir a necessitar. A realização aleatória de observações durante as deambulações pela cidade tem um papel central na identificação de potenciais recursos, sejam estendais com roupa de marca ou casas e carros abandonados para pernoitar, sejam locais propícios às "fezadas". Este conjunto de informações é particularmente importante no que diz respeito às casas para pernoitar, pela necessidade de regularmente encontrar uma nova.

Por exemplo, estou a dormir aqui hoje, tá aqui uma casa durmo aqui ... prontos, posso dormir aqui dois, três anos, há-de ir um dia qu'há-de vir a polícia e fecha isto, prontos, apanhamos um comboio ou qualquer coisa, ou damos uma volta ... normalmente não é preciso procurar ... porque já sabemos onde é que há casas, já passámos por lá ... já vímos, prontos. [E 7]

Os "cubículos", locais de pernoita geralmente situados em prédios abandonados nas zonas centrais da cidade ou Linha de Cascais, representam uma das facetas sociologicamente mais interessantes da vida na rua.

Verdadeiras comunidades autónomas de jovens, o seu espaço é muitas vezes partilhado por vários grupos simultaneamente e algumas raras vezes por adultos sem abrigo. Descoberto o prédio e forçada a entrada, rapidamente a notícia se vai espalhando entre aqueles que partilham a vida na rua. A troca de informações acerca da localização dos cubículos deve-se à importância que estes possuem para as actividades quotidianas, pois fornecem um ponto de apoio e protecção, sempre postas em causa pela presença da polícia ou a instabilidade climática (no Inverno). Dentro dos cubículos a divisão dos espaços é em geral feita por grupos, embora existam situações menos formalizadas em que cada um utiliza o espaço disponível sem grandes restrições.

A utilização dos cubículos pressupõe que os seus moradores respeitem um conjunto de regras que têm como objectivo manter o espaço longe das atenções da vizinhança e da polícia pelo máximo tempo possível. Conseguir tal, implica entrar e sair de forma discreta e um baixo nível de barulho durante a permanência. Internamente o respeito pelas poucas posses dos outros é a regra fundamental, sendo o roubo fortemente censurado, podendo mesmo dar origem a conflitos violentos.

Aquilo não tinha lá ninguém, quem lá ia dormir, dormia ... tem muitas camas, tinha lá colchões. O primeiro que chegasse e visse uma cama dormia. Não se podia fazer barulho por causa da polícia ... se nos apanhavam ali ... uhm, uhm ... [E 12]

- R: Assim cada andar tem um grupo ... como por exemplo uns que fumam assim charro e outros que não fazem nada disso, só cigarros. Separávamo-nos p'a não nos viciarmos tamém nisso ... nem no *xamon*, eu por acaso fumo um cigarro mas não muito ... *xamon* não fumo, foi como a cola, já *snifei*, *snifei* ... que larguei.
- P: E lá dentro da casa mandava alguém ?
- R: Mandavam todos que 'tavam lá, aquilo não tem dono, quem leva as suas coisas manda nas suas coisas, só que não manda nas coisas dos outros. [E 3]

Os cubículos representam um ponto central da vida na rua pois constituem locais de socialização por excelência, contribuindo para estabelecer relações de conhecimento e entajuda entre os vários indivíduos e grupos que partilham um mesmo espaço. Um segundo factor contribui ainda para a sua importância. Estes espaços dão um contributo fundamental para cada criança se ressituar face às experiências vividas nos vários contextos de socialização, redefinindo a sua identidade enquanto criança da rua.

Paralelamente aos cubículos outros locais fornecem abrigo às crianças. Durante o tempo seco o "quentinho" (boca de ventilação do Metropolitan na Praça da Figueira) constitui um importante ponto de encontro entre crianças, pois o ar seco e quente permite passar a noite de forma menos penosa. Este local constitui igualmente um ponto de referência para crianças recém fugidas de casa, por aí conseguirem contactar mais facilmente com os grupos já existentes. Este é evitado pelos mais experientes, por ser um local onde a polícia frequentemente procura crianças fugidas, passando aí apenas uma parte da noite mas dormindo nos cubículos.

Os automóveis abandonados são outro recurso utilizado para pernoitar. A sua recolha regular pelos serviços municipais e a visibilidade que permitem levam contudo a que seja uma opção menos frequente.

Dormia no quentinho e num carro em Santos. (...). A gente tamém estacionava carros à noite, a gente depois andava a dar uma volta encontrávamos carros. Às vezes a polícia é que nos acordava ... alguns diziam "p'á esquadra" outros "tá na hora de acordar, vão-se embora" depois a gente ia embora ... uns p'á esquadra, outros não ... [E 11]

Gerir os recursos leva também a conhecer os locais e instituições de quem se pode obter serviços e bens gratuitos ou de baixo preço. Saber que se pode gratuitamente cortar o cabelo escolhendo livremente o tipo de corte na Escola de Barbeiros em Santos ou obter roupa na Igreja de S. Pedro; comprar calças a 300\$00 no Terreiro do Paço ou na Feira da Ladra e conseguir sapatos baratos no Martim Moniz significa possuir um conjunto de informações que permitem gerir o quotidiano de forma adaptada aos recursos disponíveis.

A gente juntava dinheiro, íamos comprar roupa, sapatos ... para comprar sapatos íamos ao Mundo do Calçado, aqui em baixo nesta feira ao pé do Terreiro do Paço as calças custavam pr'aí 300\$00. [E 10]

Em síntese, a forma como o quotidiano é encarado mostra que estas crianças não vivem num universo anómico em que o vínculo social desapareceu. Pelo contrário, da análise realizada surge um universo com uma configuração específica, resultante do tipo de relações sociais que aí se estabelecem e que "organiza, enquadra, sistematiza, codifica e regulamenta as práticas sociais que nesse quadro se verificam" (Costa, 1984: 24). As estratégias de sobrevivência utilizadas constituem formas eficazes de garantir a sobrevivência autónoma de jovens que, segundo as concepções dominantes, não se encontrariam em condições de o fazer. As lógicas associadas às estratégias de sobrevivência mostram que, associadas às particularidades do contexto e aos constrangimentos situacionais aí experienciados, encontramos linhas de continuidade entre os contextos de socialização familiar, escolar e a rua. De salientar que a experiência da rua leva as crianças e jovens a contactar com práticas claramente delinquentes, situação que poderá levar à integração plena em grupos marginais empenhados nesse tipo de actividades.

Identidades marginais

Confrontadas com um conjunto importante de clivagens nos processos de socialização familiar e escolar e integrados em contextos caracterizados pela situação de exclusão, as crianças da rua experimentam situações de interacção que favorecem a redefinição da sua identidade. Perante as mudanças operadas nos seus quadros de referência e os constrangimentos quotidianos, accionam um conjunto de procedimentos que contribuem para atingir o objectivo de sobreviver autonomamente na rua. A este conjunto de procedimentos poderemos chamar *estratégias identitárias* (Lipiansky e outros, 1990: 24) e representam um dos processos pelos quais as crianças reconstituem o seu mundo social. Não é de aceitar a visão psicologista que postula ser a identidade individual estruturada na infância, permanecendo estável nessa forma durante a restante vida do indivíduo, embora também não se possa considerar que se trata de um sistema aberto a qualquer mudança (o que não invalida a existência de margens de manobra mais ou menos amplas). Apesar das modificações por vezes profundas na identidade dos actores sociais estes mantêm uma imagem de continuidade e unidade da sua identidade, o que lhes permite reconhecerem-se a si próprios e aos outros. Se a plena integração na vida da rua não implica uma profunda mudança nos

modelos culturais, o mesmo não se poderá dizer dos papéis que cada um deverá desempenhar.

Como já vimos anteriormente existem nos contextos de socialização familiar destas crianças traços, como a imprevisibilidade e a violência, e experiências de iniciação aos códigos da rua que contribuem para estabelecer uma linha de continuidade entre esses contextos e a vida na rua. Apesar dessa continuidade a vida na rua pressupõe que cada criança seja capaz de assegurar a sua sobrevivência de forma autónoma, exigência que obriga a modificações na concepção que possui de si mesma e das relações com os outros. Sabendo de forma espontânea a importância desse objectivo, os grupos de crianças que vivem na rua criaram alguns rituais de iniciação que se destinam a pôr à prova os recém-chegados. Estes rituais ao mobilizarem de forma central determinados elementos enquanto verdadeiros *pólos de cristalização identitária* (Taboada-Leonetti, 1990: 46) possuem um papel decisivo na reorientação da identidade, representando um momento decisivo de adesão e reconhecimento dos objectivos do grupo. Sendo a vida na rua marcada pela dureza e a violência não admira que os rituais sobrevalorizem as demonstrações de valentia e resistência ao sofrimento, de modo a questionar a capacidade real de cada um dos iniciados para aguentar as diferentes situações com que se irá deparar.

Durante o trabalho de campo pudemos identificar alguns desses rituais, sendo uns destinados a testar a resistência à dor e outros às ameaças. "Acelerar", condicionar a aceitação no grupo a eventuais práticas sexuais homossexuais (para os rapazes) ou ser acusado de betinho e mantido à distância até demonstrar o seu valor são algumas das formas utilizadas.

- P: Ainda te lembras da primeira vez que vieste para a rua ?
 R: Eu cheguei ... fomos pr'á Praça da Figueira, era lá qu'a gente dormíamos no quentinho, depois aquilo andávamos sempre à'celerar, queimaram-me as calças, as pernas ... acelerar quer dizer aleijar a gente, bater e coisos ... quando a gente 'tamos a dormir eles apanham a gente distraídos, agarram em sacos de plástico, metem aquilo dentro das mangas, aqui das pernas ... metem dentro dos sapatos, pegam fogo e aquilo começa a queimar ... depois a gente acorda ... [E 2]
- P: Foi difícil arranjar novos amigos nessa altura?
 R: Foi, prontos, eles não tinham convivência com a gente, olhavam p'á gente assim duma maneira esquisita ... diziam que a gente era betinhos, sei lá ... depois a gente com o tempo vai-se habituando uns com os outros.
 [E 6]

Se os rituais proporcionam um momento importante para testar a capacidade de resistência e adesão aos códigos da rua, as estratégias identitárias são

ainda compostas por outros mecanismos que fornecem suporte e legitimação para as escolhas realizadas pelo grupo. Entre estas estratégias encontra-se a reafirmação constante da oposição *betinhos/dreads* e o sublinhar da importância do grupo, criando um sentimento de fusão afectiva no seu interior.

A oposição *betinhos/dreads* concentra em si um dos mais eficazes mecanismos identitários, pela capacidade que demonstra em provocar a adesão a uma concepção de si coerente com a identidade social das crianças da rua, sem que seja sentida uma ruptura na identidade individual. O "betinho", mais que uma oposição de classe (como verificou J. M. Pais, 1993: 93-103), representa aqui o "outro identitário", o oposto que possibilita criar o próprio "eu" (individual e colectivo). O betinho é acima de tudo o que uma criança da rua não é nem pode ser — dependente dos pais, conformista, medroso, sem iniciativa.

- P: Para vocês o que é um beto?
 R: Os meninos da mamã, que andam todos cheios de roupa de marca, que ainda 'tão dependentes dos pais e das mães ... qualquer coisinha andam sempre atrás do pai, vão c'o pai p'a todo sítio ... [E 12]
- P: Então eles são betinhos e tu o que és?
 R: Eu sou um rapaz, os betinhos são muito pequeninos e têm medo de tudo ... um rapaz não tem medo de nada, é capaz quase de tudo ! [E 17]

O *dread* (ou rapaz, nalgumas versões) representa a exaltação de um conjunto de qualidades de quem é capaz de sobreviver às contrariedades, assumindo as decisões que toma e uma forma independente de olhar para a vida. Para o *dread* os limites são aqueles que ele próprio e o grupo se auto-impõem.

- P: E antes de conheceres (...) o que é que tu fazias?
 R: 'Tava em casa, era um betinho ... agora sou *dread* !
 P: O que é ser *dread* ? O que é que um *dread* faz?
 R: É ser bacano, fixe. Um *dread* ... olha ... fuma o seu cigarro descansado ... faz tudo. (...) O dia do betinho é ir às aulas todas, depois vir-se embora p'a casa, jantar, caminha ... agora o *dread* não ... fica, não vai às aulas ... come e não se deita, 'inda vê televisão até às tantas e tal da manhã, isso é qu' é ser um *dread* ... agora os betinhos não, os betinhos são roubados, agora os *dreads* não, os *dreads* ...
 P: E se aparecer um gajo maior que tu e te quiser roubar?
 R: Vem-me roubar ? ... Ai ... ai ... roubar-me, pode vir ele e trinta como ele, se eu não tiver mãos pr'a ele há pedras, há paus, há navalhas, há tudo... não tenho medo ! [E 9]

Estes mecanismos assumem um papel central porque permitem agir sem que existam contradições internas na identidade do indivíduo, que provocariam

uma ruptura na continuidade da sua história pessoal e o deixariam sem capacidade de resposta às diferentes situações com que é obrigado a confrontar-se. Ser *dread* representa estabelecer uma relação coerente entre o actor social "criança da rua" e o meio social envolvente.

- P: Então diz-me lá uma coisa, tu não és beto mas gostas de andar com a roupa dos betos, não ficas parecido com um ?...
- R: Não é bem andar c'a roupa dos betos ... aquela roupa é *dread* ... a roupa é *dread* só qu'eles são betos de mais p'andarem c'aquela roupa ... e nós somos *dreads* podemos andar c'aquela roupa ... [E 7]

O processo de reconstrução da identidade possui na adaptação aos grupos de crianças da rua um factor com importância decisiva. Ao longo da pesquisa foi-se tornando claro que a identificação com a vida e códigos da rua era tanto maior quanto a integração num grupo se concretizava. Pertencer a um grupo obriga o indivíduo a ressituar-se de forma decisiva face aos contextos e experiências de vida anteriores, levando-o a criar uma nova concepção de si. Pudemos identificar vários grupos com ou sem nome — o grupo do Popey, o do Stallone, a Nova Rede, o grupo de Caxias, etc. ... — contudo o papel por eles desempenhado na protecção, angariação dos recursos necessários à sobrevivência e referente identitário era em geral semelhante. Da análise de um destes grupos surge mais clara a forma como funcionam os mecanismos identitários e que papel desempenha nesse processo.

A "Nova Rede" é um grupo de crianças da rua com cerca de 10 elementos que desenvolve a sua actividade no triângulo Corpo Santo / Santos / Lapa, espaço que partilha com outros grupos semelhantes. A sua particularidade reside no facto de possuir um banqueiro (o "assistente da Nova Rede") que guarda e gere algum do dinheiro excedente. O grupo para além de fornecer uma base para a sobrevivência constitui um forte elemento identitário para os seus membros. O sentimento de pertença à Nova Rede contribui decisivamente para que os seus membros se sintam integrados, pois reconhecem-se nessa imagem e sentem que são reconhecidos pelos outros. O grupo tem assim uma dupla função psicológica de integração e adaptação das crianças, fornecendo-lhes um conjunto mais ou menos estruturado de elementos identitários (o sentimento de eleição pela pertença ao grupo, um estatuto, objectivos identitários) que lhes permitem nas diferentes situações de interacção agir enquanto actores sociais possuidores de uma coerência própria.

Há um rapaz, dos qu'andam connosco é o mais velho ... e ele é o assistente da Nova Rede ... finge ser ... depois por exemplo, a gente faz dinheiro aqui, n'é ... damos tudo p'á mão dele ... depois guarda ... prontos, ele tem um bloco, assenta lá o dinheiro que fez ... por exemplo eu dou

100, este dá-lhe 100 ... é tipo o nosso banco, quando a gente precisa diz-lhe: "Olha, dá cá tanto ..." e ele aponta no papel quanto é que tirou, prontos ... de confiança ! [E 7]

- P: É ele que decide o que vocês fazem, ele é que manda mais?
- R: Às vezes, outras vezes não manda nada. Às vezes ele manda a gente fazer qualquer coisa, s'a gente gostar da coisa qu'ele mandou a gente faz, se não gostarmos ... não fazemos ...
- P: Então e se ele vos quiser obrigar?
- R: Obrigar ó meu, na hora ele não obriga ninguém. [E 2]

Pertencer à Nova Rede significa para estas crianças possuir um referencial identitário no qual se reencontram e onde encontram muitas das funções integradoras normalmente desempenhadas pela família. A desestruturação dos contextos primários de socialização leva a uma situação de ruptura e agressividade que encontra no grupo uma forma de a criança se adaptar às novas situações de interacção.

- P: Então e (...) não é assim uma espécie de mãe para vocês?
- R: Mãe, pai, tudo p'á gente ... quando há problemas ele é que trata dos problemas todos ... [E 9]

O papel de referente identitário do grupo assume sentido para os seus membros deixando de o possuir para quem se situa no seu exterior, mesmo que partilhando o mesmo quadro de interacção. O sentido crítico dos membros de outro grupo que partilhava o mesmo cubículo acerca da estrutura e objectivos da Nova Rede é disso prova.

Às vezes o gajo tinha a mania que era esperto ... punha os putos a roubar pr'a ele, roubar os velhos, no Metro ... e mandava ir pedir dinheiro pr'a ele.

- P: E o que é que tu achavas disso?
- R: Eu achava que 'tava mal ... ele podia ir-se orientar sozinho.
- P: Porque é que achas que eles andam com o (...)?
- R: Ficam mais protegidos na rua, de andarem na droga e quê ... os que ele gosta mesmo, assim como se fossem irmão, ele não deixa. [E 12]

Adquirir a identidade de "criança da rua" resulta então deste processo de incorporação de elementos identitários produzidos em contextos de interacção marcados pela violência e a precariedade. Formando um todo funcional, rituais de iniciação, a auto-definição como *dreads* e a ligação ao grupo, constituem estratégias identitárias que facilitam a adaptação a situações desfavoráveis, permitindo às crianças redefinirem-se como actores sociais, gerindo algumas das escolhas e indeterminações a que estão sujeitos.

Capítulo 4 CONCLUSÃO

1

Vimos ao longo deste trabalho a analisar a hipótese segundo a qual o fenómeno "crianças da rua" resulta da actuação de processos estruturais de exclusão social sobre determinadas camadas sociais. A pobreza urbana, uma das formas sociais mais visíveis dessa actuação, tem-se mantido de forma persistente ao longo de décadas, alimentada por processos migratórios contínuos que suportaram o processo de crescimento industrial e urbano da metrópole lisboeta. É neste contexto que surgem e se desenvolvem fenómenos de marginalidade infantil e juvenil, entre os quais se conta o das "crianças da rua".

Da análise dos dados ficou claro que são essencialmente crianças e jovens originários das camadas sociais mais baixas (operários e trabalhadores pouco qualificados) residentes em bairros sociais degradados e com famílias numerosas, que fogem para a rua e/ou aí sobrevivem de forma autónoma. Os percursos de vida destas crianças parecem aliás confirmar a ideia de que a pobreza se reproduz de geração para geração, isto se considerarmos que a sua fraca escolarização e qualificação profissional, a precariedade dos seus rendimentos e as condições habitacionais em que sobrevivem representam desvantagens que, numa sociedade estratificada, com dificuldade poderão ser ultrapassadas de modo a quebrar o ciclo reprodutivo da pobreza e da marginalização. Contudo, a actuação desses mecanismos de exclusão social possui repercussões mais profundas, contribuindo para o aparecimento de situações de tensão interpessoal que provocam fenómenos de desagregação social. Os laços familiares são em particular afectados, com a frequente dissolução dos núcleos familiares e a permanência de situações de violência. Esta instabilidade e violência são reforçadas pelo fraco papel integrador desempenhado pela escola, que é vivida como uma obrigação

pelas crianças e em cujo cotidiano a violência física e simbólica tem presença relevante. A formação de contraculturas escolares, como forma de resistência às imposições socializadoras da instituição, resulta em súbitas demonstrações de violência anômica, geralmente dirigidas contra os professores ou funcionários das escolas.

A degradação relacional e as rupturas nos contextos de socialização primária podem então ser apontadas como a causa fundamental na origem da fuga destas crianças para a rua, embora o desejo de aventura e a solicitação por amigos também exerçam a sua atracção, embora minoritária.

2

A vivência de situações de ruptura nos contextos de socialização das crianças coloca-as em diferentes situações perante a família. A ideia corrente de que estas crianças cortam todos os laços com as respectivas famílias só em parte pode ser considerada verdadeira. Muitas das crianças mantêm relações mais ou menos regulares com pelo menos um familiar (mesmo alguns dos casos que vivem de forma totalmente independente na rua), o que revela que a sua presença na rua nem sempre representa o resultado de um corte brusco. A rua representa para muitas crianças de bairros populares uma extensão "natural" da casa como contexto de socialização, local de aprendizagem e exercitação dos saberes necessários à sobrevivência. As diferentes situações perante a família revelam que a tolerância demonstrada por algumas famílias face às ausências na rua poderá representar a existência de concepções alternativas às dominantes no que diz respeito ao processo de autonomização e entrada na vida adulta. Muitas vezes a aproximação à rua é efectuada de forma gradual e com o conhecimento dos adultos, que raramente intervêm ou quando o fazem é de forma pouco eficaz na sua prevenção (a violência física é aqui mais uma vez o método eleito).

As diferentes situações em que as crianças se encontram mostra ainda que existe um percurso entre a família e a rua, percurso esse que assume a forma de uma carreira nem sempre completada nem assumida da mesma forma por todas as crianças. É o empenhamento numa carreira de criança da rua que na realidade as distingue das outras crianças que experimentam situações de exclusão e marginalização típicas da pobreza urbana. A integração em redes de relações alternativas de características marginais ou mesmo delinquentes constitui um elemento decisivo pois fornece o suporte e integração indispensáveis a uma transição bem sucedida.

3

Ao analisar os modos de vida destes grupos encontramos linhas de continuidade e ruptura com as comunidades de origem. As estratégias de sobrevivência, as práticas de consumo e lazer constituem em boa parte a aplicação a contextos de interacção específicos de alguns dos recursos disponíveis nas chamadas culturas de pobreza.

As estratégias de sobrevivência pressupõem a capacidade para aproveitar todas as oportunidades possíveis de angariação de recursos, seja através de processos de fechamento exclusionário (Parkin, 1979: 45) de certos espaços ou do aproveitamento de uma oportunidade momentânea (o que implica capacidade de decisão). O imediatismo como forma de gestão, já referido em outras situações (Almeida, 1992) como uma estratégia de vida para enfrentar a imprevisibilidade e precariedade dos recursos, apoia-se numa noção de tempo cujo ritmo é marcado pela satisfação das necessidades de acordo com os recursos do momento. O contacto com alternativas de tipo marginal ou mesmo delincente é corrente em contextos com essas características, orientando a satisfação das necessidades para alternativas socialmente consideradas como não aceitáveis. As práticas de consumo e de lazer destes grupos de crianças são disso um exemplo. A permeabilidade das crianças da rua aos estímulos da chamada cultura juvenil, apesar de confrontados com a situação de exclusão e marginalização em que se encontram, não os impede em geral de conseguir obter os mesmos bens de consumo. A sua obtenção faz-se com recurso a alternativas marginais, seja na ida à praia sem pagar nos transportes ou na procura de roupa e calçado de marca através de assaltos a estendais ou betinhos. Os consumos e lazeres mostram que as práticas quotidianas são orientadas para a procura imediata de satisfação e prazer, sem preocupações a médio prazo.

A violência marca ainda um lugar estrutural na vida destas crianças que se vêem perante a necessidade de se defenderem de polícias, outros grupos de crianças e jornalistas à procura de notícias com a "cor da realidade". O grupo fornece então um ponto de refúgio e segurança fundamental para a sobrevivência na rua, assim como um referente identitário central.

É de salientar a negação clara das concepções correntes e psicologistas que vêem a situação das crianças na rua como possuindo traços patológicos, pois estariam a viver num vazio social sem qualquer espécie de valores ou regras. Poder-se-á dizer que os sistemas de valores por que se regem são minoritários e não legitimados institucionalmente — contudo nunca se verifica o desaparecimento do vínculo social, como o mostra a estruturação dos locais de estacionamento ou dos cubículos, sendo as crianças que fogem para a rua rapidamente integradas e socializadas em redes de relações sociais alternativas àquelas de onde eram originários.

4

Alvo de processos estruturais de exclusão social, as crianças da rua vêm-se confrontadas com a degradação dos seus contextos relacionais, o que coloca em causa o seu desejo de preservação e afirmação de uma identidade individual autónoma. A integração nas redes de relações alternativas na rua proporciona então um conjunto de referentes identitários aos recém-chegados que lhes permite ressituaem-se e adquirir uma identidade coerente com os novos contextos de interacção. Os rituais de iniciação desempenham neste processo um papel central ao mostrarem de forma violenta e rápida alguns dos elementos identitários centrais. O accionar de estratégias identitárias permite então a cada criança reconstruir o seu mundo social, seja através da cristalização em torno de alguns dos elementos identitários centrais (a bravura, a persistência, a "personalidade *dread*") seja da identificação com o grupo a que se pertence. É aliás dentro deste último que todos os outros ganham coerência e sentido, fornecendo o quadro de interacção central de reconstrução da identidade individual e social que permite a cada criança assumir-se como um actor social coerente.

5

Um último aspecto ressalta da análise do processo de fuga e integração na vida da rua: o das relações com as instituições que com elas mantêm contactos enquanto permanecem na rua. Embora não constituísse um aspecto central deste trabalho foram recolhidos elementos que permitem pelo menos levantar algumas questões acerca dos objectivos e métodos utilizados por estas.

Em geral as actividades desenvolvidas, quer pelas instituições ligadas ao Estado quer pelas privadas de solidariedade social, têm como objectivo a "normalização" das suas práticas de modo a torná-las socialmente "aceitáveis". Como refere Orlando Garcia este objectivo choca-se com os contextos adversos em que estas crianças se integram e as experiências por elas entre tanto realizadas na rua (Garcia e outros, 1994: 258).

A socialização em sistemas de valores minoritários e a integração em redes de relações alternativas constituem elementos que, a não serem considerados, levam ao aprofundamento da marginalização dessas crianças. Tal fica patente na desconfiança perante os projectos de intervenção social existentes ou no tipo de "utilização" que fazem dos serviços da Tutela de Menores quando em situações adversas (por exemplo "para ir passar o Inverno"). O contacto com a polícia é outro elemento que despoleta desconfianças e medos

na relação com as instituições, pois o carácter agressivo do contacto com alguns agentes leva-os a desconfiar das intenções dos seus representantes, evitando os contactos e construindo um "mundo" alternativo com mecanismos próprios de entreaajuda.

Uma última referência para os *media*, em particular a televisão. Mais do que fornecerem uma oportunidade de expressão pública a actores sociais com fraca (ou mesmo nula) capacidade de afirmar um discurso autónomo, ao utilizarem um registo sensacionalista contribuem para o consolidar de preconceitos e estigmas que marcam a sua relação com a sociedade.

Excluídas e marginalizadas, as crianças da rua sobrevivem dentro de um contexto de constrangimentos e adversidades que, a não ser alterado, constituirá o seu quadro de referência durante o processo de crescimento e maturação. Saber até que ponto o contacto continuado destas crianças e jovens com situações de violência e delinquência os poderá levar à sua transformação em delinquentes adultos, é algo que apenas um acompanhamento continuado poderá responder.

ANEXOS

Anexo I METODOLOGIA

Falar com crianças: problemas e precauções

O momento de delinear a estratégia de abordagem do terreno representa sempre um momento decisivo em qualquer projecto de investigação, para mais quando o universo social em estudo apresenta um conjunto de características que leva a hesitar nas escolhas a efectuar. A relativa mobilidade dos grupos, a fraca escolarização de grande parte das crianças, alguma agressividade manifesta para com estranhos criaram a necessidade de elaborar uma estratégia gradual de aproximação e aceitação, que possibilitasse a entrada no seu universo sem que tal representasse o agravar das situações de ruptura já por estes vivenciadas. As preocupações de ordem metodológica vieram-se assim juntar as de tipo ético, que frequentemente surgiram como prementes durante o processo de inquirição.

Tendo em atenção estas preocupações delineámos uma estratégia de investigação baseada em dois eixos convergentes. Por um lado realizar um processo de observação, que decorreu de forma intermitente ao longo de vários meses em algumas zonas da cidade, alternando períodos de observação não-participante com a realização de conversas informais. Por outro a realização de entrevistas semi-estruturadas a crianças e jovens em duas situações — na rua e numa instituição com carácter aberto pertencente ao Ministério da Justiça, para onde são dirigidas as crianças quando apanhadas na rua pela polícia.

Investigar crianças e jovens implica trabalhar com um conjunto de factores condicionantes que normalmente são fracamente considerados, pois é dado como adquirido que o facto de participarmos do mesmo universo social e de já termos passado pelos mesmos escalões etários nos dá os instrumentos necessários para a sua compreensão. Esta visão "adultocêntrica" obscurece o facto de cada geração reinventar os seus símbolos e as suas

práticas, o que nos obriga a um redobrado esforço de compreensão.

A realização de projectos de investigação com crianças e jovens cria assim novas exigências de ordem metodológica relativas às condições sociais de observação e às suas dimensões simbólico-ideológicas (Almeida e Pinto, 1986: 75). Estas relevam a necessidade de dar especial atenção às características particulares da relação psicossocial que se estabelece quando observamos ou entrevistamos crianças e jovens, assim como aos contextos particulares em que se desenrolam essas actuações.

Os factores de tipo psicossocial dizem respeito à relação que se estabelece entre o entrevistador (adulto) e o entrevistado (criança/jovem) assim como às reacções do grupo em que este se integra. Fine e Sandstrom identificam como factores de interferência a idade, o desenvolvimento cognitivo e afectivo, a maturidade física e a aquisição de responsabilidade social como elementos decisivos nos processos de investigação com crianças (Fine e Sandstrom, 1988: 14). Encontrámo-nos pois perante um complexo conjunto de variáveis que foi preciso controlar durante o tempo em que desenvolvemos o trabalho de campo, o que nem sempre se revelou fácil. A abordagem de determinados temas (como a vida familiar ou os modos de sobrevivência na rua) pelas repercussões que tinham no equilíbrio emocional das crianças tornaram-se um dos pontos de mais difícil gestão no decorrer das entrevistas. A confiança ganha com anteriores abordagens rapidamente se transformava num desesperante mutismo quando neles se tocava. Aos poucos fomos compreendendo as razões desses silêncios que acabaram por se tornar tão significativos — o fantasiar ou a recusa em falar da família quando nunca se conheceu o pai, abordar quotidianos familiares marcados pela violência, o recontar de experiências pessoais fortemente penalizantes da identidade pessoal como a prostituição masculina. Distinguir a fantasia da realidade, questionar sem transformar tal facto em mais um momento de violência, foram pois preocupações e obstáculos com que tivemos que lidar. Manter o respeito pelos informantes significa, como diz William Foote Whyte, que deve existir alguma reciprocidade na relação de troca que com eles mantemos (Whyte, 1984: 200), para mais quando estes se encontram numa situação de despojamento material e vulnerabilidade emocional.

A par destas precauções que acompanharam todo o trabalho com as crianças e jovens, foi preciso definir uma estratégia de abordagem. Nos contactos preliminares cedo nos vimos confrontados com a necessidade de possuir uma justificação plausível para a nossa presença na rua, em espaços que, pelo menos parcialmente, eram vistos como "seus". Esta exigência era colocada sistematicamente pelas crianças, receosos da sua segurança ou imagem, sendo necessário explicar detalhadamente não sermos polícias ou jornalistas (com quem a imagem do adulto que faz perguntas para eles se confunde). A relação adulto-criança é geralmente marcada por uma autoridade desigual, nunca se esperando que nas relações entre ambos seja coloca-

da ao mesmo nível (o que aliás nem sempre faria muito sentido). Na rua esta verdade geral passa por algumas variações. Habitados a contestar essa autoridade, porque vista como injusta, violenta ou mesmo desnecessária, foi preciso encontrar uma justificação que, sem nos colocar no grupo dos adultos vistos como "perigosos", permitisse colocar as questões características da "ignorância adulta". A escolha do papel de estudante permitiu criar uma aceitação, por ser visto pelas crianças como neutro e possuindo uma posição social dominada, mais próxima da sua. A explicitação total dos objectivos da pesquisa não faria qualquer sentido, pois não sendo compreendidos contribuiriam apenas para o adensar do fechamento, tendo optado por uma versão parcial — "estarmos a fazer um trabalho sobre os rapazes que trabalham e vivem na rua".

Outro problema foi ainda preciso resolver. Não sendo nenhum dos adultos anteriormente mencionados, passámos, após a curiosidade inicial, à categoria de não-pessoas (que estão lá mas a quem não se atribui importância) para progressivamente sermos olhados como fonte de recursos, dando origem a vivas "discussões negociais" nas quais procuravam demonstrar como ao responderem às nossas questões estariam a perder o seu tempo (tempo=dinheiro), ou, noutra versão, que se pagássemos responderiam qualquer coisa que nós quiséssemos, mesmo não sendo verdade. Habitados a regatear como estratégia para angariarem os recursos necessários à sua sobrevivência, a relação com o investigador passa pelo mesmo tipo de cálculo económico, sendo necessário um momento inicial de firmeza que permita a definição e clarificação do tipo de relação que considerávamos como aceitável. Este "efeito-rua", agravado pela presença constante de outros elementos que questionavam as afirmações do entrevistado e o levavam a exageros para manter o seu prestígio dentro do grupo, tornou necessário criar alguma distância, procurando espaços mais isolados mas que garantiam um melhor controlo da entrevista.

Técnicas e amostra

A escolha das técnicas de recolha de dados encontra-se directamente relacionada com as preocupações anteriormente referidas. Tendo a estratégia metodológica como principal característica a necessidade de flexibilidade, optámos por realizar um período de observação que se concluiu com a realização de entrevistas semi-directivas que foram gravadas e posteriormente transcritas. A razão da escolha destas técnicas tem a ver com as características do universo em estudo.

Realizar uma quantificação global das crianças e jovens a viver na rua ou que aí passem uma parte significativa do seu tempo é hoje praticamente

impossível. A mobilidade de zona para zona, a mudança constante de estatuto de uma parte (caso dos que alternam períodos em casa da família com períodos a viver na rua) e a inexistência de qualquer espécie de contabilidade social específica, faz com que se produzam estimativas que variam entre as centenas e os milhares. A única produção estatística existente resulta da informatização da actividade de um projecto de intervenção social, sendo a quantificação limitada aos casos contactados no âmbito do projecto, embora com informação bastante desigual para muitos deles (Silva, 1992). Outra fonte disponível são as Estatísticas da Justiça, editadas pelo gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, mas que apenas abrangem os casos que contactaram com o sistema tutelar de menores, ficando assim de fora um grande número de situações. Se a primeira tem o defeito de ser parcial, porque limitada às crianças contactadas pelo projecto na rua, as segundas são elaboradas a nível nacional sem desagregação ao nível da região ou localidade, tornando difícil a sua utilização para além das grandes tendências que indiciam. De qualquer modo a sua utilização permite-nos verificar que a amostra por nós utilizada possui características que não se afastam das aí patentes.

Ao longo de três meses foram realizadas 21 entrevistas formais, das quais 7 na rua e 14 na instituição. Os respondentes variaram em idades entre os 10 e os 16 anos, sendo apenas dois deles do sexo feminino (neste caso ambos na rua). Em termos étnicos 11 eram de raça branca e 10 de raça negra. Socialmente a sua origem encontra-se no operariado (quase sempre da construção civil) ou trabalhadores manuais não qualificados. Apenas em dois casos havia crianças filhos de trabalhadores de pais empregados nos serviços, embora em lugares pouco qualificados (porteiros). Em termos de qualificações escolares apenas dois casos ultrapassavam o 5.º ano de escolaridade. Geograficamente a sua origem radica-se fundamentalmente nas zonas ocidental (Buraca, Amadora, Benfica, ...) e oriental da cidade (Chelas, Sacavém, Musgueira, ...) com dois casos originários da Margem Sul e um do Algarve. As razões do contacto com a Justiça de Menores, devidas à fuga à "normalidade" dos processos de socialização infância que as instituições perseguem, mostram no fundo uma parte significativa dos modos de vida que as crianças adoptam quando na rua (mendicidade, vadiagem, maus tratos familiares, recusa da disciplina escolar e familiar, ... Ver a propósito anexo II, figura II.8).

Procurou-se atingir com o processo de observação dois tipos de objectivos. Por um lado, abordar as formas como se relacionavam com o espaço e se manifestavam as relações sociais em contextos pouco formalizados (como os parques de estacionamento ou entradas de centros comerciais). Em segundo lugar conseguir uma proximidade física (a aceitação passa pela presença regular no mesmo espaço) e simbólica (sem a qual a compreensão do seu universo seria difícil) que possibilitasse a realização das entrevistas. A selecção dos espaços de observação foi realizada a partir da sua importância

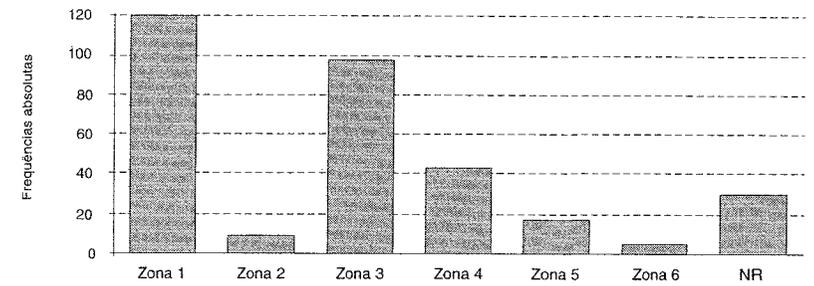
relativa — regularidade e número de elementos dos grupos em presença, centralidade no espaço urbano. Assim ao longo de vários meses fomos para a rua realizar observações e procurar formas de contacto com os grupos em pontos de reunião que considerámos como centrais — Praça do Comércio, Largo do Corpo Santo/Cais do Sodré, Estação do Rossio/Terminal, Saldanha, Avenida 24 de Julho (durante a noite). Tal recolha de informação permitiu recolher um conjunto de informação extremamente importante para a elaboração das entrevistas, fase seguinte do processo. Paralelamente recolhemos junto dos técnicos da instituição algumas das informações biográficas disponíveis nos processos individuais sobre as crianças que aí se encontravam, permitindo seleccionar os casos para nós pertinentes.

A opção pela realização das entrevistas deveu-se por um lado ao carácter exploratório do estudo, por outro à menor possibilidade de aplicação de outras técnicas à população em estudo. O carácter formal do inquérito por questionário e o fraco domínio da leitura e da escrita impediam a sua aplicação (encontrámos mesmo um jovem de 11 anos que *nunca* tinha frequentado a escola, por ter acompanhado a mãe na sua "vida nómada" pelas pensões de Lisboa). Ao atribuímos às entrevistas o carácter de conversas mais ou menos informais, tornou-se mais fácil a abordagem e reduziu-se a tensão quando se tocavam temas mais sensíveis. Outras técnicas como o orçamento de tempo ou a biografia encontravam-se igualmente fora de questão pelo tempo que envolveriam na sua aplicação e pela sua aceitação.

Com a realização das entrevistas em dois contextos diferenciados procurou-se garantir a realização de um número significativo de entrevistas e aferir o peso do "efeito-rua" e o "efeito-instituição" nas respostas e observações, elementos cuja interferência considerávamos à partida necessário controlar. Como viemos mais tarde a constatar estas preocupações vieram a verificar-se importantes, em especial nas entrevistas realizadas na instituição, situação em que a abordagem de certos temas era muitas vezes difícil, porque considerados vergonhosos perante os colegas e profissionais da instituição ou penalizantes do equilíbrio emocional.

Sendo uma entrevista semi-estruturada com grandes questões abertas, verificámos ser quase sempre necessário explicitar os subtemas que já levávamos preparados, por existir uma evidente não reflexão acerca das questões colocadas, ou então, como já referimos, pela reacção emocional que suscitavam. A dificuldade (ou a ausência de vontade) em verbalizar de forma sistemática experiências anteriores, levou a que por vezes se tornasse necessário alterar a sequência das questões, fosse para explorar tópicos surgidos durante conversa ou para rodear questões às quais voltaríamos mais tarde procurando então a resposta para elas. Nalgumas situações de maior abertura foi mesmo possível confrontar os entrevistados com afirmações por eles produzidas, de forma a tentar averiguar o sentido que atribuíam algumas contradições.

Anexo II DADOS ESTATÍSTICOS



Zona 1: Chelas, Olivais, Sacavém, Bairro do Relógio, Musgueira, Madre de Deus ...
 Zona 2: Lumiar, Prior Velho, Camarate, Carnide, Galinheiras, Odivelas
 Zona 3: Buraca, C.Moura, Zambujal, Fontainhas, Serafina, Amadora, V. Nova, Damaia, Benfica, Pontinha, R.Mouro, Queluz
 Zona 4: Mouraria, Campo das Cebolas, Alfama, São Bento, Baixa, Santa Apolónia
 Zona 5: Barreiro, Almada, Baixa da Banheira
 Zona 6: Guarda, Anadia, Lagos, Porto

Figura II.1 Zonas residenciais de origem das crianças contactadas na rua
 Fonte: Rita E. Silva/IAC, 1992.

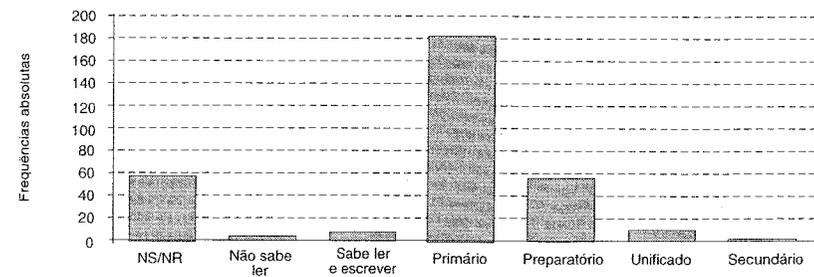
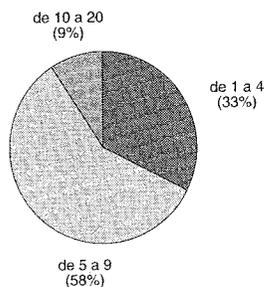
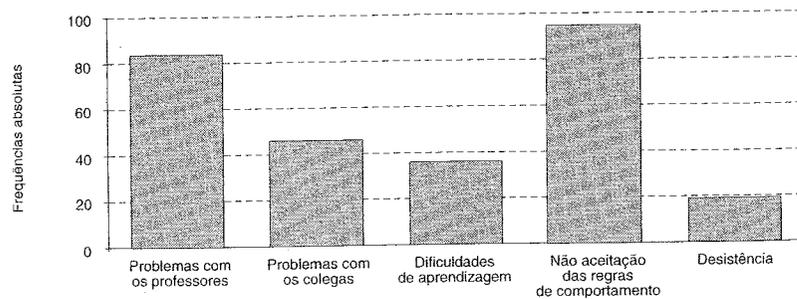
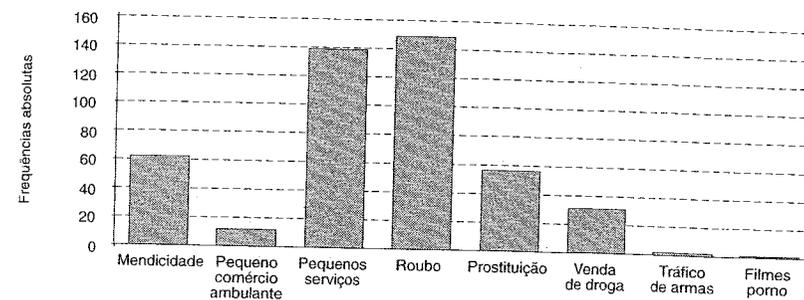
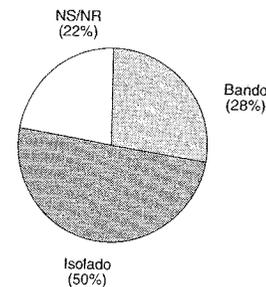
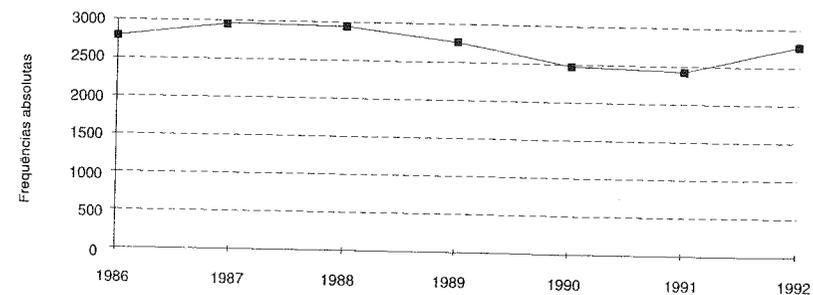


Figura II.2 Nível de escolaridade atingido pelas crianças contactadas na rua
 Fonte: Rita E. Silva/IAC, 1992.

Quadro II.1 Menores julgados segundo o nível de escolaridade atingido (totais nacionais)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Não sabe ler e escrever							
- total	181	236	182	165	214	151	316
- com menos de 7 anos	77	62	129	122	151	100	249
Sabe ler e escrever	204	134	130	90	66	66	97
Frequenta o ensino							
- total	929	1061	1140	958	920	808	951
- básico	656	730	753	671	735	604	729
Possui grau de ensino							
- total	1477	1531	1492	1545	1277	1400	1406
- básico	1363	1487	1425	1522	1247	1366	1361
Total	2791	2962	2944	2758	2477	2425	2770

Fonte: GEP/MJ, 1991; 1993.

**Figura II.3** Dimensão do agregado familiar das crianças contactadas na rua
Fonte: Rita E. Silva/IAC, 1992.**Figura II.4** Razões que levaram ao abandono da escola pelas crianças contactadas na rua
Fonte: Rita E. Silva/IAC, 1992.**Figura II.5** Formas de sobrevivência na rua
Fonte: Rita E. Silva/IAC, 1992.**Figura II.6** Situação de integração quando na rua
Fonte: Rita E. Silva/IAC, 1992.**Figura II.7** Medidas aplicadas pelos tribunais de menores (totais nacionais)
Fonte: GEP/MJ, 1991; 1993.

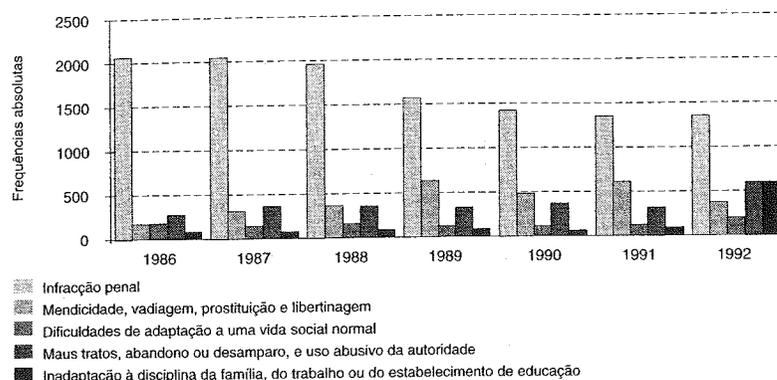


Figura II.8 Menores julgados segundo a situação que provocou a actuação do tribunal (totais nacionais)
Fonte: GEP/MJ, 1991; 1993.

Anexo III GLOSSÁRIO DA VIDA NA RUA

acelerar	ritual de iniciação à vida na rua, consistindo na introdução de jornais e plásticos nas meias, calças e mangas do recém-chegado enquanto este está a dormir, que são depois incendiados;
barron	assediador sexual de crianças, geralmente para lá da meia idade; pedófilo;
betinho	rapaz certinho, dependente da família, que possui hábitos considerados como inferiores; vai à escola, deita-se cedo, estuda, veste roupas de marca, razão porque constitui um dos principais alvos das fezadas;
cachupa	restaurante clandestino num andar de um prédio antigo em S. Bento;
catar	roubar
chibo	delator, informador da polícia;
chinesa	cigarro com heroína;
colégio	nome genérico atribuído aos vários estabelecimentos para internamento de jovens na dependência do Ministério da Justiça;
controlar	ficar de vigia durante um assalto, junto ao local ou perto da esquadra mais próxima;
cubículo	local de abrigo, geralmente em quarto de prédio abandonado onde se dorme em comunidade informal e mais ou menos regular, podendo coexistir vários grupos no mesmo prédio;
dar no cavalo	drogar-se e/ou estar dependente de heroína;
<i>dread</i>	também equivalente a rapaz, homem; aquele que assusta e não tem medo de nada; o <i>dread</i> caracteriza-se por um estilo de vida ao sabor do prazer do momento e ao correr do tempo; oposto do betinho, que constitui uma das suas fontes de recursos, considera-se autónomo face à família e em

	especial à escola, onde os conflitos com professores e colegas foram frequentes e violentos;
fazer a folha	roubar, assaltar;
fazer rajá	assaltar, catar;
fezada	(fazer uma...; andar nas...) andar a roubar, aproveitando a oportunidade do momento (caso do encontro fortuito com um betinho) ou situações mais elaboradas (assaltos a vivendas ou lojas);
ir aos estendais	ir roubar roupa nos estendais dos prédios, trepando os estendais ou atirando gatos;
quentinho	grades de ventilação do metropolitano na Praça da Figueira (o ar quente que por aí sai torna o local ideal para dormir nas noites sem chuva); local de encontro das crianças da rua;
ressacado	toxicodependente que em situação de privação tem comportamentos considerados como ameaçadores do equilíbrio precário da vida na rua;
ser abafado	ser apanhado a roubar;
snifar	cheirar cola celulósica pelo efeito atordoante;
xamon	cigarro com haxixe, charro.

BIBLIOGRAFIA

- Aggleton, Peter (1991), *Deviance*, Londres, Routledge (2.ª ed.).
- Almeida, J. Ferreira, e J. Madureira Pinto (1986), "Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais", in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Almeida, João Ferreira, e outros (1992), *Exclusão Social*, Oeiras, Celta.
- Aptekar, Lewis (1989a), "Characteristics of the street children of Colombia", *Child Abuse & Neglect*, 13.
- Aptekar, Lewis (1989b), "Colombian street children: gamines e chupagruesos", *Adolescence*, 96.
- Ariès, Philippe (1988), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio de Água.
- Augé, Marc (1993), *Los "No Lugares". Espacios del Anonimato*, Barcelona, Gedisa.
- Baethge, Martin (1985), "L' individualisation comme espoir et danger: apories et paradoxes de l' adolescence dans les sociétés occidentales", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 106.
- Barel, Yves (1982), *La Marginalité Sociale*, Paris, PUF.
- Barel, Yves (1988), "Marginalité et société" in Simon Knaebel (org.), *Marges, Marginalités et Institution*, Paris, CERF/CERIT, Ed. du CERF.
- Baudelot, C., e R. Establet (1971), *L' École Capitaliste en France*, Paris, Maspéro.
- Becker, Howard S. (1963), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, The Free Press.
- Benavente, e outros (1987), *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, IED.
- Benavente, Ana (1990), *Insucesso no Contexto Português. Abordagens, Conceções e Teorias*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Benavente, Ana (1994), "Democratização e qualidade de ensino: contributos para a análise da situação" (parecer ao Conselho Nacional de Educação), *Diário da República*, II.ª Série, n.º 38.
- Benavente e outros (1994), *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século.

- Bernstein, Basil (1975), *Langage et Classes Sociales. Codes Sociolinguistiques et Contrôle Social*, Paris, Minuit.
- Birkbeck, C., e Gary La Free (1993), "The situational analysis of crime and deviance", *Annual Review of Sociology*, 19.
- Boudon, Raymond (1981), *A Desigualdade das Oportunidades*, Brasília, Universidade de Brasília.
- Bourdieu, P., e J.C. Passeron (s/d), *A Reprodução*, Lisboa, Vega.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, P., e P. Champagne (1992), "Les exclus de l'intérieur", *Actes de la Recherche*, 91/92.
- Bowles, G., e H Gintis (1976), *Schooling in Capitalist America*, Nova Iorque, Basic Books.
- Bowles, G., e H Gintis (1981), "O papel dos QI na estrutura de classes", in M. Filomena Mónica (org.), *Escola e Classes Sociais*, Lisboa, Presença.
- Bruto da Costa, A. (1984), "Conceito de pobreza", *Estudos de Economia*, XIV (2).
- Bruto da Costa, A., e outros (1985), *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas.
- Bruto da Costa, A., e Manuel Pimenta (1991), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã (mimeo).
- Cabanas, José M.ª Quintana (1980), *Sociologia de la Educacion. La enseñanza como Sistema Social*, Barcelona, Editorial Hispano Europea.
- Camilleri, Carmel e outros (1990), *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF.
- Capucha, Luís (1990), "Associativismo e modos de vida", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 8.
- Capucha, Luís (1992), *Problemas da pobreza. Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE (mimeo).
- Champagne, Patrick (1993), "La vision médiatique", in Pierre Bourdieu (org.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.
- Cloward e Ohlin (1960), *Delinquency and Opportunity*, citado em Nicolas Herpin (1982), *A Sociologia Americana*, Porto, Afrontamento.
- Cohen, Albert K. (1966), *Deviance and Control*, Nova Jérsea, Prentice-Hall.
- Cohen, Albert K. (1971), *Delinquent Boys. The Culture of the Gang*, Nova Iorque, The Free Press.
- Cohn, Gabriel (org.) (1982), *Weber*, São Paulo, Ática.
- Colectivo IOE (1989), "Infancia moderna y desigualdad social-dispositivos de regulación y exclusión de los niños 'diferentes'", *Documentación Social*, 74.
- Coleman, James (1975), "The concept of equality of educational opportunity", in I. R. Dale e outros (orgs.), *School and Society*, Cambridge, Mass., MIT University Press.
- Coleman, James, e Torsten Husén (1990), *Tornar-se Adulto numa Sociedade em Mutação*, Porto, Afrontamento.
- Costa, António Firmino (1984), "Alfama: entreposto de mobilidade", *Cadernos de Ciências Sociais*, 2.
- Cruz, M. Braga, e L. Braula Reis (1983), *Criminalidade e Delinquência*, Lisboa, ICS.

- Delamont, Sara (1987), *Interacção na Sala de Aula*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Deruot, J.-Louis (1989), "L'établissement scolaire comme enterprise composite. Programme pour une sociologie des établissements scolaires", in L. Boltanski e L. Thévenot (orgs.), *Justesse et Justice dans le Travail*, Paris, PUF.
- Dubet, François (1987), *La Galère. Jeunes en Survie*, Paris, Fayard.
- Duvignaud, Jean (1982), *Durkheim*, Lisboa, Edições 70.
- Ellul, Jacques (1992), *Deviances et Deviants dans notre Société Intolérante*, Paris, Érès.
- Esping-Andersen, G. (1991), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Evans, P., e outros (1985), *Bringing the State Back In*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fernandes, A. Teixeira (1991), "Formas e mecanismos de exclusão social", *Sociologia*, 1.
- Ferreira, P., J. L. Garcia e J. Vala (1993), *Delinquência e Criminalidade Recenseadas em Portugal*, Lisboa, ICS.
- Ferreira, V. M. (1986), "O processo de metropolização de Lisboa", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 1.
- Ferreira, V. M. (1987), *A Cidade de Lisboa. De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Dom Quixote.
- Ferreira, V.M., e Isabel Guerra (1994), "Identidades sociais e estratégias locais", in AAVV *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS.
- Fine, G. Alan, e Kent L. Sandstrom (1988), *Knowing Children. Participant Observation with Minors*, Londres, Sage.
- Flora, P., e A. Heidenheimer (1990), "The historical core and changing of the welfare state", in P. Flora e A. Heidenheimer (orgs.), *The Development of Welfare States in Europe and United States*, New Brunswick, Transaction.
- Flora, P. e J. Alber (1990), "Modernization, democratization and the development of welfare states in Western Europe", in P. Flora e A. Heidenheimer (orgs.), *The Development of Welfare States in Europe and United States*, New Brunswick, Transaction.
- Freund, Julien (1993), "Prefácio", in Martine Xiberras (org.), *Les Théories de l'Exclusion*, Paris, Meridiens Klincksieck.
- Foucault, Michel (1987), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes.
- Funes, Jaime (1990), *La Nueva Delinquencia Infantil y Juvenil*, Barcelona, Paidós Educador.
- Garcia, Orlando, e outros (1994), "Disposições 'tramadas': para a inovação das redes de suporte social social de 'menores em risco'", in AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS.
- GEP/ME (1990), *Imagens Estatísticas do Sistema Educativo. Alunos. Ensino Básico e Secundário 1988/89*, Lisboa, GEP/ME.
- GEP/Ministério da Educação (1992), *Sistema Educativo Português. Situação e Tendências*, Lisboa, GEP/ME.

- GEP/Ministério da Justiça (1991; 1993), *Estatísticas da Justiça*, Lisboa, GEP/MJ.
- Giddens, Anthony (1984), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Presença.
- Giddens, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- Ghiglione, Rodolphe, e Benjamin Matalon (1992), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- Gilly, Michel (1980), *Maitre-Élève. Rôles Institutionnels et Representations*, Paris, PUF.
- Good, Thomas (1987), "Two decades of research on teachers expectations: findings and future directions", *Journal of Teacher Education*, XXXVIII (4).
- Grácio, Sérgio (1990), "Crise juvenil e invenção da juventude: notas para um programa de pesquisa", in AAVV, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Lisboa, Fragmentos.
- Gros, M. Christine (1992), "Luta contra a exclusão social: assistencialismo ou desenvolvimento local?", in AAVV, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa, Fragmentos.
- Gros, M. Christine (1994), "Estratégias identitárias num território desqualificado", in AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS.
- Guerra, Isabel (1985), "O poder como espaço e o poder do espaço", *Intervenção Social*, 1.
- Herpin, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana*, Porto, Afrontamento.
- Herpin, Nicolas (1993), "L'urban underclass chez les sociologues américains: exclusion sociale et pauvreté", *Revue Française de Sociologie*, XXXIV.
- Hilgartner, S, e C. Bosk (1988), "The rise and fall of social problems: a public arenas model", *American Journal of Sociology*, 94.
- Husén, Torsten (s/d), *Meio Social e Sucesso Escolar*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Iturra, Raul (1990), *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Lisboa, Escher.
- Kempf, Kimberly (1989), "Delinquency: do the dropouts drop back in?", *Youth & Society*, XX (3).
- Lasley, James R. (1992), "Age, social context, and street gang membership. Are 'youth' gangs becoming 'adult' gangs?", *Youth & Society*, XXIII (4).
- Lewis, Oscar (1979), *Os Filhos de Sánchez*, Lisboa, Moraes.
- Lipiansky, M., e outros (1990), "Introduction à la problématique de l'identité", in Carmel Camilleri e outros (orgs.), *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF.
- Lucchini, Riccardo (1990), "Identidade e sobrevivência: as crianças da rua no Brasil", *Infância e Juventude*, XC (3).
- Lucchini, Riccardo (1991), "Crianças da rua e drogas: consumo e toxicodependência", *Infância e Juventude*, XCI (3).
- Lucchini, Riccardo (1993), "A investigação com as crianças da rua na América Latina: reflexões metodológicas", *Infância e Juventude*, XCIII (3).

- Maffesoli, Michel (1988), *Le Temps des Tribus*, Paris, Meridiens Klincksieck.
- Matza, David (1981), *El Proceso de Desviación*, Madrid, Taurus.
- McCarthy, Bil, e J. Hagan (1992), "Mean streets : the theoretical significance of situational delinquency among homeless youths", *American Journal of Sociology*, 98.
- McCracken, Grant (1988), *The Long Interview*, Londres, Sage.
- Merrien, François-Xavier (1990), "Etats-providence: l'empreinte des origines", *Revue Française des Affaires Sociales*, Julho/Setembro.
- Merton, Robert K. (1970), *Sociologia. Teoria e estrutura*, São Paulo, Mestre Jou.
- Mónica, Maria Filomena (1981), *Escola e Classes Sociais*, Lisboa, Presença.
- Moselina, Leopoldo (1989), *The Situation of Street Children in ten Cities*, Manila, UNICEF.
- Myers, William (1989), "Les enfants des rues: comparaison entre quatre études menées un Amérique du Sud", *Revue Internationale du Travail*, CXXVIII (3).
- Nunes, Olímpio (1981), *O Povo Cigano*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa.
- Pais, J. Machado (1990), "Lazer e sociabilidades juvenis-um ensaio de análise etnográfica", *Análise Social*, 108/109.
- Pais, J. Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, INCM.
- Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock.
- Parsons, Talcott (1968), "A classe como sistema social", in S. Britto (org.), *Sociologia da Juventude*, Vol. III, Rio de Janeiro, Zahar.
- Perrenoud, Philippe (1983), "La Pratique Pedagogique entre l'improvisation réglée et le bricolage", *Education et Recherche*, 2.
- Perrenoud, Philippe (1989), "La triple fabrication de l'échec scolaire", *Psychologie Française*, XXXIV (4).
- Quivy, R., e L. V. Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Ramirez, Maria Eduarda, e outros (1988), *Criança Portuguesa: Que Acolhimento*, Lisboa, IAC.
- Reis, Filipe (1991), *Educação, Ensino e Crescimento*, Lisboa, Escher.
- Remy, J., e L. Voyé (1976), *La Ciudad y la Urbanizacion*, Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local.
- Rodrigues, Walter (1992), "Urbanidade e novos estilos de vida", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 12.
- Rolleau-Berger, Laurence (1989), *Des Microcultures et des Jeunesses au Centre et à la Périphérie de l'Espace Urbain*, Marly le Roi, Document de l'Institut National de la Jeunesse, n.º 4.
- Rosenthal, R., e Jacobson, L. (1968), "Teacher expectations for the disadvantage", *Scientific American*, CCXVIII (4).

- Santos, Boaventura Sousa (1987), "O Estado, a sociedade e as políticas de sociais: o caso das políticas de saúde", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23.
- Santos, Boaventura Sousa (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português", in Boaventura Sousa Santos (org.), *Portugal, Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento.
- Serrano, Juan, e outros (1991), "La representación de la escuela y el trabajo en los jóvenes de classe obrera", in Jesús Sánchez (org.), *La Sociología de la Educación en España. Actas de la I Conferencia de Sociología de la Educación*, Madrid, Jesús Martín e Escalona.
- Sharrock, Wes (1984), "The social realities of deviance", in W. Sharrock e R. Anderson (orgs.), *Applied Sociological Perspectives*, Londres, George Allen & Unwin.
- Silva, Manuela (1982), "Crescimento económico e pobreza em Portugal: 1950-1974", *Análise Social*, 72/73/74.
- Silva, Manuela (1988), "A pobreza urbana: o avesso da cidade", *Povos & Culturas*, 3.
- Silva, Manuela (1990), *A Pobreza Infantil em Portugal*, Lisboa, UNICEF.
- Silva, Rita E. (1992), *Os Meninos da Rua na Cidade de Lisboa. Um Fenómeno Específico de Exclusão Social*, Lisboa, ISCTE (mimeo).
- Subirats, Marina (1987), "Escuela y medio rural: una relación problemática", in Carlos Lereña (org.), *Educación y Sociología en España*, Madrid, Akal.
- Taboada-Leonetti, Isabelle (1990), "Stratégies identitaires et minorités: le point de vue du sociologue", in Carmel Camilleri e outros (orgs.), *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF.
- Trasher (1927), *The Gang*, citado em Nicolas Herpin (1982), *A Sociologia Americana*, Porto, Afrontamento.
- Vala, Jorge (1986), "Sobre as representações sociais-para uma epistemologia do senso comum", *Cadernos de Ciências Sociais*, 4.
- Van Zanten, H. Agnès (1985), "L'école en milieu rural: réalités et représentations", *Revue Française de Pédagogie*, 73.
- Vant, André (org.) (s/d), *Marginalité Sociale, Marginalité Spatiale*, Lyon, CNRS.
- Xiberras, Martine (1993), *Les Théories de l'Exclusion*, Paris, Meridiens Klincksieck.
- Whyte, W. Foote (1984), *Learnig From the Field*, Londres, Sage.
- Willis, Paul (1988), *Aprendiendo a Trabajar*, Madrid, Akal.
- Wilson, W. J. (org.) (1993), *The Ghetto Underclass: Social Science Perspectives*, Londres, Sage.
- Wodz, Jacek (1984), "La déviance normale dans le quotidien", *Revue de l'Institut de Sociologie*, 1/2